

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TREICY GIOVANELLA DA SILVEIRA**

**UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA E
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CFNP**

Florianópolis

2014

TREICY GIOVANELLA DA SILVEIRA

**UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA E
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CFNP**

Trabalho de Conclusão da Licenciatura
submetido ao curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Catarina para
a obtenção de grau de Licenciada em
Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr.
Antonio Alberto Brunetta

Florianópolis

2014

Treicy Giovanella da Silveira

**UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA E
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CFNP**

Este Trabalho de Conclusão da Licenciatura foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais da UFSC.

Florianópolis, 28 de julho de 2014.

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jacques Mick
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Giuliano Saneh
Universidade Federal de Santa Catarina

À Alli e ao Sédryk.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe e ao meu pai pelo apoio imensurável em minha formação e pela compreensão dos finais de semana em que não pude estar presente. Agradeço a vocês por estarem por perto nos momentos mais difíceis que esta graduação me reservou e não regularem palavras de incentivo e carinho para tornar esta jornada mais amorosa. Agradeço também pelos potes de feijão e pelos mimos que tornam a vivência longe de casa muito mais agradável. Obrigada, mãe, por vezes me lembrar que as coisas sempre dão certo no fim. Obrigada, pai, por me ensinar a importância do diálogo mesmo quando ele não parece ser a solução.

A Dani, que me apresentou às Ciências Sociais e sempre cultivou o apreço pela luta de uma transformação social por mais difícil que ela seja. Obrigada por me aturar quando dividimos o quarto e a bagunça na “República das Calçinhas”. Te agradeço pela parceria sempre consciente de irmã mais velha, mas com a sua pitada de cumplicidade em boas histórias que vivemos.

Agradeço a nova família que pude fazer parte, que tornou estes quatro anos de graduação uma experiência mais que marcante. Difícil não ser piegas ao falar dos amigos. Talita, Nei, Isa, Marcinha, Lu, Letícia, Chari, Peu, Gui, Boto, o meu coração adotou vocês como se já fossem dali. Sempre tive em vocês a alegria que em dias me faltava; o abraço de quem também está longe de casa. A convivência que se tornou, infelizmente, menos frequente com a chegada das últimas fases do curso torna-se ainda mais valiosa nos rumos diferentes que cada um de nós segue.

A Aglaé, que neste último ano se tornou minha vizinha de quarto. Te agradeço pelas conversas, pelas comidas e pelos conselhos. Apesar de nossa caverna ter se tornado uma biblioteca nestes últimos tempos, te agradeço por me lembrar de que nela ainda existem alegrias.

A Talita que além de dividirmos a experiência de estágio estivemos juntas em várias bolsas. Te agradeço pela parceria, pela força, pelos desabafos do estágio, por ter sempre se mantido firme durante esse caminho e mais do que isso pela sua amizade.

Ao Maikon, meu amigo jaraguense de longa data que inúmeras vezes me ligou, e me escutou nesses quatros anos. Pelas conversas sobre o mundo e sobre nós que tanto discordamos, mas que no fim nos aproxima.

A Taisi e a Carol, com quem compartilho lembranças e anseios, agradeço por terem sido, mesmo a distância, minhas parceiras.

Agradeço também a todas as novas amigas que fiz durante a graduação e que de alguma forma se fizeram presentes e importantes em minha vida.

Um agradecimento especial ao professor Jacques que possibilitou minha participação como bolsista em várias pesquisas e com isso uma permanência de qualidade na universidade.

Ao professor Brunetta pela paciência, carinho e dedicação em cada orientação. Por me fazer acreditar na educação. Pelas longas orientações que permitiam discutir conceitos, interpretações sobre o campo e pelas esclarecedoras digressões que possibilitaram o surgimento de um espectro de pensamento livre. Agradeço também pela pilha de livros emprestados, imprescindível durante o longo período de greve na universidade.

Agradeço, também, aos tantos outros professores que enriqueceram minha formação e constantemente são lembrados.

“É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir.” (Brandão apud Meksenas, 2011, p. 118)

Resumo

O objetivo deste trabalho é conhecer o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP) para entender de que forma as práticas pedagógicas operam uma formação democrática no contexto de um colégio policial militar. As teses de Theodor W. Adorno (1995) sobre a educação como instrumento político contra o retorno à barbárie são utilizadas como fundamento para problematizar a construção de práticas pedagógicas democráticas em meio às exigências disciplinares militarizadas. Através de observação no campo, entrevistas e pesquisa documental foi possível construir uma relação entre a formação com estética militar, sobretudo no que tange a hierarquia e a disciplina, e as relações de trabalho. As práticas e rotinas específicas do colégio e interpretadas pelos entrevistados configuram na ideia de uma “democracia funcional”, ou seja, uma democracia estática e viável para espaços de inquestionável autoridade hierárquica.

Palavras-chave: CFNP; democracia; estética militar.

Abstract

The objective of this work is to know the Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP) to understand how the pedagogical practices operate a democratic education in the context of a military police school. The thesis of Theodor W. Adorno (1995) on education as a political tool against the return to barbarism are used as a basis to discuss the building of democratic pedagogical practices among the disciplinary and militarized requirements. Through field observation, interviews and documentary research was possible to build a relationship between education with military aesthetic, especially regarding the hierarchy and discipline, and labor relations. The specific practices and routines of the school and interpreted by respondents constitute the idea of a "functioning democracy", namely, a static democracy and viable for unquestioned hierarchical and authority spaces.

Keywords: CFNP; democracy; military aesthetic.

LISTA DE SIGLAS

CFNP	Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires
IGPM	Instrução Geral da Polícia Militar
SIEM	Simulação de Organizações Internacionais para o Ensino Médio
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PROERD	Programa Educacional de Resistência as Drogas e à Violência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO.....	27
1 RESILIÊNCIA NO TRABALHO DE CAMPO.....	31
2 DEMOCRACIA COMO GARANTIA DE CONFLITO.....	45
2.1 Teorias da democracia.....	45
3 ROTINA E ESTÉTICA MILITAR.....	57
4 PRÁTICAS EDUCATIVAS E FORMAÇÃO DISCIPLINAR.....	73
4.1 Uma formação para a cidadania.....	73
4.2 Dia de solenidades no campo.....	80
4.3 Práticas educativas: a presença do professor civil e do monitor militar no espaço escolar.....	87
4.4 Projetos globais: liderança, autonomia e empreendedorismo.....	93
5 “DEMOCRACIA FUNCIONAL” UMA ALTERNATIVA PARA ESPAÇOS MILITARES.....	99
5.1 Autoridade e Democracia.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE.....	115

APRESENTAÇÃO

A possibilidade de uma pesquisa crítica no meio militar parece nos levar a uma distinção dicotômica entre o pesquisador sociólogo e os sujeitos militares da pesquisa. Distanciam-se estas partes quase como opostas, em que uma (o pesquisador) ao se aproximar da outra (o policial militar), o faz na forma de embate e enfrentamento. Aproximar estes dois opostos é pressuposto para esta pesquisa acontecer.

Para isto, recorremos a antropologia social e mais especificamente ao que diz Geertz (1989) sobre o olhar antropológico: o pesquisador jamais compreenderá o seu interlocutor e a cultura a qual estuda, em sua totalidade. Das várias questões que culminam para esta afirmação, elencam-se a falta de um imaginativo compartilhado entre o nativo e o interlocutor – não compartilhamos os mesmos símbolos e aparato simbólico de significações sobre o mundo – e por fim que um ser humano pode ser um enigma completo para outro ser humano. Estas precauções apontam para o fato de que mesmo que o objeto de estudo desta pesquisa, não esteja situado em longínquos campos da cultura oriental, o mundo simbólico ao qual está inserido, e do qual compartilha entre seus interlocutores de maneira hegemônica é distante do mundo simbólico do qual simpatizo ou compartilho como pesquisadora.

Esta falta de proximidade garante o interesse pelo desconhecido, porém pode provocar a fertilidade de alguns preconceitos.

Situar-nos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico. (GEERTZ, 1989, p. 10)

Neste sentido, a pesquisa numa instituição de ensino da Polícia Militar prevê certa cautela metodológica haja vista as variadas formas de relação (de desconfiança e insegurança) que podem se configurar na relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. A desconfiança em relação a pesquisa pela polícia, assim como a recusa de uma visão crítica sobre a instituição militar são características previstas para pesquisa sociológica no ambiente militar, assim como a insegurança por parte da pesquisadora – no caso específico desta pesquisa no Colégio

Policial Militar Feliciano Nunes Pires – de que a pesquisa pudesse ser impedida ou desautorizada pelos gestores da escola. Brunetta (2012b) atenta para um tipo específico de relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa, qual seja, sociólogo e policial militar:

Dilemas entre o pesquisador/sociólogo e policial/oficial não se objetivam apenas na suposta oposição entre ideologias (de esquerda do primeiro e de direita do segundo); elas relacionam-se sobre as questões relacionadas à segurança, tendo minimamente preocupações com temas com a violência e afins, de modo que sua prática se situa no campo da explicação, todavia sobre um objeto cuja materialidade se expressa de modo gritante, ou seja, o sociólogo está diante de uma situação pela qual o seu trabalho é absurdamente distante. (p. 236)

É possível afirmar então que a situação que se apresenta para a pesquisa sociológica no campo militar é por princípio de um embate ideológico de partes distintas. Por isso, é preciso ressaltar que, segundo Caria (apud Brunetta, 2012b), na etnografia ao mesmo tempo em que o pesquisador entra no campo para entender e compreender as dinâmicas do grupo pesquisado, ele deve se afastar para racionalizar a experiência. Para tanto, o exercício de alteridade deve estar presente (um exercício muitas vezes difícil de ser cumprido).

A desnaturalização como um processo autônomo e desvinculado da realidade ao qual se insere também faz-se necessária. Seja conteudista tradicional, ou alternativo e com gestões diferenciadas, o ensino faz parte de um contexto histórico-social e não se constrói desvinculado a isto. Se o faz, desvincula o processo de ensino e aprendizagem de uma realidade social e economicamente em conflito na qual se insere.

Neste sentido, pensa-se esta pesquisa também como contribuinte ao debate sobre o ensino em instituições militares, método de inculcação de valores militares em seus alunos, enaltecimento de uma nacionalidade perdida – pude perceber com a pesquisa que há um ranço dos sujeitos militares do período militar no Brasil em relação ao fato de que na época havia um ensino pautado no nacionalismo e patriotismo que hoje se perdeu, disciplinas como a OSPB e Educação Moral e Cívica cumpriam com o papel de ensinar aos jovens a identificação com

a pátria e a sua defesa a qualquer custo – e o principal: a disciplina e a hierarquia como base para estes ensinamentos.

Entreí no campo com o forte pressuposto de que aspectos históricos de nosso país – como a ditadura militar – não fossem tratados pelo olhar de quem sofreu e lutou pela mudança resistindo a ordem imposta, mas sim pelo viés do milagre econômico, por exemplo. De que houvesse uma resistência do colégio, – por fazer parte de uma instituição militar – em discutir em sala, e mesmo fora dela, questões de cunho político que interferem diretamente na organização social e política da sociedade tal qual a própria ditadura militar e mesmo formas de resistências à ordem. E que as opiniões diversas e divergentes, vindas dos próprios discentes, fossem dissolvidas em meio ao ensino construído na ordem professor aluno e não o inverso.

O que se apresentou no campo foram tentativas bem sucedidas de gerir o conflito e apresentar as soluções favoráveis ao colégio, e não um estímulo para o enaltecimento das diferenças. Temas e questões históricas, em sua maioria, não se apresentaram como presentes no ensino a não ser por uma lógica de mercado própria da sociedade capitalista. “Parece não fazer sentido pra você hoje, mas a sua boa apresentação e aparência, ou ainda o respeito as hierarquias serão muito bem avaliadas e valorizadas quando estiver lá fora, num emprego”¹.

Ainda nesta lógica de organização do colégio e valorização das hierarquias, escrever sobre o campo é um trabalho muito difícil, pois houve uma resistência dos gestores do colégio de que a pesquisa fosse feita a partir de uma perspectiva crítica. Além de uma sedução a organização militar do colégio. A garantia da ordem e da organização foi sedutora pela previsibilidade. Ao mesmo tempo em que facilitaram o trabalho de entrar em contato com os funcionários para marcar as entrevistas, pois a supervisora escolar marcava as entrevistas com os professores e funcionários e em seguida avisava a pesquisadora sobre os dias que eles estariam disponíveis, tentou orquestrar o movimento que deveria ser próprio da pesquisadora no colégio.

O padrão de vestimenta dos alunos, a previsibilidade da rotina e o respeito às hierarquias do colégio pareciam ser reflexo de uma estrutura organizada e pautada pela formalidade e que por isto não seria

¹ Resposta de uma professora a três alunas que conversavam no pátio do colégio, as quais diziam o quanto não gostavam de ter que ir sempre com uma aparência nos padrões da escola, do uniforme de tergal, e reclamaram sobre a cobrança da postura dos alunos, das marchas acrescentando: “Eu não sou um policial eu sou uma criança”.

difícil ter acesso aos documentos ou dados que a pesquisadora solicitasse. Contudo, a formalidade não foi uma característica recorrente da relação que se estabeleceu entre os dirigentes do colégio e a pesquisadora. A informalidade da presença da pesquisadora no colégio possibilitaria que o compromisso verbal com a pesquisa fosse desfeito. Por este motivo a pesquisadora formalizou a sua presença no colégio por meio de um documento. Muitas visitas ao colégio deixaram a pesquisadora com um sentimento de que a preocupação em mostrar que a rotina hierárquica e organizada do colégio servia para facilitar o trabalho dos professores e ensinar uma relação de respeito com o próximo e não uma formação militar dos alunos era tão forte que não eram percebidas as contradições que emergem deste ambiente.

Os alunos que discordam das rotinas do colégio vão se adaptando e assumindo a posição de alunos que lhe foi imposta. Nestes casos em que o aluno não se consegue se adaptar a estética militar do colégio, segundo relatos, a escola conversa com os pais e explica que “talvez seria melhor que o aluno estivesse em um colégio em que ele se sentisse bem”². Não se repensa a lógica do próprio colégio numa perspectiva autocrítica. As diferenças que emergem são geridas de tal forma a desaparecerem ou se diluírem em meio às padronizações e regimentos disciplinares.

Esta pesquisa gerou um enorme desconforto a pesquisadora. A desconfiança sobre quais os “resultados” esta pesquisa apresentaria sobre o colégio foi evidente, “você não pode entrar no colégio com esta pesquisa para criticar, afinal são 30 anos de sucesso”, “a visão desse autor que você vai usar é *uma* visão, nós como gestores do colégio temos outra, o que não pode acontecer é você chegar com uma visão pronta de um autor e julgar o nosso trabalho”. Houve um receio dos gestores do colégio de que a pesquisa não fosse positiva para eles, pois serviria apenas para falar mal da escola: “esta pesquisa não nos interessa, ela é de seu interesse”.

Os entraves iniciais do campo demonstraram o posicionamento defensivo explícito da direção do colégio em relação à realização desta pesquisa e seus desdobramentos perante a visão da comunidade sobre o colégio, por dois fatores: é a primeira pesquisa com este caráter questionador sobre o colégio e a grande procura por vagas e mesmo o olhar da sociedade sobre o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes

² Em torno de uma semana antes do início das aulas os alunos egressos de outras escolas comparecem ao colégio para aprender sobre a rotina e organização da escola.

Pires poderia ser prejudicada por “uma visão acadêmica que deturpasse a realidade do colégio”.

Questionamentos e apontamentos como: “por que sempre essa curiosidade sobre o nosso colégio?”; “por que estamos sendo investigados, como você coloca em seus objetivos?” e “os questionamentos e críticas que você trouxe para a nossa escola não nos serão úteis, só servirão para desconstruir nossos 30 anos de trabalho” marcaram o início da pesquisa e geraram um constrangimento para a pesquisadora. O campo foi surpreendente em relação a visão do senso comum sobre as Ciências Sociais quando ela propõe questionar o que se apresenta como natural e verdadeiro, deixando a pesquisadora, em alguns momentos de resistência do colégio a pesquisa, insegura de argumentos convincentes. Por outro lado a posição defensiva dos gestores revela a potencialidade crítica dos questionamentos feitos pelas Ciências Sociais.

A repulsa da crítica, apresentada pelos gestores do colégio, interferiu, em partes, no andamento da pesquisa, principalmente em relação às entrevistas e mesmo ao retorno da pesquisa para o colégio. Foi sugerido a pesquisadora que fizesse encontros periódicos com a supervisão escolar para que apresentasse as interpretações sobre o colégio e sobre as entrevistas que estavam sendo feitas. Mostra-se aqui mais uma forma de o colégio gerir o dissenso e a crítica com o zelo de que a imagem do colégio não fosse prejudicada.

Neste sentido, é relevante a seguinte afirmação: a democracia só se constrói e se torna possível onde a diferença não é barrada, onde o debate que surge a partir da crítica contribui para o seu fortalecimento e crescimento na diversidade. Quando ela se apresenta apenas como objetivo e não como processo, seu alcance se torna muito menor e menos abrangente do que se espera. Porém, se o que se busca é simplesmente uma inserção destes jovens no mundo do trabalho, nas engrenagens da sociedade capitalista de mercado em que a razão é instrumentalizada a serviço de uma fragmentação e da dominação, realmente há o sucesso aclamado neste ensino, e na melhor das hipóteses serão tolerantes à diferença.

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão da Licenciatura visa problematizar o ensino dentro do espaço militar principalmente na sua relação com a autoridade e hierarquia. Para isto, fez-se necessário conhecer o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP) para entender de que forma as práticas pedagógicas específicas do CFNP operam numa formação democrática neste ambiente de colégio da Polícia Militar.

O contexto de “retorno” ou construção da democracia ao qual o país passa exige que além de uma educação histórica do Brasil o ensino seja pautado num compromisso real de exercícios de alteridade, assim como, de respeito às diferenças. Adorno (1995), debruçado intelectual e criticamente sobre os elementos constitutivos das sociedades que produziram regimes autoritários, nos alerta para a necessidade de uma educação emancipatória, que tenha como principal objetivo impedir o retorno à barbárie característica desses regimes.

Nesse sentido, conforme o autor, a relação que se tem com o passado, marcado pelas experiências de regimes autoritários, requer uma educação baseada num aprendizado histórico das inúmeras situações que enfrentamos como opressores ou oprimidos. Essa educação atenta ainda para os rumos da intolerância que podemos atingir quando se tem uma formação que não pressupõe, minimamente, uma sociedade democrática e nem um esclarecimento pela história.

As teses que fundamentam esta pesquisa se complementam na medida em que a busca e preocupação por uma educação contra a barbárie e emancipatória de Adorno (1995) aponta para os aspectos sociais aos quais a escola é atrelada, quando é percebida tal qual um mecanismo mantenedor do *status quo*. A partir de um entendimento de que não há uma isenção de valores presente nesta instituição e de que, também, o trabalho pedagógico legitima e inculca valores da cultura dominante.

Isto é, a formação nos moldes que o CFNP apresenta pode confundir a educação para uma sociedade democrática com uma educação autoritária, que por todos os seus mecanismos disciplinares confluem seus alunos para uma atuação na sociedade disciplinar, e não como questionadores e transformadores de tal realidade, mas como perpetuadores de uma lógica de funcionamento social regrada pela disciplina e pela obediência.

Característico do ensino tradicional, a severidade educacional aponta para este contrassenso da formação militarizada dentro de um contexto democrático, isto é, os objetivos educacionais do CFNP podem

não apontar para uma transformação da realidade. A proposta de um ensino humanístico (PPP, 2013, p. 5) conduzido pela verdade científica e pelo homem do iluminismo cerca a educação à “formação para cidadania”, destinada a um saber com bases científicas para a relação do indivíduo com o mundo. Ou seja, este ensino que o colégio busca, e se pauta, é baseado num discurso que se sustenta, ainda hoje, pela dominação da sociedade individualizada e voltada para as exigências da lógica de mercado vigente. Chega-se, então, à ideia de uma “democracia funcional”, uma forma de enunciar a democracia no espaço militar em que ela é instrumentalizada para as práticas educativas específicas do colégio. Esta forma de democracia se fundamenta numa participação restrita dos indivíduos, assim como a manutenção do *status quo*.

Para chegar as estas considerações, além de um trabalho de campo houve a necessidade de um estudo documental, que contemplou Projeto Político Pedagógico, Planos de Ensino das disciplinas de Instrução Geral da Polícia Militar (IGPM), História, Sociologia e Filosofia. Foram realizadas também entrevistas com os respectivos professores destas disciplinas e com membros da direção, coordenação e supervisão educacional. Devido ao pouco tempo para realização desta pesquisa foi necessário restringir a análise somente para o Ensino Médio do colégio. Para a construção de uma visão integral das práticas formativas do colégio, e para garantir a aproximação com o campo e o mais adequado tratamento dos dados foi imprescindível a observação no campo tal como a participação em eventos do colégio (formatura do Ensino Médio e “Dia do Compromisso”). Atentando para o pouco tempo de pesquisa e também para a atitude defensiva que o colégio adotou diante deste trabalho, as práticas educativas que são analisadas aqui referem-se à disciplina de IGPM, algumas rotinas militares específicas do colégio tais como a entrada em forma no início das aulas, a continência, o regimento disciplinar e a formação para o mercado de trabalho atrelado a ideia de autoridade e disciplina.

Como não há trabalhos semelhantes a este sobre o CFNP, elencou-se como fundamental a descrição, em alguns momentos até exaustiva, da rotina do colégio e das especificidades que os cerca (como a presença dos monitores, professores de IGPM, as atribuições do chefe de turma e a formação diária no início das aulas). Desta forma, o texto se aproxima em alguns capítulos de uma etnografia, mas o trabalho, de modo geral, não se configura como tal, dada a análise documental e as entrevistas. A sobreposição da observação no campo em relação à análise das entrevistas ocorre principalmente pela riqueza de características formativas na rotina do colégio e pela coerção do próprio

campo em relação à pesquisa. Uma análise mais detalhada das entrevistas demandaria tanto mais tempo quanto mais entrevistas para que os entrevistados não fossem tão facilmente identificados em relação às suas falas; o local dos entrevistados na hierarquia do colégio foi mantido sob sigilo na análise tendo em vista a homogeneidade das falas, as preocupações já elencadas e o possível uso deste trabalho como instrumento de vigilância da gestão do colégio sobre a atuação dos entrevistados.

Os capítulos que seguem são construídos a partir de categorias de análise que surgiram do campo: distinção, homogeneidade, liderança, autoridade, hierarquia e democracia.

O primeiro capítulo discorre sobre o momento de chegada ao campo e as questões que foram apresentadas por ele para a possibilidade da pesquisa no colégio e a desconfiança em relação a temática e curiosidade sobre o CFNP. O título “Resiliência no trabalho de campo” deve-se ao apontamento de que a pressão sobre a pesquisadora, para que o trabalho não fosse realizado a partir de uma perspectiva crítica, fora tamanha que em determinado momento pensou-se em desistir da pesquisa. No entanto, o próprio arcabouço teórico da pesquisa serviu como resistência para a permanência no campo.

No segundo capítulo são apresentadas algumas definições de democracia com o objetivo de destacar nelas como o conflito aparece e é trabalhado em cada concepção. As teses de Adorno sobre a busca por uma formação de uma consciência emancipada, autônoma e diversa de uma razão instrumental, surgem como principal argumento para problematização de uma “democracia funcional”, isto é, uma democracia instrumentalizada para meios, como o CFNP, em que a hierarquia, autoridade e a administração dos conflitos são valores perpetuados pelas práticas cotidianas e entendidos como intrínsecos à formação democrática.

No terceiro capítulo é feita uma apresentação do colégio, seu histórico, formas de ingresso e a proximidade com a formação militarizada a partir de uma estética militar mesmo fazendo parte da rede estadual de Ensino Básico.

O quarto capítulo expõe as rotinas específicas do colégio, as características disciplinares descritas pelos documentos que regem o colégio e a relação disso com a formação dos alunos. Com a tentativa de aproximar o leitor da estética militar presente no campo também são apresentadas duas solenidades: formatura do Ensino Médio e “Dia do compromisso”. A relação entre a presença do professor civil e os monitores militares também é discutida neste capítulo buscando apontar

para a presença diária do militar, e da sua estética, nas práticas educativas do colégio. Por último, neste capítulo são discutidos os objetivos educacionais de dois projetos, Simulação de Organizações Internacionais para o Ensino Médio e Miniempresa, visando uma formação disciplinar para o mundo do trabalho.

O quinto e último capítulo deste trabalho busca, a partir das entrevistas e mesmo observação no campo, discutir a ideia de democracia que permeia as falas dos entrevistados apontando para o aspecto de instrumentalização da democracia tanto à estética militar quanto permanência a um estado de hegemonia de mercado.

1 RESILIÊNCIA NO TRABALHO DE CAMPO

O contato inicial com a escola se deu pouco mais de um ano antes da realização desta pesquisa. Foi marcado pela informalidade e pela autoridade hierárquica da instituição. Através de um familiar de uma conhecida que ocupava o cargo de chefe do setor de pesquisa do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, ao qual o colégio é subordinado, foi possível entrar em contato com o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires.

Autores como Brunetta (2012b), Leiner (1997) e Castro (1997) já afirmaram que a pesquisa acadêmica em meio militar se depara com situações distintas de aproximação do campo. O contato pode ser estabelecido através de parentesco com algum militar, contatos acadêmicos do orientador da pesquisa com a instituição ou, quando não há nenhuma relação de proximidade entre o pesquisador e a instituição, cria-se um contato através de vias formais, ou seja, contato com o departamento de pesquisa da instituição. Em todas as formas de aproximação com o campo, a patente e o cargo que o interlocutor da instituição ocupa pode ser determinante para a pesquisa. Seguindo a regra hierárquica do meio militar, quanto mais alto o contato do pesquisador estiver na hierarquia da instituição, menos difícil será o seu acesso a outros contatos para a pesquisa; uma vez que a pesquisa seja autorizada por um superior, seus subordinados hierarquicamente assumem o compromisso de participar da pesquisa quando solicitados.

A pesquisa uma vez autorizada não garante a permanência do pesquisador no campo por tempo indeterminado. Neste sentido, também encontramos semelhanças no trabalho destes autores em relação a formalidade e a sua falta, em alguns momentos, da instituição em relação a pesquisa acadêmica. O compromisso assumido pela instituição com a pesquisa muitas vezes não é formalizado através de documentos pelo campo. Acorda-se, depois de vários contatos, que a pesquisa poderá ser feita sem impedimentos ou restrições, contudo alterações de funcionários e mudanças de cargos durante a pesquisa são recorrentes e em sua maioria o pesquisador não tem o conhecimento a não ser quando se depara na instituição com a mudança de entrevistados e com a necessidade de uma nova autorização para a pesquisa.

Ainda em relação ao início da pesquisa e seu estabelecimento no campo a desconfiança dos sujeitos se repetiu nas pesquisas dos autores supracitados e também na pesquisa no CFNP. O receio sobre o objetivo e as intenções da pesquisa, isto é, o que será dito sobre a instituição é uma questão nem sempre muito simples de ser resolvida

pelo pesquisador, uma vez que possui o compromisso com as Ciências Sociais, seja a pesquisa feita pela Sociologia, Antropologia ou Ciência Política, o pesquisador deve tratar dos dados da pesquisa com o devido cuidado metodológico ao qual se propõe e principalmente não se render ao que os interlocutores da pesquisa gostariam que fosse dito sobre a instituição pesquisada. Neste sentido, a desconfiança sobre qual o fim da pesquisa e suas pretensões pode ser visto também como um cuidado da instituição para que não se perpetuem visões negativas da instituição.

Também deparado com esta situação de desconfiança do campo em relação a pesquisa e o estabelecimento de certa confiança da instituição em relação ao pesquisadora, Leiner (1997) faz o seguinte relato:

Aqui, a pesquisa, mais do que eu, teria muito a dizer sobre *a realidade do Exército*. Muitas vezes me foi dito para, na pesquisa, “*falar apenas a verdade*” ou “*não difamar o Exército*”. Assim, a pesquisa teria um sentido pedagógico, pois tratar-se-ia de difundir uma visão [correta], a fim de torná-la senso comum, com vistas a um projeto que ligasse interesses. Nesse caso, meu trabalho acabou por representar quem sou — se ele pode ou não ser “prejudicial”, vai determinar se serei ou não um *amigo*. Trata-se do inverso do caso clássico descrito por Foote-Whyte: Descobri que a minha aceitação no distrito dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar [...]. Se eu fosse uma boa pessoa, meu projeto era bom; se não fosse, nenhuma explicação poderia convencê-los de que o livro era uma boa idéia” (apud CICOUREL, 1980:90). (LEINER, 1997, p.22, grifos do autor).

Este contato com o campo e a presença da pesquisa neste meio oscila entre o formal e o informal, isto é, no caso específico do CFNP, não há uma legislação ou indicações que estabeleça as regras para a presença de uma pesquisa acadêmica no colégio, ela será aceita ou não conforme a vontade dos administradores do CFNP. Sem critérios estabelecidos para uma possível pesquisa no colégio, o contato com o pesquisador se estabelece no campo mais próximo da informalidade, isto é, formal sem critérios, pois esse contato não pauta a sua presença

no campo a partir de uma legislação do local, mas de conversas com aqueles que estão gerindo a instituição. A relação que se estabelece entre o representante da instituição pesquisada e o pesquisador é de autoridade absoluta por parte do primeiro, uma vez que não há garantias claras e definitivas de que a pesquisa poderá ocorrer sem interrupções e desvios de objetivos. Isto representa o próprio processo de pesquisa como um espaço de disputa de significações acerca da instituição pesquisada.

Em função de ter o contato do campo estabelecido com um Tenente-coronel do Centro de Ensino da Polícia Militar, isto é, um funcionário que ocupe cargo mais alto na hierarquia da PMSC, na qual se insere o CFNP, a pesquisadora foi anunciada, no início da pesquisa, para um funcionário do colégio que seria entrevistado como “a moça da pesquisa que o Tenente-coronel nos avisou”. Esses dizeres soavam como um recado para que a pesquisadora fosse bem recebida e atendida, pois quem autorizou, mesmo que informalmente, a sua presença fora o Tenente-coronel do Centro de Ensino. A hierarquia, um dos valores que fundamenta a Polícia Militar, caracteriza a sua lógica própria de funcionamento e tratamento com a pesquisadora, a partir de sua função e patente na instituição. Ainda que o estudo tenha sido no Colégio da Polícia Militar, em que civis e militares fazem parte de um mesmo corpo pedagógico, as relações hierárquicas guardam a sua essência e se reproduzem no atendimento da pesquisa. Este posicionamento que se repetiu com alguns entrevistados, de prestar um atendimento de qualidade e respeito com a pesquisadora por ordens vindas do Centro de Ensino, ressalta o caráter formal (porém, sem critérios) e hierárquico que se estabelece tanto dentro da Polícia Militar quanto no CFNP.

Tentou-se manter, por parte da pesquisadora, uma formalidade (através de autorização documentada) capaz de garantir que a pesquisa ocorresse no colégio sem o perigo de ser abortada pelos gestores. No entanto, não houve esta certeza no decorrer do campo, pois a pressão dos dirigentes sobre a pesquisadora causaram momentos de extremo desconforto para a continuidade da pesquisa e também de desmotivação para seu avanço. Contudo, o incentivo mais forte para não desistir da pesquisa, eram justamente os empecilhos e dificuldades geradas pelo campo, os quais justificam em seu princípio um estudo sobre a educação democrática neste contexto.

Em contato com a supervisão escolar do colégio foi solicitado à pesquisadora que apresentasse as reais intenções da pesquisa e seus objetivos num documento que registrasse a seriedade deste trabalho e tivesse as assinaturas do coordenador de curso e do orientador da pesquisa. Optou-se, então, por submeter o projeto ao Comitê de Ética

em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)³ da UFSC já no final de 2013, para começarmos a pesquisa no início de 2014.

O projeto foi apresentado uma primeira vez à direção do colégio, pois a protocolização do projeto no CEPSH exigia uma autorização prévia da instituição na qual a pesquisa seria realizada, a qual deveria ser assinada por seu representante. Na ocasião da entrega do documento ao diretor do Centro de Ensino, este já com uma cópia do projeto em mãos, elogiou a iniciativa da pesquisa e se mostrou muito interessado para que a pesquisa ocorresse.

O projeto foi aprovado, com exigências de que houvesse no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴ um apontamento sobre os riscos e benefícios da pesquisa aos entrevistados. Segundo a Resolução nº 466 de dezembro de 2012 do CEPSH todos os entrevistados pela pesquisa, então, deveriam assinar o termo⁵. Um documento semelhante foi elaborado e entregue a direção da escola para autorização da pesquisa no colégio⁶.

No início de 2014 o trabalho de campo foi iniciado com uma reunião com a direção do colégio. Neste momento foram apresentados: 1) o protocolo de aprovação da pesquisa junto ao CEPSH; 2) o documento de autorização da pesquisa no CFNP; 3) o pedido para ter acesso aos planejamentos de aula das disciplinas de Sociologia, História, Filosofia e IGPM; 4) outra cópia do projeto de pesquisa; 5) por fim, foram novamente apresentados os objetivos da pesquisa, esclarecendo quais funcionários do colégio seriam entrevistados e quais outros documentos seriam analisados. O documento de autorização da pesquisa foi assinado e ao final da conversa a direção deu livre acesso para a pesquisadora fazer as entrevistas e circular pelo colégio. Através do termo de autorização da pesquisa no colégio a pesquisadora, por iniciativa própria, assumiu o compromisso de realizar um seminário no colégio para apresentação e discussão desta pesquisa depois que fosse

³ Número do parecer 539.121.

⁴ Apêndice A.

⁵ “b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles participantes de pesquisa que, embora plenamente capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos, ou à influência de autoridade, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia, como estudantes, militares, empregados, presidiários e internos em centros de readaptação, em casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes inteira liberdade de participar, ou não, da pesquisa, sem quaisquer represálias;” (p. 6)

⁶ Apêndice B

apresentada para a banca. O diretor aceitou a proposta e ficou ao seu critério escolher quais seriam os participantes deste seminário no CFNP.

Apesar de previamente agendada, neste dia não pode ser feita a entrevista com o diretor, apenas uma conversa mais informal sobre os trâmites burocráticos, pois naquele dia estava com muitos compromissos. Disse que atenderia a pesquisa em outro momento, quando a pesquisadora fosse entrevistar outros funcionários, e de acordo com a disponibilidade do diretor, sem a necessidade de agendar um dia para a entrevista.

Alguns dias depois uma conversa foi marcada com a supervisão educacional do colégio para que fizesse o contato com os professores e quem mais participaria da pesquisa. Porém, antes dessa conversa a pesquisadora recebeu uma ligação da supervisão educacional pedindo para que, previamente às entrevistas no colégio, ela conversasse em conjunto com a supervisão e direção. Marcou-se uma reunião para o dia seguinte.

No momento da ligação foi difícil entender qual o propósito de uma nova conversa entre pesquisadora, diretor e supervisora, uma vez que a pesquisa já tinha sido autorizada tanto pelo diretor do Centro de Ensino quanto pelo diretor do colégio. A pesquisadora foi ao colégio com a intenção de realizar as entrevistas com estes dois interlocutores. Contudo, o cenário foi muito diferente do esperado.

No dia marcado a pesquisadora foi recebida por dois gestores do colégio (um militar e um civil) com a seguinte fala: “precisamos ter uma conversa sobre o projeto antes de você começar a sua pesquisa”.

Logo no início, os gestores apresentaram a principal preocupação que tiveram ao ler o projeto: o referencial teórico: Theodor W. Adorno e a Teoria Crítica.

Foram quase 2 horas de reunião em que foi possível sentir que a pesquisa seria interrompida, pois a presença da pesquisadora ali era incômoda. O tom coercitivo das falas dos gestores e o próprio fardamento de um deles colocaram a pesquisadora numa situação de receio e dúvida sobre seu tema de pesquisa e objeto de estudo. Ao mesmo tempo em que a vontade era mesmo de desistir da pesquisa no CFNP, o arcabouço teórico ganhava destaque para debater a situação que fora criada naquele momento.

Falas como “a sua perspectiva teórica, fala de barbárie que é um termo muito pesado para se utilizar” e “se partir dele [Adorno] para conhecer o colégio você vai ter um olhar negativo sobre o CFNP, ele fala da disciplina como algo que castra o ser humano”, marcaram toda a conversa. Foi uma situação tão marcante para a pesquisadora que logo

após a reunião houve a necessidade de um relato das falas e reflexão em busca de não esquecer o que acontecera naquela quinta-feira.

Basicamente, os gestores afirmavam o quão ordinária e trivial é a escola, ou seja, em que nada se difere de outros colégios de Ensino Básico. Diziam que o CFNP é um colégio de Ensino Básico que segue a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e as leis que regem os outros colégios estaduais; que tem um conteúdo que deve ser passado para os alunos, que as diferenças estão apenas na forma em que cada professor trabalha estes conteúdos, sendo isto o que os diferencia dos outros colégios. Outra afirmativa foi de que a presença da pesquisadora no colégio, com o intuito de levar a crítica ou questionamentos não os interessa, ou seja, que a pesquisa serviria apenas para criticar o seu trabalho. Ressaltaram ainda, que a pesquisa sobre democracia deveria ser feita nas escolas onde os alunos não respeitam os professores e acham normal pichar muros, não ali no CFNP.

Em toda a conversa os gestores do CFNP, que ali estavam, afirmaram e reafirmaram que a pesquisa não seria útil ao colégio, pois tendo em vista a perspectiva teórica, faria críticas ao CFNP. A percepção da crítica para os interlocutores é de que ela é improdutiva e não se apresenta como contribuinte para o colégio, serve apenas, como afirmaram, para desconstruir seus 30 anos de sucesso. Fica claro que não compartilham de uma leitura da teoria crítica, e também esta leitura não era esperada pela pesquisadora, mas a aparência formal da instituição criou uma perspectiva na pesquisadora de que os protocolos para o andamento da pesquisa seriam facilmente cumpridos uma vez que a autorização do Centro de Ensino para a pesquisa já tivera ocorrido. É evidente que a pesquisa seria útil, como disseram, ao colégio somente se fizesse uma descrição de suas práticas e rotinas, e não uma análise reflexiva.

Neste sentido, Brunetta (2012a) afirma que considerando a amplitude metodológica das Ciências Sociais em oferecer formatos específicos de pesquisa que se adéquem as várias temáticas possíveis, a posição do pesquisador é fragilizada quanto as questões políticas que envolvem seu tema

Ou seja, dispondo de uma gama considerável de possibilidades de abordagens técnico-metodológicas sobre o tema da pesquisa, corre-se o risco de negligenciar a perspectiva política sobre o tema, pois se entende que embora inseparáveis,

do ponto de vista prático, as questões técnicometodológicas se sobreponham às questões de ordem política, haja vista a “vitória” do paradigma fenomenológico e empírico nas instituições brasileiras de pesquisa. Dessa consideração emerge a preocupação com o esfacelamento do compromisso das ciências sociais em explicar a realidade e não meramente em descrevê-la, pois caso se assuma a incapacidade de explicação, ou que se aceite que a própria descrição é explicativa e, por si só, suscitante de hipóteses, produzir-se-á uma contradição frente ao próprio desenvolvimento científico, dado que nas condições de predomínio de um paradigma metodológico, levariam à extinção da crítica da realidade e, necessariamente, à extinção absoluta da autocrítica. (p. 221-2)

A principal preocupação dos interlocutores com o referencial teórico ocorre pelo entendimento que têm do autor: é um questionador da ordem vigente, posta, e da autoridade. Houve uma tentativa, talvez em vão, por parte da pesquisadora, de explicar rapidamente sobre o papel crítico das Ciências Sociais, que a dúvida e a desconfiança do dito natural ou normal fazem parte da pesquisa na área das Ciências Humanas.

Nesta tentativa de explicitar os pressupostos das Ciências Sociais, de como a crítica e o debate servem para contribuir, também, com a educação, os interlocutores fizeram a seguinte afirmativa: os questionamentos e críticas que você trouxe para e sobre a nossa escola não nos serão úteis, só servirão para desconstruir, e não servirão para os 30 anos de sucesso da escola; isto é, esclareceram ainda mais que a crítica ou mesmo uma problematização do ensino do colégio não é bem-vinda, nem mesmo de forma acadêmica.

O sucesso do colégio é enaltecido pelos interlocutores em relação à grande procura para entrar no CFNP, alto índice de aprovação no vestibular, a procura da mídia em descobrir porque o ensino neste colégio dá certo enquanto que em outras escolas públicas não funciona. Apresentar e discutir as contradições que surgem ou fazem parte deste ensino de sucesso caracteriza, mesmo que minimamente, uma desestabilização na segurança de que os 30 anos de história de sucesso da escola se devem a educação pautada em autoridade hierárquica,

disciplina e organização. Tratar destes assuntos dentro da Polícia Militar é tirar um manto que tenta recobrir e embelezar a instituição. É preciso clarear essas estruturas de perpetuação de poder e inculcação da ordem e da disciplina e mostrar que o sucesso pode significar, também, o resultado de uma rigidez de ensino que apenas reproduz a ordem hegemônica do próprio capitalismo e seus valores (como dominação, empreendedorismo e consumo). Resistir ao constrangimento e à coerção do campo fez-se necessário para continuar com a perspectiva crítica e não transformar o trabalho em uma mera descrição do colégio.

Na busca pela resiliência neste trabalho de campo e não perecer nos momentos de maior intervenção dos interlocutores sobre a pesquisa as palavras de Caria (apud BRUNETTA, 2012b) são esclarecedoras:

Aliás, é devido a esta filiação que não entendemos o posicionamento daqueles que defendem para a ciência uma imparcialidade explicativa (não confundir com neutralidade observacional), pois o lugar de fronteira que sustentamos não é vazio de valores e interesse pelo mundo [...] Existem algumas estratégias de investigação que estão mais próximas da etnografia porque não cultivam, forçosamente, uma relação de exterioridade com o objecto em estudo. (p. 237)

Brunetta ainda completa

Portanto, trata-se de admitir e considerar as inúmeras e permanentes influências produzidas na própria relação com os sujeitos da pesquisa, objetivando a reflexividade necessária à ampliação dos termos da análise à sua dimensão ética e política, o que significa reconhecer os termos da alteridade na prática da pesquisa. (idem)

O que também incomodou os interlocutores foi o uso do termo “investigar” nos objetivos da pesquisa, afirmaram que é uma palavra muito forte para ser utilizada uma vez que não fizeram nada de errado para serem investigados. A conotação desta palavra para os gestores tem um sentido criminalístico, a partir do qual entende-se que só há motivos para investigar quando acontece algo fora da ordem prevista. Porém, a investigação na pesquisa científica em Ciências Sociais funciona como

uma descoberta no sentido de revelar algo que está encoberto por um discurso que se perpetua e solidifica verdades sobre aquilo. A investigação é, portanto, uma maneira de penetrar por estas camadas que encobrem o objeto estudado e desmistificá-lo, ainda que nem sempre da forma esperada. Contudo, não se pode acreditar que esta investigação possa nos trazer outra verdade sobre o objeto, como se fosse uma verdade mais verdadeira que a anterior e que a substitui. Ela será muito mais completa se, ao descobrir o objeto apresentar ainda mais contradições e questionamentos sobre ele e não reafirmar uma nova verdade.

Diante de intensa pressão em relação à pesquisadora, e justamente no momento em que o campo da pesquisa seria iniciado, é impossível não suscitar uma consideração preliminar acerca da pouca abertura à pesquisa no CFNP. Esses trinta anos de sucesso parecem justificar que a crítica não é necessária dentro do colégio, o que reforça o quão fechado o CFNP está para o estudo de suas práticas, as quais por se autoavaliarem tão positivamente, também sugerem uma consideração preliminar sobre sua arbitrariedade na inculcação de valores.

O argumento utilizado pelos gestores foi de que, ao tomar Adorno como base teórica da pesquisa, seria inevitável uma afirmação da presença de ideologia no colégio. Não foi possível questioná-los sobre o que significa tal ideologia, uma vez que a negaram. Mas é possível fazer algumas interpretações a partir desta argumentação.

Uma delas avalia que ao afirmar que não há ideologia no colégio estão referindo-se a valores militares na escola dado que este se insere num ambiente de estética militar⁷. Outra forma de interpretação desta “negação ideológica” pode se dar em relação a um ensino que seja neutro em suas perspectivas políticas, por exemplo.

No entanto, o que aconteceu neste dia foi uma tentativa intimidação da pesquisadora, e muito mais na voz de um funcionário civil que defende e, certamente se espelha e se aproxima ideologicamente com a própria Polícia Militar e seus valores morais (afirmando que “nós somos civis na casa dos militares”) do que do representante fardado que estava presente na conversa.

Da conversa com os gestores do colégio subtrai-se algo como um veredicto de que a pesquisa poderia acontecer, os encontros com os professores para fazer as entrevistas poderiam ser feitos. No entanto, a

⁷ A estética militar pode ser definida, resumidamente, como um formato de disciplina e organização das rotinas que visam à ordem e o respeito às hierarquias e autoridades.

pesquisadora teria que relatar constantemente o que estava observando no colégio, o que estava pensando sobre as entrevistas e mesmo sobre o CFNP como um todo. A argumentação com os gestores foi, no mínimo, delicada. A pesquisadora entregou o roteiro de entrevista semiestruturado que seria feito com os professores e outros entrevistados, a pedido dos gestores do colégio, para que estivessem cientes do que seria questionado, num ato da própria pesquisadora de mostrar que não haveriam inserções alheias ou posteriores ao projeto original e que este estava claro sobre seus objetivos investigativos no colégio⁸. Os pedidos de prestação de conta não foram documentados pelo colégio, estabelecendo assim um compromisso informal entre a pesquisadora e o campo. Mesmo que seja posta de maneira informal pelos gestores do colégio, parece haver uma permanente desconfiança em relação à pesquisa.

Como o acordo e o pedido de contato constante do colégio com as interpretações da pesquisa na sua construção foram apenas de forma oral, decidimos (a pesquisadora e o orientador) redigir um ofício⁹ solicitando esclarecimentos acerca das exigências quanto à realização da pesquisa. Este ofício foi entregue à direção do colégio logo na primeira vez que a pesquisadora voltou ao campo após essa conversa. Entretanto, não houve resposta ao ofício, apenas a fala de que não havia necessidade

⁸ A entrega dos roteiros de entrevista semiestruturados gerou uma intervenção direta dos interlocutores na metodologia da pesquisa. Em momento algum a pesquisadora solicitou para que o roteiro fosse entregue aos entrevistados previamente. O contrário também não foi feito. Não foi pedido sigilo das perguntas para garantir um grau mais fluido e tom de conversa das entrevistas. Por opção da supervisão educacional e da direção do colégio os roteiros de entrevista semiestruturada foram entregues para todos os entrevistados antes das entrevistas. Alguns foram orientados de que a entrevistas não seria gravada causando surpresa quando a pesquisadora questionava se a conversa poderia ser gravada. Por conta dos roteiros das entrevistas terem sido entregues previamente aos entrevistados, alguns interlocutores no momento da entrevista já tinham as respostas prontas e as entregaram por escrito. Outros foram ditando cada resposta para que a pesquisadora anotasse com o cuidado de que não houvesse desentendimentos nas respostas dadas e que fossem redigidas tal qual estavam sendo ditas. Por estas questões peculiares ao campo decidiu-se pelo total sigilo das respostas dos entrevistados no texto, sendo necessário, algumas vezes, o uso de citação indireta para as falas. Não haverá, então, identificação de nenhum depoimento, uma vez que foram poucos entrevistados e estes seriam facilmente identificados.

⁹ Apêndice C

alguma de prestação de contas da pesquisa para o colégio, apenas se pedia cautela no uso da interpretação crítica no CFNP, o que evidencia que as atitudes da gestão do CFNP pretendiam simplesmente constranger a pesquisadora e cercear a pesquisa.

A informalidade do pedido e falta de critérios para a atuação da pesquisa no colégio não esclarece o que regulamenta a pesquisa científica na escola, uma vez que não foi encontrado em nenhum documento disponibilizado pelo colégio ou pelo próprio site da instituição, informações sobre quais as exigências para haver uma pesquisa no CFNP. Não ter documentado os critérios para a pesquisa torna-os livre para cobrar do pesquisador uma prestação de contas, ou num caso extremo negar a pesquisa no colégio. A formalidade que a pesquisadora esperava do colégio da Polícia Militar não se concretizou. As exigências e critérios que se estabeleceram ao longo do andamento da pesquisa foram, além de informais, instrumentalizadas pelos gestores do colégio para que os resultados da pesquisa fossem benéficos à instituição.

É possível, já neste momento de entrada no campo, perceber a recusa da crítica no colégio, que sugere o questionamento acerca da correlação entre a forma como são tratados os questionamentos levados por esta pesquisa e os questionamentos dos alunos do colégio. Em outras palavras: será que este receio de que a pesquisa fosse feita e trouxesse questionamentos também corresponde à forma pela a qual o colégio trata as diferentes demandas dos alunos?

O mesmo pode ser inferido acerca do conjunto de servidores do CFNP, sejam eles civis ou militares, ou seja, em meio a todo esse aparato que protege à escola de uma visão externa e crítica, fica impossibilitada a construção de uma autocrítica por parte daqueles que são seus funcionários, como os professores.

No caso dos professores, a contratação anual dos docentes fragiliza a crítica que pode surgir destes interlocutores, uma vez que, além de não serem militares, não são parte do quadro efetivo do colégio. A contratação temporária e precária engessa possíveis críticas, pois a autoridade do professor civil é temporária, enquanto que, por exemplo, a do monitor militar é permanente.

Neste contexto, pesquisar uma escola estadual pública que se insere no Centro de Ensino da Polícia Militar, se justifica primeiramente pelo fato de não haver outros trabalhos sobre este objeto. Todavia, o que se apresenta como mais relevante aqui é em relação ao compromisso histórico da academia com a Polícia Militar a partir do golpe civil militar de 1964 e seus desdobramentos que perduram até hoje. O

distanciamento entre a academia e a Polícia Militar desconsidera o tratamento dado por esta polícia às Ciências Humanas e seus autores durante a ditadura que foi tanto de negá-la e cercar discussões que questionassem a ordem imposta, quanto de proibir a sua presença, na forma de Sociologia, por exemplo, no currículo do Ensino Básico.

O conflito e a falta de proximidade existente na relação entre a academia e Polícia Militar podem ser percebidos também num episódio recente de 25 de março de 2014 em que a tropa de choque da Polícia Militar entrou em confronto com alunos, servidores e docentes na UFSC¹⁰.

O distanciamento entre a academia e a Polícia Militar não pode ser justificado pela falta de interesse em se fazer pesquisa na instituição. Mas, sobre a ótica de que a própria Polícia Militar e suas instituições subordinadas (como o CFNP) não confiam na crítica da pesquisa acadêmica para discutir a sua atuação, e em razão disto aumentam os muros e dificuldades. Não barram explicitamente, pois isto só tornaria a imagem da corporação mais fechada em relação à sociedade, mas dificultam a aproximação de um olhar que não esteja em conformidade com o seu.

Tendo em vista o trabalho que vem sendo feito pela PM de mudar a visão da população sobre a instituição¹¹, uma das formas possíveis de abertura seria a garantia, regulamentada legalmente, de realização de pesquisas acadêmicas, exatamente o oposto à desconfiança em relação à pesquisa. Diante desse questionamento são possíveis duas hipóteses. A primeira é de que o trabalho da polícia de reaproximar-se da comunidade civil deve-se ao fato de que a imagem da instituição está distante do que se pretende pela própria corporação: de uma polícia que está ao lado do cidadão e da sociedade civil, e não em confronto com estes. Esta pesquisa poderia, então, contribuir para esta imagem negativa da instituição se perpetuar se for pautada simplesmente pela crítica ao CFNP e não somente na descrição das práticas e rotinas do colégio.

¹⁰ Mais informações <http://desacato.info/santa-catarina/carta-do-professor-agredido-pela-policia-em-repressao-na-ufsc/> Acesso em: junho de 2014

¹¹ Trabalhos como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem como propósito aproximar a polícia da população integrando os policiais militares como parceiros da população na luta contra as drogas e contra o crime. Nesta mesma lógica encontra-se o policiamento comunitário que coloca a polícia diariamente junto a comunidade para que ela passe a ver na Polícia Militar um aliado na segurança pública.

A segunda hipótese refere-se ao entrosamento da estética militar e do aparato simbólico da Polícia Militar presente no colégio. Eles endossariam um ensino pautado pelo cerceamento de liberdades e diferenças presentes dentro do colégio. Temas como a ditadura militar ou mesmo questões de segurança pública que envolvam a atuação, tantas vezes violenta, da polícia seriam temas velados na escola e por isso, a educação do colégio se atrelaria muito mais a um ensino conservador e arbitrário. Esta pesquisa faria, então, o desserviço de problematizar este ensino e desacreditar a atuação do colégio da Polícia Militar.

Estas duas hipóteses, ao mesmo tempo em que não divergem entre si, também se confirmam como ambivalentes. A pesquisa tem o propósito de questionar a normalidade imposta pelo colégio da Polícia Militar e para isto fez-se necessário um processo dialético com o campo. Houve um trabalho de negação dos pressupostos para entrar no colégio, em seguida o embate com todo o material do campo e por último a readequação dos pressupostos a partir dos elementos transformadores do campo e dos objetivos iniciais da pesquisa.

Estas considerações nos levam a um apontamento significativo sobre a prática etnográfica que se buscou nesta pesquisa. Segundo Caria (apud BRUNETTA, 2012b) a etnografia se amplifica ao desconstruir o caráter etnocêntrico do pesquisador em busca da compreensão do outro e, mais do que isso permite a construção do conhecimento como relação social. Ou seja, ao não dicotomizar a relação pesquisador/campo, abre-se espaço para que uma inserção nesta realidade do pesquisado trate de ser reflexiva ao mesmo tempo em que crítica e propositiva.

Assim como a inserção da pesquisadora no campo provoca reações, aqui a de resiliência, o campo também significa e reage a pesquisa, ao possível olhar do estrangeiro ao seu mundo. A primeira reação foi de abertura do campo. Como apontado anteriormente, esta abertura não foi contínua e já pode indicar para o conceito e a temática centrais desta pesquisa: democracia. A “democracia funcional” da Polícia Militar se fundamenta, desta forma, numa convivência entre iguais e disciplinados pela ordem vigente, do contrário a diferença que emerge do conflito não deve ser reconhecida.

2 DEMOCRACIA COMO GARANTIA DO CONFLITO

Se até mesmo braço armado do Estado se arroga democrático, o que significa democracia? Tendo em vista a defesa de uma palavra que se tornou tão comum, mesmo dentro da Polícia Militar, é necessário apresentarmos algumas definições e fatores da democracia, e qual será a utilizada pela pesquisa para confrontar com os elementos e categorias apresentados pelo campo.

O objeto central desta pesquisa, a democracia como processo e objetivo do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, contempla definições muitas vezes ambíguas e próximas de um liberalismo democrático por parte dos interlocutores do colégio. Elas parecem oscilar entre uma democracia mais cidadã e uma democracia voltada para o mercado, para isto as práticas educativas são a ótica indispensável no que tange a relação que o colégio e seus sujeitos têm com o conflito e mesmo as críticas que surgem no ambiente escolar.

O problema do conflito e de relação de interesses perpassa as várias teorias sobre democracia que seguem. A maneira com que cada uma delas lida com estas questões se dá de forma distinta, por isso, faz-se necessário um retorno às teorias que discutem a democracia.

2.1 Teorias da democracia

Segundo Bobbio (1983), o pensamento ocidental acerca da democracia foi pautado pela tripartição aristotélica entre os pensadores que antecederam Hegel. A tipologia aristotélica divide entre três formas puras, e três formas corruptas de governo, resumidamente, dentre elas a Democracia é conferida à forma corrupta, definida por governos tirânicos ou oligárquicos. A classificação é feita a partir de quem governa em relação ao interesse geral ou próprio. O governo da maioria é chamado de *politia* enquanto as de “vantagens para o pobre”, para o monarca ou para os ricos são classificadas como Democracia.

A forma de Governo que, na tradição pós-aristotélica, se torna o Governo do povo ou de todos os cidadãos ou na maioria deles é no tratado aristotélico governo de maioria, somente enquanto Governo de pobres e é portanto Governo de uma parte contra a outra parte, embora da parte geralmente mais numerosa. (BOBBIO, 1983, p. 320)

O posicionamento de ser contra alguém, garante à democracia um status de portadora do conflito desde o seu início. Isso significa que para sua existência o conflito de ideias e mesmo de interesses estará presente, no entanto eles devem ser tratados com a garantia de não utilizarem o recurso da violência.

Na passagem para a democracia moderna os juristas da tradição romano-medieval da soberania popular, assim como os próprios contratualistas, são considerados, por Bobbio (1983) seus precursores. Os juristas de tradição medieval constroem seu pensamento sobre a democracia, a partir de um pressuposto de soberania popular, enquanto os contratualistas, antecidos por Maquiavel, se baseiam na democracia de Platão, da República. Tais formas de pensar a democracia baseiam-se no conflito, ou seja, em como gerir os conflitos da sociedade. As diferenças e discordâncias estarão presentes sejam em regimes autoritários ou democráticos, a forma com que estes conflitos serão tratados é o que caracterizará e diferenciará governos com maior ou menor participação popular, ou ainda, de autoritarismos ditatoriais.

Entretanto, Bobbio (1983) aponta para a questão de que a teoria da soberania popular não conflui com o pensamento contratualista

[...] seja porque a doutrina contratualista nem sempre teve êxitos democráticos [...], seja porque muitas teorias democráticas, sobretudo na medida em que se caminha para a Idade Contemporânea, prescindem completamente da hipótese contratualista. (BOBBIO, 1983, p. 322).

A permanência do conflito, sendo este um problema para os contratualistas, demonstra o caos do estado de natureza do homem, que se estabelece não por um estado de guerra física permanente, mas do conflito de ideias que os homens não teriam a capacidade de gerir ou ainda de superá-lo. Ainda assim, a forma de concessão de poder através do pacto – seja ele revogável ou irrevogável, total ou parcial – aproxima as teorias para a formação da teoria moderna da democracia.

Durante o século XIX essa discussão se deu na disputa entre o liberalismo e o socialismo. A Democracia próxima ao Estado liberal, segundo Bobbio, foi defendida por Benjamin Constant na sua comparação entre a liberdade dos antigos em relação a liberdade dos modernos. Esta, não se aplica a todos os cidadãos tampouco prevê uma participação direta da população na formação de leis e construção

política. A liberdade dos modernos “é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política” (BOBBIO, 1983, p. 323), contudo não atingindo toda a população.

Este conceito de democracia teve como principais autores, além de Constant, Tocqueville e John Stuart Mill, os quais defendem a maneira mais viável de se manter o Estado liberal, que é visto como mantenedor dos direitos de liberdade de expressão, de imprensa, entre outros.

Nesta concepção liberal da Democracia, a participação do poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto. A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito. (BOBBIO, 1983, p. 324)

O processo de democratização da concepção liberal baseia-se na máxima de garantia da soberania popular e dos direitos de liberdade. Segundo o autor, há uma alteração mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo, não garantindo, de forma concreta e total, tais princípios.

No viés crítico de projetos democráticos que se aproximam mais de uma separação dos indivíduos entre aqueles que dominam e os que são dominados, segundo Bobbio (1983) encontram-se os defensores de um projeto de ruptura para o Estado Comunista. Este processo, de democratização do Estado para o socialismo, representa uma mudança, uma ruptura com o antigo regime para se chegar a transformação. Ocorre então a crítica à democracia representativa, e uma aproximação de algumas bases da democracia direta, como soberania popular. Considerando, ainda, as especificidades da transição para mudanças no regime, que acontece na teoria marxista. O autor exemplifica com o sufrágio universal, que para a democracia do Estado liberal é um ponto de chegada, aqui é apenas o início.

Corroborando o conceito de democracia numa perspectiva socialista, Florestan Fernandes (1979) caracteriza a democracia como braço direito do sistema capitalista.

A democracia típica da sociedade capitalista é uma *democracia burguesa*, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do 'sistema democrático capitalista'. (p. 7)

Para o autor, a defesa de uma democracia é parte de uma sociedade perfeita. Ainda que ela seja definida com características do poder. A democracia é incompatível com qualquer tipo de autoritarismos e os próprios indivíduos desta sociedade são "auto-responsáveis" (idem, p. 9-10), isto é, a democracia é ao mesmo tempo a garantia do conflito de interesses sem o uso da violência, guardando-se o direito de expressão. Nem sempre, os direitos serão garantidos de forma ampla e igualitária, afinal a institucionalização de direitos busca uma igualdade entre indivíduos que serão sempre diferentes, seja na sua formação, nas suas crenças ou ainda nos aspectos físicos.

Nesta democracia perfeita, criticada por Florestan Fernandes, o poder não seria absoluto, as decisões tomadas estão sempre sujeitas ao conflito e, por último, não haveriam privilegiados neste sistema, os benefícios são compartilhados entre todo o corpo político e não divisões entre privilegiados e não privilegiados.

Esta definição formal de um modelo perfeito é criticada pelo autor. Ela não existe de fato e nem pode existir no sistema capitalista. Esse conceito da ciência política se constitui no imaginário burguês e se firma na lógica do argumento científico de uma dominação burguesa. "A partir do elemento burguês da democracia, tem-se feito a defesa militante do liberalismo ou da democracia parlamentar." (idem, p. 15). Com isso, a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo, ou seja, o processo de alienação presente no modo de

produção capitalista se torna presente no âmbito político na medida em que é preciso reforçar a alienação do indivíduo para que ele não se revolte contra o que se apresenta como verdade.

Podemos acrescentar ainda que não haveria a divisão entre privilegiados quando existe uma educação política que é válida na presença do conflito e com a disposição de todos a fazerem parte do conflito. Um dos principais objetivos dessa educação deve ser a busca pela garantia de direitos e não de privilégios.

Florestan Fernandes defende a ideia de que

O chamado Estado democrático tanto foi visto como a forma política mais completa da realização da liberdade do indivíduo, de autonomia dos grupos e instituições sociais, de não regulamentação da economia, da religião e da vida social, de separação, independência e equilíbrio dos poderes [...], quanto como a forma política mais avançada e refinada de ditadura de classe. (idem, p. 28)

Dessa forma, deve-se colocar a democracia no campo da experiência, e Florestan Fernandes indica a escola como espaço adequado para este fim. É uma forma de se refletir e propriamente experimentar hábitos democráticos. A educação é um espaço para a contra-hegemonia acontecer e se manifestar. É o local em que, o pensamento crítico deve estar presente, sobretudo como método de ensino. A educação deve ter como base uma reflexão crítica sobre a realidade social, tanto do aluno quanto da própria escola e, de modo geral, do próprio país. Um olhar crítico sobre a formação enciclopédica da escola pode garantir que o ensino se volte mais para a formação do indivíduo como um ser autônomo e menos para a manutenção de um *status quo* da democracia burguesa.

A democracia presente na sala de aula refletiria na presença e valorização das diferenças. O conflito, que, em casos de um ensino pautado na formação para a manutenção e garantia da ordem, é apenas gerido para que não tome rumos de discussões que aparentem desordem, ou é tão desvalorizado que não tem força para se fazer presente e se sustentar. No caso de uma educação nos moldes de uma democracia reflexiva e crítica, este conflito que emerge das diferenças tende a ser valorizado e muito presente; tratado não só como a garantia do direito de

expressão estimulando a diferença como forma, também, de não padronização dos indivíduos.

O modelo liberal de democracia de mera gestão dos conflitos, que também se apresenta como modelo político de organização da vida social, não garante que os diferentes interesses, quando confrontados e transformados em conflitos, sejam colocados sem a presença da violência para sua manutenção. A violência – seja ela simbólica ou física – aparecerá como recurso para garantir a ordem e não para evidenciar o pluralismo de ideias. Neste sentido, a democracia como recurso político serviria para garantir direitos, certificando que as diferenças não devem ser desvalorizadas ou padronizadas, se opondo, portanto, à democracia como forma de gerência do conflito a qual garante o privilégio de uns em detrimento de outros.

Laclau e Mouffe (1999) abordam a democracia no campo do discurso, e por isso, sua constituição enquanto forma de governo, e sua tipificação, será feita de forma imparcial e na direção de fixação de sentido daquele conceito. Estando no campo do discurso, esta democracia tem o debate e confronto de interesses como base. Os autores apresentam uma ideia de Democracia Radical, em contraposição ao ideal democrático liberal dos pensadores norte-americanos como John Stuart Mill e Tocqueville, recusando a apenas incorporação de novos agentes sociais e outras formas de participação, assim como discutem os fundamentos filosóficos, tanto desta linha de pensamento, quanto das propostas de cunho libertário e marxista (PINTO, 1999, p.70).

Nós definimos o projeto da esquerda como de radicalização da Democracia. Este pode incluir qualquer luta contra a relação de subordinação, que inclui aquelas do local de trabalho mas não se limitam em que seus princípios organizadores são ideais democráticos de igualdade e liberdade para todos, ideais, que na realidade estão a retórica dos grupos dominantes dos Estados capitalistas modernos. Nós, portanto, abandonamos a ideia da necessidade de uma ruptura radical como [sic] a sociedade prévia: a ideia de revolução. Começamos a entender nossa política como a radicalização de ideias e valores que já estavam presentes, apesar de incompletos, no capitalismo liberal. Eu penso que não existe nada mais radical do que defender a liberdade para todos. O

problema é que isto não é colocado na prática nas sociedades que clamam seguir estes princípios. O que o projeto de esquerda deve fazer é tratar de forçar essas sociedades a colocarem, verdadeiramente estas ideias em prática (LACLAU e MOUFFE apud PINTO, 1999, p.70-1).

Laclau e Mouffe afirmam que não há uma verdade histórica, que garanta ao proletariado o elemento revolucionário, contudo uma radicalização dos princípios democráticos já existentes funciona numa perspectiva revolucionária de ação e transformação social.

O trabalhador assalariado não conta como uma pessoa concreta de carne e osso, mas como um vendedor de força de trabalho. Para mostrar que as relações capitalistas de produção são intrinsecamente antagônicas, significaria demonstrar que o antagonismo ocorre logicamente da relação entre o comprador e o vendedor da força de trabalho. Mas isto é exatamente o que não pode ser feito. (LACLAU apud PINTO, 1999, p. 73).

O projeto de democracia radical dos autores – Laclau e Mouffe (apud Pinto, 1999) – apresenta uma revisão da situação de sujeito do proletariado de classe revolucionária colocando a sua posição de resistência como princípio, e não de vendedor de sua força de trabalho. É a resistência que constitui o sujeito antagônico da sociedade de classes. Esta posição não deriva, para os autores, das relações econômicas, mas pela inculcação de práticas articulatórias geradoras de discursos ideológicos. Estes são articulados para produção de verdades e condições de existência referentes ao que se quer perpetuar na relação de dominação.

Como então tratar de democracia sem partir do pressuposto de que ela possa garantir as diferenças tanto na conquista de direitos quanto na sua prática diária? A relação de dominação e, mais que isso, de rebaixamento de uma classe em relação a outra se perpetua na medida em que a formação educacional não considera a discussão sobre a realidade desigual do país como pauta de ensino. Ou ainda, quando esta repercute valores de consumo e de adequação ao mercado simplesmente

como forma de manter a ordem e formar para as necessidades de mercado.

As teorias sobre democracia apresentadas até agora se posicionam ou numa outorga da autonomia dos indivíduos para governantes, dando a eles o poder de decisão uma vez que os indivíduos, sendo muito diferentes entre si, não chegariam a um consenso do que é melhor para si e para todos, ou uma democracia liberal que pretende a manutenção do direito a liberdade, mas que acaba por defender o mundo dos negócios acima de tudo, ou ainda uma democracia que pode ser fundamentada num ensino comprometido com a formação política e crítica dos indivíduos.

No entanto, a discussão que mais se aproxima deste trabalho em relação à democracia é a fundamentada por Adorno. Seus escritos sobre a barbárie, indústria cultural e esclarecimento nos fornecem uma base para problematizar a presença, ou não, de um ensino democrático numa escola da Polícia Militar.

A barbárie do holocausto aparece como um dos momentos principais da história para se discutir como é possível uma sociedade em que não repitam os erros cometidos no passado e, principalmente, que tenha consciência da sua história. O autor aponta que o contexto de barbárie não deixou de existir ao findar do Terceiro Reich. As situações de barbárie permanecem na sociedade sob vários aspectos, sendo eles o de violação de direitos, a aplicação da violência física como fundamento educacional, ou mesmo a violência moral ou simbólica, e ainda da defesa de privilégios discriminantes em oposição à defesa de direitos. As sociedades de capitalismo tardio, como define o autor, permanecem numa situação de perpetuar a barbárie, solucionando seus conflitos, cada vez mais, através da violência.

A filosofia adorniana se apresenta como aparentemente desinteressada, especulativa, abstrata, e o é radicalmente; seu propósito primeiro, porém, é desobstruir com intransigência a densa camada ideológica que oculta as contradições do social e iluminar o duro chão da realidade. (ZUIN, et al, 2000, p. 94)

Adorno não defende formas específicas de governo nem faz previsões futurísticas do que seria a pós-modernidade, mas uma denúncia da hegemonia da semiformação sob a formação na sociedade

da supremacia da indústria cultural¹² que servirá como pano de fundo para a problematização da educação no âmbito do CFNP. Nas palavras de Pucci “trata-se de se ter consciência de que a mercantilização dos bens simbólicos, ou seja, a indústria cultural, não permite, por antemão, a verdadeira democracia e nem a validação da racionalidade livre, objeto de desejo da própria formação cultural. (ZUIN, et al, 2000, p. 120)

O principal propósito da educação, para Adorno, é que ela seja contra a barbárie e contra seu retorno. Formas de autoritarismos que permeiam a sociedade permanecem presentes até mesmo no ambiente escolar e na forma como a escola e o ensino se organizam.

Um pressuposto chave para entendermos a democracia na teoria deste autor é a relação entre progresso e barbárie. A construção e formação do ocidente que buscava o progresso no iluminismo, e séculos depois continua com o mesmo *modus operandi*, não considera os percalços e atrocidades que podem contribuir para a sua continuidade por meio de características tidas, muitas vezes, como definitivas para o progresso humano (como dizimar povos indígenas em detrimento de uma civilização, ou flexibilização do trabalho para a garantia de um mercado renovado em suas formas de exploração). A partir de uma visão da barbárie a que homem chegou, com o holocausto, Adorno faz a construção de uma teoria interessada em explicitar a atuação da razão instrumental e utilitarista para o progresso. A razão instrumental aliou a dominação à exploração, levando a sociedade para o lado da dominação e não da democracia. Há ainda um sentido utilitarista e instrumentalizado da democracia que se funda na cisão entre a prática e a teoria.

Todo o progresso material e espiritual obtido mediante a divisão social do trabalho não caminhou numa rua de mão única, pois a humanidade cada vez mais esclarecida é forçada a regredir a estágios mais primitivos. (ZUIN, et al, 200, p. 51).

¹² A razão instrumental, segundo Adorno e Horkheimer (apud PUCCI 1994) “se apresenta como um controle quase totalitário da natureza e com a tentativa de dominação incondicional do homem da sociedade moderna, impedindo a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Tudo passa sob o controle do mercado, o mundo inteiro é forçado a passar sob o crivo da indústria cultural. A sociedade capitalista moderna, através da Razão instrumental, reproduz ampliada e universalmente os interesses dominantes.” (p. 38)

A razão pretendida pelo iluminismo que buscava, através do conhecimento científico, uma sabedoria não mais baseada na religião foi apropriada como forma de dominação. A razão, levada ao seu sentido mais radical, justificou o surgimento de regimes totalitários como o nazismo e de maneira a desqualificar o pensamento racional como aquele que qualifica o homem como emancipado.

Para Adorno, Freud contribuiu para o campo da sociologia com o conhecimento “de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório.” (ADORNO, 1995, p. 119), a razão gerada, e geradora do processo civilizatório garante retrocessos anticivilizatórios, pois se aproxima de seu extremo e assim, de seu oposto, de uma falta de consciência, e como consequência o perpetua. Estes retrocessos apontados pelo autor, também acompanham a busca pelo esclarecimento iluminista que se baseia no progresso aliado ao tecnicismo e na reprodução da barbárie. Isto acontece porque estes ditos avanços são corroborados pelas formas de dominação e exploração capitalista.

Apresenta-se desta forma, uma hegemonia da razão instrumental sob a razão emancipatória¹³. Porém, o futuro não está fadado ao fracasso, Adorno parte deste momento de irracionalidade a serviço da razão para questionar de onde podem vir as mudanças e de que formas ela atuam em contrapartida ao progresso.

O amplo acesso aos bens de consumo materiais e culturais, a democratização do consumo, segundo Adorno, são reflexos da Indústria Cultural. Esta maneira de dissipar a cultura em si, além dos bens materiais, gera um processo de semiformação que como o acesso amplo é negado ou impossibilitado, somente a *semi-cultura* pode ser alcançada.

¹³ A razão instrumental é utilizada para adaptação e conformismo da situação ao qual o indivíduo e a própria sociedade se inserem em detrimento de um posicionamento emancipatório de uma consciência crítica que seria a razão emancipatória, isto é, ela é própria da operacionalização técnica da sociedade capitalista. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (apud PUCCI, 1994) “O processo técnico, no qual o sujeito se reificou depois de ter sido extirpado da consciência, é isento da plurivocidade do pensar mítico, bem como de todo e qualquer significar, pois a própria razão se tornou mero instrumento auxiliar do aparato econômico que tudo abrange. Ela serve de ferramenta universal que se presta à fabricação de todas as outras, rigidamente dirigida para fins, tão fatal como manipular calculado com exatidão na produção material, cujo resultado para os homens escapa a qualquer computação. Realizou-se finalmente a sua velha ambição, a de ser puro órgão dos fins.” (p. 24).

O progresso é também identificado pela massificação da produção de bens simbólicos. Ela também serve ao progresso, pois cria uma vontade de consumo e mesmo a sensação de pertencimento ao grupo. A semiformação cultural mascara o processo permanente e constante de dominação na “sociedade do capitalismo tardio”, como define Adorno, possibilitando que uma maior parte da população, primeiro tenha o desejo de pertencer ao mesmo *status* de um grupo superior, para em seguida compartilhar do consumo de bens semelhantes. Aqui o processo de servidão voluntária é alimentado. O indivíduo se conscientiza de que é preciso passar pelo sofrimento do trabalho mal remunerado e, muitas vezes, desumanizador para alcançar o status almejado, seja pelo compartilhamento de bens ou de uma imagem que garanta privilégios. Busca-se então o privilégio momentâneo, mesmo que às custas dos direitos.

[...] a grande pretensão da proposta de formação cultural burguesa era a de que os indivíduos livres e racionais poderiam fazer uso da vontade e do livre-arbítrio, ainda que tivessem que viver em sociedade e que com isso sublimassem seus impulsos. (ZUIN, et al, 2000, p. 55).

Ainda que o sentimento democrático exista nos indivíduos, principalmente pelo acesso aos bens simbólicos ou materiais ser, por ora facilitado, ele não se apresenta como totalmente verdadeiro. O sentimento de pertencimento ao coletivo maior justificaria a forma com que determinados grupos sociais são tratados por outros, isto é, pela premissa de que a conquista de direitos que garantam, mesmo que minimamente, as diferenças não toleram os privilégios que alguns indivíduos necessitam para facilitar o cotidiano.

A democracia construída de forma dialética e tratada como um constante vir-a-ser que se transforma e fortalece nos dissensos é o que possibilita esta pesquisa como forma de contestação de uma formação baseada em valores e ideais da democracia liberal ou de mercado, a qual terá continuidade por meio de uma apreciação da rotina do colégio.

3 ROTINA E ESTÉTICA MILITAR: UMA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

O Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires integra o espaço físico do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina. Dentre os poucos espaços que compartilha com o ele estão o ginásio de esportes e um campo de futebol. O pátio do colégio, as salas de aula, cantina e administração do CFNP fazem parte de um espaço dentro do Centro de Ensino, mas separado da área utilizada pela formação de oficiais e praças da Polícia Militar de Santa Catarina.

O colégio foi fundado em 15 de março 1984 pelo então Comandante Geral da Polícia Militar Coronel PM Sidney Carlos Pacheco. Seu objetivo principal, na época, era oferecer um ensino de qualidade aos filhos de Policiais Militares e facilitar o ingresso desses alunos na carreira militar. Os primeiros colocados da turma tinham entrada garantida no curso de formação da PMSC, para os que não atingiam essa colocação a seleção era feita através de uma prova. Na primeira turma de 17 alunos (1986) que se formou no colégio, 14 ingressaram na polícia militar, até então, só com alunos homens. Somente em 1991 a escola passou a aceitar alunas mulheres¹⁴.

Em 1995, a facilidade no acesso à carreira da Polícia Militar para os alunos do colégio deixou de ocorrer. Para entrar na Polícia Militar, desde então, é exigido formação em curso superior. Mesmo não havendo mais ingresso direto para alunos do colégio na PM, alguns interlocutores da pesquisa afirmaram que há vários ex-alunos na corporação (em média um/uma por turma), inclusive com filhos estudando atualmente no CFNP.

Em 2008, por meio de um convênio com a Secretaria Estadual da Educação o CFNP passa a ser um colégio da rede estadual. Mesmo com esta parceria o colégio continua sendo administrado pela Polícia Militar, quem ocupa o cargo de direção do colégio é um Tenente Coronel da ativa¹⁵. O convênio, no entanto fez com que a forma de ingresso no CFNP fosse alterada, a seleção por prova foi substituída pelo sorteio. A relação entre tornar-se público e seu status antigo de colégio da Polícia Militar não é muito clara. O CFNP nunca foi uma

¹⁴ Informação retirada do site do colégio, disponível em: http://www.cfnp.com.br/colégio_historico.asp Acesso em: novembro de 2013.

¹⁵ Durante o período da pesquisa ocorreram duas trocas de direção do colégio, no entanto, somente o diretor que ocupava o cargo durante o período das entrevistas foi entrevistado.

escola particular, ou seja, nunca cobrou uma mensalidade obrigatória, apesar de haver a mensalidade facultativa do valor de R\$ 70,00¹⁶, por isso sempre foi visto, pelos entrevistados, como um colégio público, apesar de voltar as suas vagas apenas para os filhos de militares. O financiamento do colégio foi, desde seu início, subsidiado pela própria Polícia Militar de Santa Catarina, mesmo com o convênio com a Secretaria Estadual de Educação o orçamento do CFNP faz parte da PMSC, isto garantiu alguns benefícios, pois há funcionárias cedidas pela Secretaria para os cargos de supervisão e orientação escolar, ou seja, seu salário não vem do orçamento da PM, mas da verba do estado de Santa Catarina; o status de ensino público possibilita aos alunos a inscrição por cotas de escolas públicas no vestibular. Mesmo assim, nas falas dos entrevistados o colégio era sempre comparado com escolas particulares, ou seja, o CFNP tem um ensino de qualidade comparável não a escolas públicas, mas a escolas do setor privado.

Para um dos entrevistados esta abertura do colégio para a comunidade é a maior prova da existência de uma democracia no CFNP. Afirmou que esta característica do colégio deve-se ao fato de que foi criado para oferecer um ensino de qualidade para os filhos de policias militares, porém têm vagas reservadas à comunidade. Ao ser questionado se não seria ainda mais abrangente se houvessem mais vagas direcionadas a comunidade o entrevistado concluiu que se tiverem mais pessoas da comunidade do que filhos de militares perderia seu objetivo primeiro de ser um colégio dedicado ao ensino de qualidade para a família do militar. Neste sentido, é possível pensar o CFNP como um lugar de ensino de qualidade reservado aos filhos de militares, um privilégio a que a população civil não tem acesso, senão pelas poucas vagas disponibilizadas pelo edital de acesso. Esse dualismo entre o civil e o militar é percebido de várias formas no colégio.

O CFNP é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como todos os colégios estaduais do país. Não se aplicam a ele regimentos específicos como os que regulamentam Colégios Militares do exército¹⁷, apesar de muito de sua rotina se aproximar destes colégios militares. A contradição que emerge desta questão é que de forma oral,

¹⁶ A Associação de Pais e Professores gerencia as mensalidades facultativas do colégio. Segundo alguns entrevistados, a maioria das famílias que tem filhas/os matriculados no colégio paga esta mensalidade. Ela é utilizada para cobrir despesas como serviço de limpeza do colégio, zelador, monitoria da informática e inspetor do pátio.

¹⁷ Como o R-69, Regulamento dos Colégios Militares.

pelas entrevistas, a afirmação é de que não são um colégio militar e em muito pouco se parecem com um, já o principal documento pedagógico do colégio (PPP) afirma que o CFNP segue as diretrizes das Polícias Militares Estaduais ou Forças Armadas (disciplina, hierarquia e autoridade).

Como afirmado no Projeto Político Pedagógico, o CFNP

possui uma estrutura diferente dos outros colégios, seguindo, como os demais Colégios Militares brasileiros, procedimento de acordo com as diretrizes das Policiais Militares Estaduais ou Forças Armadas, sem com isto, modificar o Programa das disciplinas estabelecido pela Secretaria (PPP, 2013, p. 5)¹⁸

A proximidade com colégios militares, segundo a direção da escola, é apenas em relação a rotina externa as salas de aula: formação no início das aulas para as homenagens cívicas e prestar continência aos superiores. Apesar disto, os entrevistados não identificam o CFNP como colégio militar, mas sim como uma “escola pública normal”. Pode-se dizer que esta autodenominação conflui para a sobreposição das práticas militares em relação às práticas civis dentro do colégio, como é perceptível nos uniformes e nas rotinas diárias, por exemplo. A negação do próprio status de militar do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, ainda que não se organize tal qual um colégio militar do exército, articula-se na manutenção de uma rotina com práticas militares sob a ótica de ser um colégio do estado. Ou seja, tudo se passa como se o adjetivo militar, a estética militar, e todas as práticas que o envolvem na rotina do colégio, não formassem os alunos tanto quanto o currículo compartilhado entre as escolas de Ensino Básico.

Negar a si mesmo como escola militar é a melhor forma de dominação. Neste sentido recorremos a Adorno e Horkheimer no texto “A Indústria Cultural”:

A ideologia assim reduzida a um discurso vago e descompromissado nem por isso se torna mais

¹⁸ Em conversa com a direção do colégio a pesquisadora perguntou ao diretor se era possível ter acesso as diretrizes das Forças Armadas e das Polícias Militares as quais o colégio se baseia, mas não foi disponibilizado, apenas afirmado que o colégio apesar de parecido nas rotinas com os colégios militares ele é um colégio de Ensino Básico Estadual.

transparente e, tampouco, mais fraca. Justamente sua vagueza, a aversão quase científica a fixar-se em qualquer coisa que não se deixe verificar, funciona como instrumento de dominação. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.123)

São nestes moldes que os autores falam do discurso vago e descompromissado da ideologia que se estabelece a formação com uma estética militar. Ela aparece nas falas dos entrevistados como algo sutil, ainda que esteja presente diariamente na rotina do colégio, a estética militar é pensada paralelamente ao ensino e, em termos gerais, se pretende isenta de uma formação política.

A dissociação no afirmativo, dos entrevistados, de que o CFNP é público e não um colégio militar, em linhas gerais não se sustentaria pelo simples fato de que existe uma historicidade no colégio. Tanto ele – o colégio – se insere fisicamente num espaço da Polícia Militar, suas rotinas e uniformes também constituem estas características militares, que 90% de suas vagas são destinadas aos filhos de militares.

São oferecidas novas vagas no colégio, quando da abertura de turmas inteiras no início dos ciclos, ou seja, 6ª ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. No ano de 2013 foram abertas seis vagas para uma turma de 6ª série para pessoas da comunidade. Segundo informações da escola 300 famílias inscreveram seus filhos para estas vagas. A procura da comunidade por vagas no colégio é alta, porém existe uma política no colégio de manter o objetivo primeiro de oferecer ensino de qualidade para filhos de policiais militares, por isso são garantidas apenas 10% das vagas para a comunidade civil¹⁹. Estas só são ofertadas, porém quando há abertura de novas turmas, ou quando o número de vagas abertas para turmas já iniciadas for igual ou maior a 10, do contrário as vagas são ofertadas somente para filhos de militares. Em casos de alunos transferidos, que saem do CFNP durante o ano letivo, a vaga não é ofertada. Somente no início do ano esta vaga se torna disponível para o ingresso de novos alunos.

Como a procura é sempre maior do que o número de vagas é feito um sorteio. O mesmo acontece para o 90% de vagas para filhos de militares, o ingresso é por sorteio e não há nenhum tipo de prova ou

¹⁹ 90% das vagas oferecidas são referentes à filhas/os de Militares Estaduais de Santa Catarina, funcionários civis da PMSC e professores/as do CFNP, já os 10% são destinadas para a comunidade em geral, segundo a portaria nº 720/PMSC/2007.

seleção. Tornar o colégio público não significou uma maior abertura à comunidade. A grande maioria das vagas continua reservada aos filhos de militares não oportunizando que a comunidade em geral possa entrar no colégio. A abertura de 10% das vagas destinadas a comunidade não supera a exclusividade implícita à ideia original na qual se baseou o CFNP. Privilegiam-se os filhos de militares em detrimento da população em geral, o que não faz sentido uma vez que a própria corporação é sustentada pelo Estado e o CFNP, por conseguinte, sustentado pela Polícia Militar, mesmo assim os seus contribuintes não tem acesso, a não ser minimamente pelo sorteio das poucas vagas destinadas a população civil.

Apesar do pouco espaço físico para ampliação do colégio da Polícia Militar, os próprios funcionários afirmam que o formato de escola pequena os torna uma família em que todos se conhecem. Essa é uma característica que os diferencia de outros colégios da rede estadual de ensino, que pela grande demanda aumentam a escola, mas não conseguem manter uma proximidade com os seus alunos e mesmo com as famílias.

Algo que garante essa proximidade do colégio com o estudante, sua história e mesmo com a família é construída pela monitoria. A disciplina de Instrução Geral da Polícia Militar (IGPM) é ministrada por Policiais Militares, sendo dois da reserva e um ainda não aposentado²⁰. Os alunos têm um contato diário com estes monitores²¹. Toda a movimentação do estudante é controlada pela monitoria, ou seja, quando

²⁰ Os monitores entrevistados possuem a patente de Sub Tenente e 2º Sargento. Têm idade entre 37 e 48 anos e são formados pela Polícia Militar de Santa Catarina nos cursos de especialização da própria PMSC de Segurança Pública e Educação ambiental. Nenhum deles possui formação em licenciaturas ou pedagogia, sua experiência com educação básica refere-se exclusivamente ao trabalho de monitoria na disciplina de IGPM, na qual trabalham em média há 7 anos.

²¹ Os docentes desta disciplina são chamados de monitores, pois sua atuação vai além da sala de aula. Os monitores acompanham o desenvolvimento individual dos alunos e também o coletivo das turmas perante as disciplinas e as exigências disciplinares e comportamentais dos alunos. O Ensino Médio possui 3 monitores, cada um se responsabiliza por um ano e suas respectivas turmas, são 6 turmas ao todo, 2 turmas de 1º ano, duas turmas de 2º ano e duas de 3º ano. As responsabilidades do monitor que trabalha com as turmas do terceiro ano possuem uma atribuição extra que se distingue das outras, a formatura. Este monitor se ocupa então de preparar a turma para a solenidade no que tange a organização cerimonial dos alunos.

o aluno chega atrasado à escola, ou quando tem que sair mais cedo os monitores estão constantemente em contato com seus pais, ou quando um aluno ou turma estão com dificuldades os monitores buscam entender a situação que se apresenta e fazer os devidos encaminhamentos, seja uma conversa direta com o aluno ou com a turma, ou encaminhar para o setor especializado da escola (a orientação escolar, a psicóloga ou supervisão escolar).

O objetivo geral da disciplina de IGPM é

oferecer aos alunos uma socialização do conhecimento sobre a Polícia Militar de Santa Catarina; bem como, proporcionar aos alunos um estudo mais detalhado das principais características e atribuições da PMSC, objetivando a formação plena de um cidadão.²²

Para isto são ensinadas as rotinas específicas do colégio. Ela se inicia com a chegada dos alunos ao colégio às 7 horas para a formação e homenagens cívicas antes da aula. Somente às 7 horas e 30 minutos a aula se inicia. Às 7 horas e 10 minutos toca o primeiro sinal para os alunos deixarem seu material na sala de aula, 5 minutos depois os alunos se dirigem ao pátio para entrarem em forma às 7 horas e 20 minutos.

Nesse tempo, entre a chegada ao colégio e formação no pátio, o aluno chefe de turma, mais especificamente às 7 horas e 15 minutos, apresenta-se

ao monitor, para pegar o caderno de classe e a caixa com canetas e apagador, informando-se quanto às ordens diárias a serem repassadas para a turma. Verifica, em seguida, se a sala de aula já foi aberta e se a limpeza foi deixada em condições adequadas, observando se existe alguma carteira riscada ou danificada, informando a situação para o monitor. Deixa o caderno de classe e a caixa, na sala de aula, sobre a mesa do professor.

Às 7 horas e 20 minutos o chefe de turma orienta aos colegas quanto ao uniforme e todos deverão entrar em forma para que o Comandante de Pelotão apresente a turma para o Aluno do Dia [chefe de turma]. Após a formatura diária os

²² Plano de Ensino da disciplina de IGPM fornecido à pesquisadora pela supervisão do colégio.

alunos se deslocam em coluna um por um até a sala de aula. O chefe de turma será o responsável por manter a disciplina e a ordem até a chegada do professor, cabendo a este informar qualquer atitude indevida ao monitor.

Às 7 horas e 35 minutos, a partir deste horário, apresenta a turma ao professor com as alterações (faltas e atrasos) para o início da aula, bem como em toda a troca de professor no início e término de cada aula. Comunica a monitoria caso o professor não compareça na sala em até 5 minutos. Auxilia o professor, lembrando-o quanto a chamada e o preenchimento do caderno de classe, providenciando os materiais solicitados, bem como, mantendo o quadro limpo para a próxima aula. Nas aulas de Educação Física deve ser o último a sair da sala de aula a fim de que possa fechar as janelas e a porta, colocando a turma em forma com o uniforme previsto, entregando o Caderno de Classe ao professor²³.

Cabe ainda ao aluno chefe de turma, antes do professor entrar em sala, anotar no canto do quadro o nome dos alunos faltantes. Essa rotina é apontada como um diferencial do colégio por um dos entrevistados. Afirma que a formação e rotina militar auxiliam o trabalho do professor uma vez que fica a seu critério fazer a chamada nominalmente, pois os alunos faltantes já foram enunciados pelos seus colegas, além da organização espacial da sala também possibilitar que seja percebido visualmente os faltantes tendo em vista que cada aluno tem um lugar previsto para sentar. O mesmo entrevistado conclui afirmando que “os 5 ou 10 minutos que seriam utilizados para fazer esta checagem podem ser melhor utilizados para a aprendizagem do conteúdo da disciplina”.

Durante a formação dos alunos no pátio já é feita a primeira verificação dos presentes e faltantes. Como todos entram em forma sempre na mesma ordem já sabem se seu colega que deveria estar a sua frente não está presente. As carteiras com lugares previamente estabelecidos também facilitam a visualização dos faltantes. Não há a

²³ Informações retiradas de uma relação das atribuições do chefe de turma entregue à pesquisadora. É um material não documentado no PPP ou outros regimentos do colégio, mas que está disponível aos monitores para seu trabalho diário.

necessidade, então, dos professores utilizarem um tempo da aula para fazerem a chamada, as presenças e faltas são anunciadas também pelo chefe de turma na hora da apresentação da turma para o professor.

A hierarquia e a disciplina são acopladas ao regime de eficiência. Um dos entrevistados afirmou que “quanto menos tempo perdido durante a aula, mais tempo para trabalhar os conteúdos”. Para que mantenham o alto índice de aprovação no vestibular, justificam a forma disciplinar de organização da rotina como um dos diferenciais do colégio, pois garante que a atenção do aluno, e do professor, esteja voltada para o conteúdo a ser ensinado. A sala de aula também é organizada com o mesmo objetivo. As paredes são claras, não há cartazes ou trabalhos colados, apenas um quadro de avisos ao lado da porta com informações sobre provas e recados administrativos para os alunos. As carteiras são alinhadas e ao fundo da sala está disposto um armário que os alunos utilizam para guardar os livros e materiais, porém eles só são autorizados a se dirigir aos armários no início e no fim da aula para não atrapalhar o andamento da disciplina. É pedido também aos alunos que tenham apontadores de caixinha (com um espaço para armazenar os restos do lápis apontado) para que quando precisarem apontar o lápis não seja necessário ir até o lixeiro e distrair os colegas e para que se evite a produção de lixo nas suas carteiras. O uso deste tipo de apontador não é obrigatório aos alunos, mas é conversado para que o utilize, uma vez que facilita a limpeza da sala. Reproduzindo uma pedagogia tradicional, este é um ambiente construído para que o aluno se concentre na disciplina e na explicação do professor; as paredes claras e a sala muito bem organizada contribuem para que o aluno esteja numa posição de maior atenção ao professor que está na frente da sala.

Cria-se um ambiente útil para o aprendizado tradicional em que os alunos se apresentam muito mais como receptores passivos do que envolvidos como protagonistas nessa educação. A falta de elementos que despertem talvez o criativo e mais do que isto, o pensamento crítico – protagônico de sua própria individualidade - nos alunos, reverbera numa educação de aprendizagem unilateral e tradicional entre o professor e o aluno. A educação tradicional não se preocupa em repensar a sua própria forma de ensino, ela reproduz a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, isto é, a educação num contexto de barbárie. Esta educação assimila-se ao contexto de barbárie, pois reproduz a alienação do trabalho contribuindo para a sua produção (ADORNO, 1995), fazendo emergir de seu meio elementos típicos da sociedade capitalista como o individualismo e a subordinação a ordem.

Por conseguinte, a aprendizagem que segue a lógica de mercado e seus preceitos, também não colabora para uma formação crítica de seus alunos a ponto de impossibilitar o surgimento de individualidades destoantes da ordem posta. Este formato de ensino faz isso se utilizando principalmente de uma formação em que o seu sentido é dado pelo fim econômico, ou seja, assim como afirmou um dos entrevistados, “enquanto a universidade exigir que os alunos tenham um conhecimento conteudista para o vestibular nós vamos oferecer este ensino, assim como o mercado; funciona como um ciclo: enquanto eles lá fora não mudarem as exigências, nós vamos continuar neste formato que está dando resultado”, a ditadura do mercado impõe as suas exigências para que as pessoas possam fazer parte dela e esse ensino tradicional reverbera em sua prática tais exigências.

Esta dinâmica também se reflete na adequação aos elementos autoritários e hierárquicos impostos pelas dinâmicas de mercado contemporâneas. Os alunos são ensinados a aceitar o que é apresentado pelo colégio como “o melhor para o seu futuro”. Muitas falas, em momentos diferentes, ao mesmo tempo em que negam realçaram o caráter pedagógico destas rotinas que atrelam a estética militar à formação educacional, afirmando que não são divergentes entre si, mas convergentes. São complementares, na sua visão, porque quando o aluno estiver numa entrevista de emprego, por exemplo, lembrará do que aprendeu na escola em relação à vestimenta, ao respeito e aos bons modos com o superior.

A estética militar é um dos elementos que mais caracterizam a formação dos alunos no CFNP. Ainda que não seja enunciado como tal, a rotina baseada numa estética militar se torna muito mais presente no dia-dia dos alunos no colégio do que as disciplinas tradicionais do currículo.

Apesar de ter entrevistado apenas 4 policiais militares, sendo um Tenente-coronel, dois subtenentes e um 2º sargento, em sua maioria apontaram a estética militar como elemento distinto de ensino do CFNP, assim como de grande importância para a formação de seus alunos. Não há documentado nos regimentos do colégio disponibilizados para a pesquisadora tampouco do site da Polícia Militar de Santa Catarina uma definição de estética militar. Contudo, é possível extrair da fala dos entrevistados algo muito semelhante ao que foi definido por Brunetta (2012a) referente a um significado de estética militar “Um poder disciplinar cuja sublimaridade é o correlativo da eficiência na gestão das ordens” (p. 179).

A estética militar é também um formato de disciplina e organização das rotinas que visam a ordem e o respeito às hierarquias e autoridades. Ela (a estética militar) é percebida na formação diária dos alunos antes de entrarem em sala, na forma de tratamento com os monitores, professores e superiores, na vestimenta dos alunos e na disciplina de IGPM. Essa estética permeia todas as relações de poder do colégio. Fundamenta a educação tradicional e conteudista do CFNP no que tange a eficiência da formação para o mercado de trabalho e para o vestibular. A defesa da presença da estética militar no colégio corresponde à afirmativa de que não há ali um ensino voltado à formação de policiais militares para atuarem na segurança pública, mas valores da corporação (ordem, disciplina e hierarquia) servem como princípio da educação com uma estética militar. Pode-se dizer que a ideia de estética militar também possui um caráter de amenizar o significado simbólico da palavra militar como um adjetivo da educação do CFNP. Ao referirem-se a uma estética militar e não a um ensino militar há uma distinção entre um ensino com bases na ordem, disciplina e hierarquia e outro com bases numa formação bélica para a atuação na segurança pública.

Ao serem questionados sobre o que diferencia o CFNP de outros colégio da rede estadual de ensino um dos entrevistados elencou algumas características militares: ser o único colégio do estado a possuir, além de uma figura militar na direção, um corpo de apoio também de militares; lembrou ainda da apresentação diária fardada dos alunos (em alguns momentos os entrevistados usam o termo uniforme, em outros poucos momentos utilizam o termo farda), da entrada em forma, hasteamento da bandeira e a apresentação da turma ao professor.

O ensino com estética militar não se limita aos termos apresentados pelo entrevistado. Ele transborda para dentro da sala de aula principalmente com a disciplina de IGPM e também pelo fato de haver uma historicidade no ensino, ou seja, o rótulo de escola pública não descaracteriza a estética militar que faz parte do movimento diário dos alunos no colégio simplesmente por seguir a mesma legislação que seguem os colégios estaduais de Santa Catarina, o CFNP é institucionalmente um colégio da Polícia Militar, isso significa ainda que seus valores são os mesmos compartilhados pela corporação, de autoridade, disciplina e hierarquia.

A formação resultante da rotina própria do colégio policial militar pode ser muito mais consistente e duradoura na vida dos alunos do que as disciplinas tradicionais do currículo, como a História, por exemplo. Os monitores estão em contato com os alunos diariamente.

Mesmo quando não estão ministrando a disciplina de IGPM ficam na sala da monitoria a disposição dos alunos, do colégio e da família dos alunos; participam da formação no início da aula; e se tornam confidentes de alguns estudantes que veem neles uma pessoa que os escuta. Mesmo se estabelecendo uma relação hierárquica de caráter mais rígido entre os alunos e seus professores pela entrada em forma e necessidade de prestarem continência, a disciplina de IGPM, segundo um dos entrevistados, “é baseada na confiança e no afeto, é isso que compõe a disciplina”.

Para conversar com os monitores os alunos devem se apresentar conforme o padrão da Polícia Militar: em posição de sentido dizem o nome e a função para então conversarem com os monitores. Mesmo que não cobrada de maneira tão rígida como seria num quartel, a relação estabelecida com o aluno é de autoridade. O aluno, como se fosse de uma patente mais baixa na hierarquia militar, deve se apresentar aos seus superiores antes de conversar com eles.

Mesmo assim, vários entrevistados entendem a relação hierárquica com os alunos como positiva. Para eles (entrevistados), o prestar continência aos membros militares do colégio, é um cumprimento rotineiro do militar, se traduz no comum “bom dia”, “boa tarde”. Afirmam ainda que os alunos têm essa relação, que os interlocutores classificam como de respeito com a autoridade não pela sua subordinação, ou pela preservação da autoridade, mas por fazer parte da rotina da estética militar que se coloca.

Até mesmo o Regulamento Disciplinar (2011) do colégio prevê a relação hierárquica que se apresente neste ambiente:

§ 1º - A continência individual deverá ser prestada aos oficiais e praças da Polícia Militar, aos professores do CFNP por ocasião da apresentação em sala de aula e aos demais militares de outras forças. (p. 4)

Uma vez incorporado e internalizado, este gesto torna-se mecânico, comum e, portanto, despercebido como um aprendizado militar. Ainda que forçosamente inserido no cotidiano escolar do aluno, ao repetirem diversas vezes a continência, ela perde seu caráter obrigatório e se torna automático nas relações escolares. Alguns entrevistados afirmam que há alunos com dificuldades em adaptar-se a esta rotina e concordarem com ela, porém “com o tempo se acostumam e passa a ser normal”, disse um deles. Padroniza-se segundo as normas e

valores militares a relação hierárquica da qual os alunos se inserem. Uma vez reificada, a significação da prática da autoridade hierárquica não prevê o seu questionamento ou mesmo a sua crítica. Ela se torna o comportamento padrão e esperado pelos alunos do colégio e mais que isso reverbera em outros espaços a submissão à autoridade hierárquica (aqui podemos relacionar os espaços em que posteriormente os alunos estarão inseridos como trabalhadores, por exemplo).

Não há como dissociar esta rotina e estética de uma formação de cunho pedagógico dos alunos, mesmo que alguns entrevistados tenham afirmado que não se sintam trabalhando num contexto militar, pois “dentro de sala é como qualquer escola”, as rotinas militares estariam, a seu ver, somente fora da sala de aula. Ao estabelecer uma relação hierárquica, em que o respeito – aqui representado pela continência – é exigido apenas por aquela pessoa ocupar um cargo no colégio superior ao de aluno e principalmente por ser mais velho – como relatado em várias falas dos entrevistados – desqualifica o aluno como merecedor de um respeito equivalente. Quem deve se apresentar para falar é o aluno em relação aos funcionários militares do colégio, incluindo os professores, e não o contrário quando esses funcionários dirigem-se aos alunos, ainda assim seria custoso fazer uso da ideia de que haveria uma relação de igualdade se a apresentação pela continência ocorresse também no sentido inverso da hierarquia.

Desta forma, a relação de igualdade fica comprometida e quase inexistente no ambiente hierárquico. O adolescente que cumpre o seu papel de aluno na escola não se direciona aos professores e monitores da mesma forma que estes se dirigem aos estudantes. Parte-se do princípio de que, cumprindo a hierarquia, as autoridades devem ser respeitadas pura e simplesmente por ocuparem estes espaços privilegiados. Nesta lógica, a categoria de estudantes do colégio permanece na base inalterada de aceitação da ordem imposta em que faltam espaços para o protagonismo autêntico destes alunos.

Pode até mesmo ser apontada, de forma singela, uma relação geracional, já que os alunos não ocupam de fato cargos na hierarquia do colégio.

Pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados

sua própria oportunidade face ao novo.
(ARENDDT, 2000, p. 226)

Hannah Arendt atenta para o fato de que o conflito geracional faz parte dos conflitos educacionais na medida em que as transformações do próprio mundo trazem consigo novas gerações que se baseiam nesse mundo transformado e com pressupostos e ideais diferentes daquele mundo anterior. O ambiente escolar não se isenta destas relações, pois também se modifica e se insere nos jogos de disputa e poder da sociedade, algumas vezes como reflexo destas relações de poder. Neste sentido, proclamação de que os trinta anos de história do colégio são um sucesso, desconsidera a relação de transformação e mudanças que pautam o surgimento de novas gerações. Esta relação de estagnação da prática pedagógica pode ser observada na invariável rotina militar bem como na disciplina de IGMP que é considerada pelos entrevistados como uma reinserção das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (disciplinas de intenso cunho político e de transmissão da ideologia da Ditadura Militar no Brasil)²⁴.

Numa tentativa de se contrapor a ideia de que, por ser uma escola com estética militar e bases hierárquicas, os alunos não teriam voz e apenas acatariam as ordens foi apresentada por alguns entrevistados afirmações segundo as quais os alunos possuem liberdade de expressão dentro da escola, mas dentro da organização própria do colégio, ou seja, ao ensinarem os alunos sobre seus direitos e deveres dentro do CFNP eles aprendem como e quando devem se manifestar. Os entrevistados afirmam também que existe o espaço para crítica no colégio, porém algumas normas básicas de organização e rotina do colégio não podem ser alteradas, como o uso do uniforme e o corte de cabelo previsto pelo PPP para os alunos homens. As falas, em sua maioria, tentam enaltecer o caráter cidadão na formação do aluno, do indivíduo que conhece seus direitos e deveres e tem as suas atitudes previstas conforme o prescrito e ainda um bom profissional para o mercado de trabalho.

Na contramão de uma educação voltada à emancipação dos indivíduos, o ensino tradicional fortalece as relações de submissão e

²⁴ As disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira foram implantadas no currículo escolar durante o Regime Militar no ano de 1968, e somente em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação retirou-as do currículo escolar.

mesmo hierarquização do aprendizado. Ao ouvir a demanda dos alunos, os professores e gestores tomam as providências para que sejam atendidas, mas desde que mantenham intocáveis a rotina e a estética militar do CFNP.

Em campo, a pesquisadora presenciou alunos que se dirigiam aos monitores e pedagogos para reclamar mais tempo para fazer algum trabalho ou informar que não se sentiam a vontade com o tratamento de alguns professores. Nos casos presenciados, a conversa atentava para o lado das responsabilidades de ser aluno no colégio, de que já sabiam dos prazos para entrega de tal trabalho, de que a autoridade em sala é o professor e não o aluno, mas terminavam afirmando que iriam conversar diretamente com o professor ou com quem fosse necessário. A garantia de que os alunos se expressem dentro do colégio não reflete necessariamente numa gestão democrática como afirmam alguns entrevistados.

No entanto, quando questionados sobre a forma que os alunos devem se portar no colégio os entrevistados se mostram aptos a tratar a discordância da norma como parte do crescimento do aluno, “essas rotinas são uma forma de disciplinar eles até pela idade, os alunos se acalmam com o tempo, pois eles também vão amadurecendo”, que mais adiante na sua vida profissional o aluno entenderia a importância daquelas normas e disciplinas. Durante uma das visitas ao colégio, a pesquisadora passou por um grupo de alunas que conversava com suas professoras, e uma das alunas afirmava: “eu sou uma criança, não sou um policial. Não tenho que ficar marchando com o peito pra frente, nariz empinado. Não gosto de ter que arrumar o cabelo²⁵ certinho todo dia e de usar esse uniforme de tergal justo que todo mundo fica me olhando”. Em seguida uma das professoras respondeu que talvez as alunas não entendessem no momento e não fizesse sentido a boa apresentação, o respeito às hierarquias e o acatamento de ordens, mas que quando estiverem empregadas entenderão que as empresas valorizam mais funcionários que saibam se apresentar e portar nas situações que forem necessárias. Para as professoras este conhecimento que o CFNP promove através de sua rotina sob a estética militar coloca seus alunos à frente de outros concorrentes, concluíram sua conversa com as alunas afirmando que a adaptação as regras e ao mundo mais rígido será facilitada, pois isto já faz parte do dia a dia do colégio.

O que emerge desta situação é que a hierarquia e a disciplina são fundamentadas nas relações de trabalho, ou seja, o militarismo se

²⁵ O asseio com o cabelo também é um dos aspectos da estética militar.

justifica pela ditadura de mercado. A adequação para o mundo do trabalho é um dos argumentos que justificam a disciplina como princípio, e o que o distingue, também, dos outros colégios que não partilham dos valores disciplinares. Os alunos do CFNP são considerados – pelos entrevistados – mais preparados para enfrentar as rotinas e hierarquias das empresas. Isto é, uma adequação prévia de seus alunos para as situações de submissão e acatamento de ordem pelo empregado para que garanta seu emprego. Ao invés de a escola ser o espaço e momento experimental para a construção de novas sociabilidades menos violentas, ela também partilha do processo de coisificação da consciência em que os alunos passam por um sofrimento prévio daquele que estarão sujeitos quando integrados como trabalhadores (sejam empregados ou empregadores) da sociedade capitalista.

4 PRÁTICAS EDUCATIVAS E FORMAÇÃO DISCIPLINAR

Os elementos já apresentados como característicos da rotina do CFNP, disciplina, hierarquia e autoridade, se fundamentam na estética militar e se atrelam às práticas educativas e formativas do colégio. Apesar de serem consideradas como externas à formação, são significativas práticas de ensino disciplinares dotadas de valores da instituição militar e de mercado que se perpetuam na lógica de reprodução da ordem hegemônica. Mesmo que por práticas educativas possam ser entendidas apenas as características didáticas presentes nas disciplinas e nas aulas em si, aqui considerou-se os elementos formativos que atrelam a estética militar ao ensino e, em consonância a isto, a articulação de uma rotina disciplinar com vistas a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, características presentes na disciplina de IGPM, no Projeto Político Pedagógico (2013) do colégio, nas solenidades de formatura do Ensino Médio e “Dia do compromisso”, além dos projetos de incentivo ao empreendedorismo.

Este capítulo pretende discutir como o ensino com estética militar se une à formação do Ensino Básico através da reprodução do discurso já incorporado e de senso comum dos entrevistados sobre a preparação para as exigências de ordem e disciplina do mundo do trabalho.

4.1 Uma formação para cidadania

O ensino do colégio policial militar propõe a formação de indivíduos autônomos, líderes e empreendedores. Para alcançar estes objetivos se pautam pela disciplina como método. Diferente de outros colégios da rede estadual de ensino, o CFNP entende a organização disciplinar como base para toda a formação do aluno. Seja para o mercado de trabalho ou para o vestibular. Os entrevistados acrescentam que um indivíduo disciplinado com seus estudos e com sua rotina terá uma formação diferenciada para atingir seus objetivos no futuro, e se tornar um cidadão pleno, ou seja, “um eleitor que diante da dúvida saiba escolher entre o certo e o errado a partir do conhecimento e da consciência de sua vida como cidadão”.

No PPP (2013) do colégio, as bases fundamentais do CFNP são reforçadas: educação e a disciplina

que formam a consciência através do auto-conhecimento e do desafio de vencer limites

pessoais e coletivos. [...] Sendo a escola uma organização social, a disciplina é importante, desde que entendida como uma ordem consentida livremente, [destaque do autor] pois é essencial para o funcionamento regular da organização escolar. (idem, p. 5, grifo do autor).

O destaque da citação, feita pelos autores do PPP aponta para o caráter autônomo de escolha do aluno de seguir ou não a disciplina, uma vez que ela é fundamental quando “entendida como uma ordem consentida livremente”. Alguns alunos não se adaptam às rotinas disciplinares do colégio, e mesmo que sejam poucos os casos, grande parte dos entrevistados explicou que ocorrem situações em que os pais destes alunos são chamados na escola e é feita uma conversa para explicitar como é importante o aluno se sentir bem no ambiente escolar e que, se isto não acontece no CFNP, os pais podem colocar seus filhos num outro colégio que o aluno se sinta mais adaptado.

Para que seja mais fácil a adaptação do aluno com a rotina do colégio, alguns dias antes do início das aulas os alunos novos são apresentados ao universo militar e disciplinar do colégio. Mesmo que a disciplina de IGPM se encarregue, entre outros conteúdos, de apresentar os direitos e deveres dos alunos no colégio, essa semana de adaptação é feita para que o aluno se adapte, prévia e eficientemente, às práticas e rotinas do colégio.

Então a organização disciplinar é ensinada aos alunos já num momento anterior ao início das aulas, no entanto sua adaptação a esta disciplina nem sempre é garantida. A disciplina como forma de organização também se reflete na homogeneização e padronização comportamental dos alunos.

Art. 4º As ordens e diretrizes legais emanadas da Direção do CFNP devem ser cumpridas por todos os que lhe estão subordinados, em suas respectivas esferas de ação.

§ 1º - O Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires deve primar por uma pronta obediência às ordens legais emanadas da Direção, sendo a disciplina consciente a sua melhor forma de expressão, devendo ser fomentada entre todos os alunos. (Regulamento Disciplinar, 2011, p. 4)

Todos os estudantes devem usar o mesmo uniforme nos dias pré-agendados. Para a formação no início da aula, é também exigido que os alunos se apresentem conforme o que se pede na porta da monitoria: “com casaco / sem casaco”. Os cabelos das meninas sempre preso quando o uniforme utilizado é o de tergal, e os meninos sempre com os cabelos cortados, e sem barba, independente do uniforme do dia²⁶.

Os alunos passam a fazer parte de um “todo” quando entram no colégio. Um todo que aprendeu a se apresentar prestando continência e informando seu nome quando for falar com algum funcionário do colégio; que fora ensinado que o asseio pelo uniforme e pela apresentação pessoal são atributos indispensáveis para estar no colégio e para o mundo do trabalho; que o conhecimento sobre seus direitos e deveres é a base para a vida em sociedade; e principalmente, que aprender a acatar ordens de seus superiores e não a contestá-las faz parte de um ensino para a formação do “cidadão pleno”.

Fazer parte deste todo significa uma identificação do aluno com o colégio e seus valores e a identificação do colégio no aluno, quando este é identificado como estudante do colégio da Polícia Militar em ambientes externos a escola.

A identificação com o coletivo garante uma espécie de homogeneidade no colégio. O que facilita o trabalho dos professores e também dos dirigentes. Mesmo que existam questões de indisciplina dos alunos, a previsibilidade da rotina garantida pela disciplina e homogeneidade dos estudantes se torna uma marca do colégio e muitas vezes *slogan* de boa educação.

As classificações das faltas disciplinares se dividem em: média, grave e gravíssima. Segundo o artigo número 16 do Regulamento disciplinar “A medida disciplinar terá caráter educativo e visará à preservação da disciplina escolar, elemento básico indispensável à formação integral do aluno.” (2011. p. 7). Cada estudante possui uma ficha disciplinar e ela é pontuada a cada infração que o aluno comete

²⁶ No PPP do colégio é explicado como cada uniforme deve ser utilizado por fotos ilustrativas, assim como o padrão de uso do cabelo. Em fevereiro de 2013 o jornal Diário Catarinense publicou uma reportagem sobre a indignação de pais de 15 alunos do CFNP que foram suspensos do colégio no primeiro dia de aula por não estarem com os cabelos cortados no padrão da instituição. Notícia disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/02/sem-cabelo-em-dia-alunos-nao-entram-no-colegio-militar-em-florianopolis-4050001.html>. Acesso em: março de 2013.cabelo.

conforme o tipo de infração (leve, média, grave ou gravíssima). Ao atingir 40 pontos o aluno é suspenso do colégio por um dia, devendo cumprir atividades da disciplina de IGPM durante este dia. Ao atingir 100 pontos os pais dos alunos são chamados à escola para assinatura do termo de matrícula compulsória. A cada infração cometida é feito um trabalho pedagógico como medida disciplinar para evitar a reincidência, e que o aluno atinja os 100 pontos. Conforme o tipo de infração (leve, média, grave ou gravíssima) o aluno tem o direito de se manifestar para explicar o ocorrido e assim é feita a avaliação pelo corpo pedagógico do colégio para tomar as providências de pontuação na ficha do aluno ou suspensão das atividades escolares.

No regulamento disciplinar do colégio os princípios gerais da hierarquia e disciplina são expostos da seguinte maneira:

Art. 3º. A disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das normas escolares, traduzindo-se pelo cumprimento dos deveres por parte de cada um dos integrantes do colégio. A disciplina deve ser consciente e responsável. A razão de ser disciplinado jamais deverá ser o medo, a presença do superior, mas a convicção de realizar o bem, o correto, pois a disciplina influi na conduta do aluno e deve criar condições de desenvolvimento de sua personalidade e na consonância dos padrões éticos da sociedade brasileira, incorporando-lhe os atributos indispensáveis a seu crescimento social.

§ 1º - São manifestações de disciplina:

I - o perfeito cumprimento de todas as normas escolares;

II - correção de atitudes;

III - respeito ao Regulamento de uniformes;

IV - pronta obediência às ordens legais;

V - dedicação integral aos estudos;

VI - consciência das responsabilidades;

VII - observância aos preceitos regulamentares.

§ 2º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente, nas instalações internas do CFNP, bem como no convívio social em qualquer localidade, por todos os que compõem o CFNP.

Art. 4º As ordens e diretrizes legais emanadas da Direção do CFNP devem ser cumpridas por todos os que lhe estão subordinados, em suas respectivas esferas de ação.

§ 1º - O Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires deve primar por uma pronta obediência às ordens legais emanadas da Direção, sendo a disciplina consciente a sua melhor forma de expressão, devendo ser fomentada entre todos os alunos.

Art. 5º. A civilidade, sendo parte integrante da educação militar, é de interesse vital para a disciplina consciente. Sendo assim, o aluno do CFNP deverá demonstrar o seu apreço não só aos seus companheiros, mas a todos os profissionais que diretamente ou indiretamente são responsáveis pelo ensino e instrução do colégio. (p. 3 – 4)

As individualidades são cerceadas pela disciplina, ao mesmo tempo em que só são possíveis por essa mesma disciplina, além de se restringirem a manifestações em poucos espaços simbólicos. Quando estão no pátio do colégio longe da supervisão dos professores se sentem a vontade para usar palavras de baixo calão, afrouxar os cabelos e mesmo deixar a camisa pra fora da calça²⁷.

Adorno (apud ZUIN, 2000) afirma que “é preciso reconstruir a individualidade do sujeito na experiência com os outros sujeitos, para que essa individualidade seja a fonte impulsionadora da resistência num mundo danificado” (p. 131), o que modifica o mundo tão homogêneo. A relação com os seus colegas fortalece as pequenas resistências, como no caso da aluna que disse ser criança e não um policial, que estava como mais duas colegas que a apoiavam.

A própria discussão em sala de aula sobre direitos humanos e desigualdades sociais (temáticas cobradas no vestibular) fica comprometida com essa semelhança exacerbada dos alunos. A sua

²⁷ Durante uma das entrevistas a pesquisadora escutou um monitor, durante o intervalo da aula, dizer para os alunos que passavam pelo corredor colocar a camisa dentro da calça e não correrem no pátio do colégio. Um dos entrevistados afirmou que “não fica bem pra um colégio militar ter alunos correndo pelos corredores”. Mesmo em um ambiente fora da sala de aula o comportamento dos alunos é supervisionado e direcionado para o comportamento padrão de disciplina do CFNP.

maioria é filha de Militares e o fato de compartilharem de alguns símbolos como o uniforme e aprenderem na disciplina de IGPM que “o amor à pátria os torna mais cidadãos” (como afirmaram alguns entrevistados) também os conforma num grupo mais coeso. Ao aprender que os valores morais de respeito aos símbolos nacionais são características de formação de cidadãos plenos que os tornam mais sujeitos ao respeito ao *status quo* como forma de manter a ordem, muitos entrevistados fizeram também a seguinte afirmação “hoje em dia se confunde liberdade com libertinagem” esta é uma fala que, para além do mais absoluto senso comum, bloqueia o aparecimento da diferença, camufla o conflito para o único lugar que lhe cabe: a expressão, e não a luta por garantias de direitos, ou seja, a manifestação contrária a ordem é gerida de tal forma que ao serem destacadas rapidamente são dissolvida pelo discurso da técnica, da formação qualificada para o mundo do trabalho.

A educação imposta pela indústria cultural se volta para a adaptação, ela tem o efeito de condicionar a experiência dos indivíduos. Cria-se a ilusão de livre-escolha para o indivíduo que se sente autônomo para tomar decisões que acredita ser sua, “mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 138). Ou, nas palavras de Zuin (2003)

De acordo com o raciocínio do frankfurtiano, o processo formativo não pode se restringir à necessária etapa de ajustamento. Para a concretização da experiência formativa crítica é necessário um momento de distanciamento em relação ao fenômeno educativo que é decisivo para a elaboração do conceito. Esse momento se justifica, pois fornece as bases para o exercício da reflexão e do discernimento, tão prejudicadas na sociedade que exige um processo educacional voltado para absorção imediata das informações em ritmo alucinante. Se a etapa de adaptação é central, por ser diretamente responsável pela intervenção humana na realidade e pela consciência dos limites das ações individuais, por outro lado, deve-se questionar que tipo de procedimento adaptativo é esse, ou seja, se ele se

reduz ao que Adorno denominou como *well adjusted people* (ADORNO, 1995, p.143). (p. 44)

Pensando como os próprios docentes e mesmo o setor administrativo do colégio, sabendo de sua participação na formação dos alunos, são também frutos e bombardeados pela indústria cultural e por isso pessoas bem ajustadas as concepções da indústria cultural, elas são transmissoras exímias da semiformação e da passividade em relação a transformação social.

As pessoas bem ajustadas são aquelas que usam suas energias não para modificar sua condição de pseudo-indivíduos, mas sim para poder mantê-la. Assim, evita-se a todo custo a realização de um processo de educação fundamentado no incentivo à experiência formativa que não se esgota num processo de auto-reflexão, mas que se relaciona com o objeto a ponto de engendrar uma mediação que forma o sujeito na sua objetividade, ou seja, trata-se de uma processo formativo no qual o sujeito se reapropria das mediações históricas que formam sua identidade tanto prática quanto teoricamente. Assim, a experiência enquanto processo auto-reflexivo não se esgota na dimensão subjetiva mas se forma na tensa relação entre o sujeito e o objeto mediado nessa subjetividade. O juízo de valor que acompanha o discernimento proveniente desse modo de pensar expressa a falsidade da reconciliação harmônica entre o indivíduo e a sociedade. (ZUIN, 2003, p. 44)

“A educação para disciplina por meio da dureza” do final da segunda Guerra Mundial, discutido por Adorno, permanece presente ainda hoje. Zuin (2003) afirma que ela se espalha muito além do espaço escolar, contudo, este espaço, como podemos observar no CFNP, ainda possui forte ligação com essa educação. A educação para disciplina por meio da dureza se perpetua na reificação dos sujeitos durante o processo de aprendizado. Nas palavras de Adorno (apud ZUIN, 2003)

Em última análise, a elogiada têmpera para a qual se é educado significa pura e simplesmente indiferença à dor... Aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais

e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir. (p. 47)

A pesquisadora participou de dois momentos simbólicos e marcantes para os alunos e para o CFNP que melhor qualificam e demonstram a educação disciplinar e moral do colégio da polícia militar: a formatura do Ensino Médio e o dia do Compromisso, em que os alunos que entram na escola no 6º ano fazem um juramento de compromisso com o colégio. O que se destaca destes eventos é justamente a reificação como elementos centrais, dadas as dimensões disciplinares e hierárquicas que também sustentam estes eventos, a educação disciplinar alia-se à reificação como princípio da formação técnica e qualificada para o mundo do trabalho.

4.2 Dia de solenidades no campo

A formatura do Ensino Médio aconteceu no final de 2013, logo depois do projeto ter sido apresentado para a direção do colégio. O evento foi marcado por discursos muito emocionados que enalteciam os valores de disciplina e respeito as hierarquias ensinados no colégio.

Antes da entrega dos certificados aos formandos que aconteceria no ginásio, foi celebrada uma missa na Igreja da Polícia Militar. A turma de formandos era composta por 71 alunos, a proporção entre meninos e meninas pareceu ser equivalente, contudo havia apenas um menino negro em todo o grupo.

Os alunos entraram no ginásio em três grupos de três, dois pelas laterais e um dos fundos do ginásio montando uma coreografia ao som de músicas pop. As alunas e alunos utilizam o uniforme de tergal do colégio para a cerimônia e o bibico²⁸ estava preso na cintura. Apesar do uniforme, as alunas se apresentam maquiadas e com penteados mais elaborados.

Mesmo que a turma entrara marchando com todos uniformizados para a cerimônia, o comportamento dos alunos durante a formação não era de rigidez na postura ou silêncio absoluto, mexiam no cabelo, conversam e cumprimentam de longe os conhecidos que estavam na arquibancada.

²⁸ O Bibico militar é uma espécie de chapéu usado pelos alunos do colégio e pela corporação. O bibico dos alunos do CFNP tem a mesma cor cinza, do uniforme do colégio diferenciando-os do marrom da Polícia Militar.

Os alunos cantaram a canção do colégio em posição de sentido tocada pela banda da Polícia Militar, que também estava presente na cerimônia. Enquanto alguns alunos cantavam de forma mais tímida, outros, posicionados mais à frente do grupo, cantavam com força e imponência. Não há como dissociar esta forma de organização e apresentação dos formandos com as tropas da Polícia Militar alinhadas e posicionadas nos quartéis.

Depois disto, a turma nomeada “Sargento Paulo Jonas Nogueira da Silva” se dirige para seus devidos lugares com cadeiras no meio do ginásio. Esse deslocamento também é coreografado, como a entrada ao ginásio. Todas as turmas formandas recebem um nome em homenagem a algum policial que serviu a instituição. O homenageado por esta turma é um policial militar falecido em 2013, pai de um dos alunos formandos que junto de sua mãe recebeu flores do colégio.

Foi feita a passagem do estandarte do CFNP pelo primeiro aluno (melhor nota da turma nos três anos do Ensino Médio) do 3º ano que se formava naquele dia para a primeira colocada do 2º ano do Ensino Médio. A marcha do aluno é imponente, apoia a bandeira no ombro até o centro do ginásio onde a aluna do 2º ano aguarda em posição de sentido. A faixa do colégio utilizada pelo aluno e o estandarte são entregues à aluna, numa coreografia muito bem ensaiada e ela marcha até a lateral do ginásio ao som do instrumento caixa de marcha tocada por um dos integrantes da banda da Polícia Militar.

Em seguida é feita a entrega das medalhas. Os alunos recebem condecorações de mérito intelectual de categorias “prata”, “ouro” e “Honra ao Mérito”. O anexo VII do PPP do colégio determina as atribuições de cada categoria:

Art. 2º - Fará jus à Condecoração de Mérito Intelectual, Categoria “Prata”, o aluno que obtiver média geral no Trimestre igual ou superior a 8,50 (oito e cinqüenta), bem como, não ter nenhuma média em disciplina isolada inferior a 7,00 (Sete) no mesmo Trimestre e, ainda, ter conduta disciplinar exemplar, não ultrapassando 30 pontos em sua ficha de acompanhamento disciplinar, no referido Trimestre.

[...]

Parágrafo 4º - O uso no uniforme da Condecoração de Mérito Intelectual Categoria “Prata” se dará somente durante o ano letivo em

que ela foi conferida, não podendo ser utilizada no ano letivo seguinte.

[...]

Art. 3º - Fará jus à Condecoração de Mérito Intelectual Categoria “*Ouro*”, o aluno que tiver sido condecorado nos três Trimestres, com a Condecoração de Mérito Intelectual categoria “Prata”.

Parágrafo 3º - O uso no uniforme da Condecoração de Mérito Intelectual Categoria “*Ouro*” se dará somente durante o grau em que ela foi conferida, sendo que, o aluno que passar do 1º para o 2º Grau não poderá mais utilizá-la.

Art. 4º - Fará jus à Medalha de “*Honra ao Mérito*”, o aluno formando que tiver recebido no grau em que está concluindo, todas as condecorações de Mérito intelectual categoria “*Ouro*” e feito todas as séries do respectivo grau no Colégio.

[...]

Art. 5º - As condecorações de que trata esta resolução, serão usadas apenas no uniforme de tergal (camisa), não podendo ser afixadas no agasalho ou japona. (PPP, 2013, p.48)

Duas alunas do Ensino Fundamental levaram as medalhas em uma almofada para a frente dos formandos, os familiares dos que receberiam as medalhas foram convidados a fazer a entrega. Conforme o nome dos alunos premiados era anunciado, algumas famílias levantavam cartazes na arquibancada com dizeres de parabenizações e felicitações pela conquista. Além da entrega das medalhas, é feita uma homenagem ao primeiro colocado da turma, que teve a média mais alta durante os três anos do Ensino Médio cursados no colégio.

O fenômeno da distinção no colégio, que o diferencia de outras escolas públicas, também pode ser visto como institucionalizado pelas medalhas que os alunos recebem. Ao atingir o feito de ser honrado a receber uma medalha o aluno se diferencia dos colegas que não a conquistaram. No uniforme, o lugar pré-estabelecido para colocar a medalha em formato de estrela distingue os alunos e regulamenta uma competição, além de reificar o indivíduo portador da insígnia do sucesso. Ou seja, se estimula o aluno a atingir as notas e não infringir as regras de disciplina para poder receber a medalha. Ao fazer isso, o ensino se configura numa distinção entre alunos bons e ruins. Os alunos

que seguem as normas do colégio e tiram as melhores notas são lembrados diariamente por seus colegas ao utilizarem no peito a medalha. Além de se tornarem um exemplo para os colegas que não alcançaram a medalha o ensino acaba por premiar a diferença e enaltecer os valores meritocráticos de que todos possuem as mesmas oportunidades. Segundo o PPP (2013), não se pretende a competição entre os alunos

O processo educativo tem a maior importância no Colégio, porque rejeita e refuta toda visão parcial ou deformada da pessoa humana. Com isto queremos reforçar um conceito de educação universal, não fragmentário, que levaria certamente ao distanciamento pelo interesse central na pessoa humana. Assim, educamos para a busca da superação sem que isto represente uma competição com o outro, oportunizando mais a busca do desenvolvimento pleno da capacidade humana, para colocá-las a serviços da comunidade.” (p. 4)

Ao não pretender a competição o CFNP a ignora enquanto que, se se opõe a competição, deveria resistir a ela. No entanto, sua negação apenas permite que a competição seja reproduzida de modo fetichizado.

Exemplifica-se na fala de um dos entrevistados que além de afirmar a igualdade de oportunidade dos alunos se tornarem pessoas conscientes de seus direitos e deveres isto só acontece quando existe também uma vontade própria dos alunos, por isto justifica a presença da missão e filosofia do colégio na atuação de cada funcionário do CFNP²⁹.

Depois de receberem as medalhas durante a formatura, os alunos são chamados para receber o certificado de conclusão do Ensino

²⁹ “A Filosofia do Colégio Policial Militar está voltada para a formação integral do educando, através do desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Estes são os princípios, que juntamente com o culto a verdade, a justiça, a fraternidade e a disciplina regem as normas do Colégio. Nossa meta fundamental é proporcionar condições de ensino e formação social do educando para o exercício da cidadania com participação e responsabilidade. Na prática diária de atividades, exercitarão o companheirismo, a responsabilidade, a disciplina, o respeito, o hábito ao estudo e iniciação ao mundo do trabalho, além de outras atividades necessárias ao crescimento harmonioso do ser humano. Objetiva assim, alcançar o equilíbrio na formação daqueles que no futuro, regerão e participarão dos destinos da sociedade.” (PPP, 2013, p. 4-5)

Médio das autoridades presentes na mesa. Todos os alunos prestaram continência antes de receber o certificado, mesmo quando a pessoa que lhe entregaria não fosse militar.

Depois disso os alunos fizeram um discurso homenageando a turma e alguns professores. Ao pedirem que seus colegas ficassem de pé, toda a turma se colocou em posição de sentido, mesmo sem que recebessem o comando para isso. Apesar disto, a homenagem ocorreu de forma descontraída falando sobre alguns acontecimentos da turma, jargões corriqueiros e cotidiano entrosado dos alunos. Foi lembrado das alegrias e surpresas de quando souberam que foram sorteados para ingressar no CFNP. A entrada no colégio foi marcada por insegurança do desconhecido, a única coisa que os aproximava eram os uniformes. Mencionaram também o que levarão do colégio para suas vidas: a disciplina, a apresentação impecável e o respeito às hierarquias. Entre os homenageados pela turma estavam os professores de português, biologia e espanhol.

Alguns professores discursaram e falaram sobre o relacionamento descontraído que tinham com a turma. Tanto a fala destes professores, quanto a do Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, e da subdiretora, que passara o cargo de direção do colégio na cerimônia de formatura do Ensino Fundamental para o atual diretor do colégio, foram marcadas pela exaltação da meritocracia e dos valores morais, religiosos e disciplinares da Polícia Militar. A ex-diretora em seu discurso citou uma passagem bíblica, falou sobre o “pulso firme que deve ter” com os alunos acrescentando que “a mão que afaga é a mão que sacode” e concluiu recomendando que os alunos formados levassem da escola o amor a pátria, que fossem empreendedores e “tenham fé em Deus e em vocês mesmos”.

O comandante geral da PM de Santa Catarina era pai de um dos alunos formados, por isso além de prestar uma homenagem à turma e ao colégio contou das dificuldades e decepções por seu filho ter sido sorteado para entrar no colégio apenas no último ano do Ensino Médio, afirmando que o parentesco não garante vagas no CFNP, ainda que ocupasse cargos de grande importância na corporação. Sua fala e entonação lembrou a de um religioso, foi uma fala marcada pela emoção. Ressaltou, também, os valores morais, de respeito e disciplina que devem levar da educação que tiveram no CFNP e finalizou sua fala com os dizeres: “que Deus nos proteja”.

Para encerrar a solenidade a monitora dos alunos foi à frente da turma, os alunos se posicionam em sentido e a monitora diz:

- Alunos, grito de guerra. (grito)

- Formados! (grito). (Alunos)

Os alunos jogam seus bibicos para o alto e a formatura se encerra.

A solenidade de formatura é sempre um momento marcante na vida escolar, mas o que diferencia essa solenidade no CFNP são as práticas disciplinares e apresentação militar dos alunos (a marcha para entrarem ao ginásio, a postura, o canto do hino do colégio, o uso do uniforme de tergal (o mais formal) e a continência prestada ao receberem o certificado), além dos discursos de cunho religioso, neles estão representados os valores que a instituição acredita como fundamentais para seus alunos.

A estética militar se mostra como formadora, de fato, dos alunos quando enfatizam na sua fala que a disciplina e o respeito às hierarquias são ensinamentos que repercutirão em suas vidas, independente dos caminhos que tomarem. Não há como dissociar, então, a estética militar de uma prática educativa do colégio. Apesar de se mostrarem como paralelas, ou seja, na sala de aula são ensinadas as matérias do currículo do Ensino Básico e fora dela existe a rotina e estética militar, o ensino escolar não se dissocia de seu contexto. Assim como o lugar em que o aluno está inserido fora da sala de aula, seja na sua casa ou lugares que frequenta o ensina, o ambiente escolar como um todo faz parte do ensino e aprendizado do aluno.

Outra solenidade que marca a distinção e a formação disciplinar sob a estética militar é o “Dia do Compromisso”. O Dia do Compromisso é o momento em que os alunos da turma do 6º ano do Ensino Fundamental vestem pela primeira vez o uniforme de tergal³⁰ e fazem o juramento ao colégio. Segundo os comentários de alguns entrevistados, este é um momento muito especial para os alunos, pois ao fazerem o juramento sentem-se parte integrante do colégio, o que significa compartilhar de seus valores e símbolos, não apenas dentro do espaço escolar, mas também fora dele.

Isso nos remete ao texto “O corpo como publicidade ambulante” de Zuin (2003) em que se discute o processo pelo qual o corpo se transforma em anúncio. Fundamentado num formato educativo orientado pela Indústria Cultural o autor afirma que

São os espetáculos que estão em jogo, ou melhor, a necessidade de se sentir e de ser identificado

³⁰ O uniforme de tergal é um uniforme mais formal que o agasalho e tem um formato de farda militar.

como alguém que se destaca diante dos outros, pois, ao mesmo tempo em que o indivíduo participa de determinado evento, porta também algum logotipo que denota superioridade frente àqueles que não apresentam tal símbolo. (p. 49)

Mesmo sem o autor relacionar este processo com o ambiente escolar em si, é possível fazer uma aproximação com o simbolismo da solenidade do Dia do Compromisso no CFNP. A distinção temporal e comportamental carimbada pelo juramento feito na solenidade marca o compromisso que os alunos assumem ao entrarem no CFNP. Eles se tornam, segundo os entrevistados, alunos diferenciados ao terem a possibilidade de vestir a farda do colégio. Com todas as insígnias do uniforme, o aluno publiciza os valores disciplinares tanto do colégio quanto da instituição militar. O compromisso assumido nesta solenidade explicita a relação de identificação com o todo como um dos valores emanados pelo colégio.

Na solenidade, os alunos entram em formação no pátio do Centro de Ensino ao lado da banda da Polícia Militar. Com os alunos perfilados e alinhados, o Comandante do Corpo de Alunos marcha até o diretor do colégio e apresenta os alunos em formação. Inicia a solenidade com a entrega de certificado aos alunos que fizeram trabalho de voluntariado no ano anterior ou auxiliaram seus colegas de turma como monitores de algumas disciplinas.

Depois disso uma aluna do 6º ano se posiciona à frente da sua turma para proferir o juramento, no qual as ideias principais remetiam ao compromisso de companheirismo com seus colegas, de prezar pela moral e pelo “respeito ao próximo, buscando sempre contribuir para uma sociedade melhor”.

Feito o juramento, as condecorações de mérito intelectual são entregues aos alunos com as melhores notas, num ato semelhante ao da formatura do Ensino Médio.

Entre as autoridades presentes estava o criador do CFNP Coronel Sidney Carlos Pacheco e o Comandante Geral da PMSC, pois no mesmo dia seriam comemorados os 30 anos de criação do colégio. No momento da homenagem de aniversário do colégio, a Polícia Militar de Santa Catarina presenteia o CFNP com um carro para auxiliar em seus trabalhos.

A solenidade durou em torno de 40 minutos, tempo suficiente para que alguns alunos passassem mal pelo calor. Eles ficaram na posição de formação durante toda a solenidade de frente para o Sol.

Uma aluna chegou a desmaiar, mas foi rapidamente acolhida por seus colegas e funcionários do colégio. Depois deste ocorrido foram distribuídos copos com água para os alunos.

No final da homenagem os presentes foram convidados a se dirigirem ao colégio para o corte dos bolos de comemoração do aniversário de 30 do CFNP. Como uma das provas de uma gincana organizada pelo colégio, os alunos deveriam levar um bolo com a temática da comemoração dos 30 anos do colégio neste dia. Antes disso, apesar da agitação dos alunos, da dificuldade de ouvir o que estava sendo dito pelo microfone, o fundador do colégio falou um pouco da história do colégio. Disse que “começou pequena, sem muitos recursos. Queríamos um pouco mais de amor a pátria, queríamos prestigiar os filhos dos policiais militares, queríamos um país melhor, uma Santa Catarina melhor e graças a Deus chegamos aqui.” Terminou sua fala com uma passagem bíblica e agradecendo novamente à Deus.

Os professores parecem alheios neste momento da solenidade, não têm uma participação efetiva no evento e na sua organização (não em relação à formatura, na qual participam homenageando a turma e sendo homenageados), descredencia-se o docente de um ensino mais amplo e totalizante para uma formação crítica dos alunos. Mesmo com o professor parece existir a reificação como elemento particular ao colégio. Como foi afirmado em uma das falas nas entrevistas que na parte da rotina militar os professores não participam e até mesmo não podem isentar os alunos de fazerem a apresentação ao início e final de cada aula faz-se necessária a discussão sobre a presença do professor civil e do monitor militar no espaço escolar do CFNP que segue.

4.3 Práticas educativas: a presença do professor civil e do monitor militar no espaço escolar

É de responsabilidade dos monitores organizar os alunos para estes eventos assim como estarem presentes no dia. Aos professores das disciplinas tradicionais do currículo cabe o papel de transmitirem o conteúdo de suas próprias matérias. Um entrevistado ainda afirma que o professor está no colégio para transmitir o conteúdo programado, não para questioná-lo.

O quadro de professores no colégio não é efetivo. Todos são contratados como ACT (Admissão em Caráter Temporário), sendo que na última seleção todos os candidatos aprovados eram civis. Durante 12 anos, a contratação foi feita através de um processo seletivo que contava com uma banca; no ano de 2013, este processo se modificou para prova

de título somente, sem uma banca avaliadora. Segundo a legislação da Polícia Militar,³¹ a contratação de professores e servidores deve ser feita em caráter temporário, com contrato de um ano apenas. Esta lei abrange também o setor administrativo e gestor do colégio, porém os cargos de Supervisão Escolar e Orientação Escolar são ocupados por servidores públicos efetivos do estado de Santa Catarina, que foram cedidos pela Secretaria de Educação e convidados a trabalhar no colégio, não necessariamente nesta ordem. Já o cargo de direção do colégio é ocupado por um oficial da Polícia Militar, obtido por indicação do Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Os professores entrevistados são civis, jovens, têm entre 28 e 35 anos, possuem pós-graduação e já trabalharam como docentes em outras escolas, mas em nenhuma da Polícia Militar. São, também, todos formados em suas respectivas áreas de atuação e trabalham no colégio desde o início de 2014.

Dentre os entrevistados apenas um afirmou a preferência por trabalhar no colégio da Polícia Militar ao se candidatar para a vaga, no entanto todos apontaram aspectos positivos em relação às diferenças entre o CFNP e outros colégios de ensino básico, ainda que também tenham destacado as semelhanças.

Buscaram afirmar em suas respostas que o CFNP é muito mais próximo de outros colégios de Ensino Básico do que a comunidade imagina. Apontaram a diferença organizacional em relação às rotinas e disciplina, com a ressalva de que são percebidas muito mais fora da sala de aula do que dentro, buscando sempre naturalizá-las e ressaltar o caráter pragmático desse ensino militar. Afirmaram também que os alunos do CFNP não são alunos diferentes de alunos que frequentam outros colégios da rede básica. Eles têm dificuldades como qualquer outro aluno, assim como problemas de indisciplina. A diferença está na forma com que estas dificuldades são tratadas pelo colégio. Segundo os entrevistados o acompanhamento pedagógico é mais intenso no CFNP do que em outros colégios que já trabalharam. Quando algum aluno está com dificuldades de aprendizado, por exemplo, tem o acompanhamento dos monitores – com os quais se encontram todos os dias – da orientadora educacional e de uma psicopedagoga.

³¹ LEI Nº 11.496, de 19 de julho de 2000. “Art. 3º As funções de magistério na Polícia Militar serão exercidas por policiais-militares ou servidores admitidos em caráter temporário, de acordo com as disposições desta Lei.”

O mesmo acontece com o trabalho dos professores. Disseram que não se sentem sozinhos na sala de aula, ou desamparados pelo colégio como acontece em outras escolas em que são professores, mas há uma proximidade e acompanhamento do trabalho do docente. O plano de ensino das disciplinas é construído em conjunto com a supervisão escolar, assim como as provas e trabalhos, para que as questões formuladas pelos professores sejam de fácil compreensão para os alunos e não possibilitem interpretações ambíguas.

Apesar deste acompanhamento do colégio em relação à construção dos planos de ensino e material didático para avaliação, os professores afirmaram que possuem total liberdade para trabalharem temas de sua preferência dentro da disciplina que ministram.

O que se apresenta pelas falas é uma harmonia entre o trabalho pedagógico e didático dos professores e o ensino estético militar. Como acontecimentos paralelos, eles (o trabalho pedagógico dos professores e a estética militar) se pautariam – na sua essência – um (as disciplinas curriculares) nas exigências do vestibular e mesmo do mundo do trabalho e outro (a rotina militar e IGPM) na formação cidadã, não chocando tais formações entre si e havendo uma naturalização da disciplina militar dentro do CFNP. Há, contudo uma sobreposição da formação disciplinar e hierárquica militar sobre o Ensino Básico comum quando a partir de uma prática pedagógica tradicional o que se busca da aprendizagem das disciplinas do currículo é o seu conteúdo tal qual uma verdade absoluta, ou a sua funcionalidade para as exigências de mercado.

Esse processo se desvela na pretensa objetividade do ensino tradicional, de forma que ele não seja afetado pelo seu contexto social, político ou econômico.

O próprio papel da escola está subjugado à razão subjetiva. Esse processo não trazido à consciência mascara-se sob uma pretensa neutralidade que, facilmente, retira da educação seus vínculos como reprodutora do modelo social vigente. Se a razão não é mais agente de compreensão ética, a escola, ao promover a razão, reproduz esse processo, não conseguindo efetuar a ruptura. Essa reprodução se dá em toda organização escolar, seja no que se refere a currículos, como aos procedimentos internos. (PRESTES, 1994, p. 97)

Principalmente na disciplina de IGPM, em que os valores da instituição transmitidos são justificados pelo mundo que os alunos encontrarão ao sair do colégio, seja diretamente o mundo do trabalho, ou o acadêmico a formação, disciplinar se justifica como complementar e promotora de indivíduos prontos para atuar segundo o que lhes for exigido.

Pensado através da semiformação, a essência disciplinar do ensino no colégio transmite qualitativamente uma visão de mundo estática em que a sua ordem deve ser prioritariamente mantida. Nesta lógica, o princípio de desbarbarização da educação não se cumpre.

A nosso ver, duas características constituem esse princípio pedagógico [o da desbarbarização da educação]: a educação enquanto esclarecimento e a educação enquanto emancipação. [...], na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer tendem mostrar que o esclarecimento perseguia o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores, porém, quando a terra se julgou toda esclarecida ela resplandeceu sob o signo do infortúnio triunfal. Os frankfurtianos, porém, nunca perderam a esperança de resgatar a potencialidade crítica do esclarecimento espezinhada e despotencializada pelo capitalismo tardio. O esclarecimento (*Aufklärung*) para Adorno é a negação do caráter repressivo e unilateral do esclarecimento da indústria cultural e só se realiza enquanto possibilidade de um esclarecimento reflexivo e dialético, que vem atualizar o sentido do *sapere aude* – ousar saber kantiano.” (ZUIN, et al, 2000, p. 134-5)

Neste sentido, a semiformação é aliada a hegemonia da razão instrumental quando a educação se firma não numa crítica à ideologia vigente, mas na sua reprodução enquanto fim. A educação na sociedade burguesa reverte-se em “mera apropriação de instrumental técnico e receituário para eficiência” (ADORNO, 1995, p. 27) distanciando-se de um ensino propriamente autônomo e principalmente crítico à hegemonia da indústria cultural.

No CFNP, o caráter estético da formação, a estética militar, ganha um sentido adverso e perverso de formação estética, tal qual Adorno afirma como emancipadora na qual a estética artística se

mostraria como uma ruptura com o passado, contraposição com o presente e utopia de seu futuro (ZUIN, et al, 2000, p. 97). O pensamento subjetivo a partir desta estética se caracterizaria tal qual resistente a objetificação da semiformação.

O colégio policial militar utiliza de sua estética militar para a formação estigmatizada na disciplina. A partir de uma disciplina que objetifica o pensamento e, por conseguinte, a própria atuação do aluno dentro e fora do espaço escolar, a semiformação se torna viável e o passo mais eficaz para a manutenção da ordem e hegemonia da razão instrumental.

Os entrevistados afirmam que, além de respeitar as rotinas específicas do colégio, pois fazem parte da corporação da qual o CFNP está inserido, analisam como positivas para a formação dos alunos e as observam como algo natural. Em sua maioria, os entrevistados tiveram experiências semelhantes de culto à nação e à disciplina, pois cursaram o período escolar durante a ditadura militar no país, de tal forma justificam que é preciso resgatar até mesmo em outras escolas, que não da Polícia Militar, o espírito patriota e disciplinar da educação.

O ensino disciplinar também se justifica, em suas falas, pela naturalização da ditadura de mercado, isto é, da produção capitalista. Como a disciplina será exigida em outros lugares da sociedade dos quais os alunos fazem ou farão parte, principalmente o mundo do trabalho, ela é bem-vinda à formação, pois previne o indivíduo de uma nova adaptação a ordem corporativa e de mercado e exigências de funcionários além de tecnicamente, mas disciplinarmente no que tange o acatamento de ordens e dedicação ao trabalho proposto.

Afirmam também que a estética militar não interfere no pedagógico, isto é, nas disciplinas básicas do currículo, não há um incentivo ou exigência para que o corpo docente participe da formação prévia do início da aula ou mesmo de homenagens cívicas, porém não podem isentar seus alunos de fazerem a apresentação da turma ao início e findar de cada aula. O discurso que dissocia o contexto militar do colégio à prática pedagógica se pauta numa educação fragmentada e a-histórica, ou seja, separa algo que contextual e historicamente está atrelado. A educação é vista de forma ontológica, como um ser em si mesmo dissociado de um contexto social e histórico. Sendo assim, ela é estática, possui um conhecimento único e verdadeiro em cada matéria a ser transmitida e nunca será pensada no seu sentido dialético de um constante vir-a-ser. É, portanto, uma educação sem utopia.

Na disciplina de IGPM podemos encontrar elementos ainda mais característicos desse formato de educação. Seus monitores,

militares, compartilham da justificativa da educação disciplinar e patriota uma vez que também cantavam o hino e hasteavam a bandeira quando estavam em idade escolar. Para eles, então, a rotina do CFNP contribui para a formação dos alunos e os ensina como devem se portar diante de determinadas situações do cotidiano de “sua vida civil”³².

A disciplina de IGPM ministrada pelos monitores, segundo os entrevistados, é uma readaptação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Sem mencionar o caráter político e disseminador do Golpe Civil Militar por meio dessas disciplinas, alguns entrevistados afirmaram que tal qual elas serviam para estudar as transformações sociais e políticas de cada local, as disciplinas que as substituíram no currículo (geografia e história) e mais especificamente IGPM, tem o mesmo enfoque.

No entanto, esta disciplina – Instrução Geral da Polícia Militar – busca a formação de um cidadão pleno, o que significa para os entrevistados a formação de um indivíduo consciente de seus direitos e deveres como cidadãos. Isto é trabalhado na disciplina, ao longo dos três anos do Ensino Médio, ainda que de forma muito semelhante entre si.

O conhecimento sobre os direitos e deveres dos alunos é dicutido nos três anos através do Regulamento Disciplinar e de Uniformes e de um conhecimento maior sobre a filosofia do colégio. Aspectos referentes à Polícia Militar são abordados através da Ordem Unida, em que utilizam um manual da Ordem Unida³³. É o mesmo material utilizado pelo treinamento das forças armadas, mas o conteúdo utilizado na disciplina, segunda a monitoria, é reduzido. Só fazem uso dos conhecimentos sobre marcha, formação e apresentação que estão presentes do no livro. Não faz parte da disciplina capítulos do livro que dizem respeito ao manuseio de armas de fogo, por exemplo. O objetivo do ensino da Ordem Unida é “aprender e praticar a Ordem Unida através da disciplina, senso de grupo, prática de liderança e tomada de decisões”.

Outros temas abordados pela disciplina de IGPM são: características peculiares a Monitoria (interação dos alunos a filosofia

³² Ao mesmo tempo em que afirmam o distanciamento entre o CFNP e um ensino militar reafirmam a distinção entre uma vida civil dos alunos fora do colégio, em alguns relatos chegam a afirmar que o aluno está à paisana quando não veste o uniforme do colégio.

³³ Disponível em <http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/Manual%20de%20Ordem%20Unida%20-%20C%202022-5.pdf>. Acesso em: maio de 2014.

do colégio policial militar, cumprimento de regras, direitos e deveres dos alunos); convivência em grupo (liderança, respeito e igualdade de direitos, *bullying*, valores, etiqueta e boas maneiras, relacionamento interpessoal, relacionamento intrapessoal, influência da mídia); dos delitos (conceito de direito, ato infracional, crimes e contravenções, Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto da Juventude); primeiros socorros (acidentes domésticos, intoxicação, queimadura); socorro de urgência e emergência (diferença entre urgência e emergência, segurança do local de atendimento, fraturas, imobilização e transporte de vítimas); independência do Brasil (conceito de pátria, patriotismo, símbolos nacionais, hinos e canções); Polícia Militar de Santa Catarina (histórico, organograma, missão constitucional e noções de polícia comunitária) eleições (cidadania e exercício, a importância da população no processo eleitoral), vestibular (preparação, instituições, diferentes processos de seleção, escolha da profissão, participação da família); corrupção (conceito, corrupção no Brasil, o que você tem a ver com a corrupção); trânsito (conceito, ciclista, pedestre, sinalização, habilitação, dos crimes de trânsito, o comportamento do trânsito e suas consequências, causas de acidentes e estatísticas, direção defensiva, responsabilidade no trânsito); preparação para o mercado de trabalho³⁴.

Em mais uma evidência de reificação, é possível afirmar que todos os elementos da disciplina de IGPM são representativos de um movimento a partir do qual a autocrítica inexistente à medida que um ser idealizado se apresenta autoritariamente como a única possibilidade de vir a ser. Não se possibilita o surgimento de algo diferente do que é apresentado, as alternativas de uma negação e refutação deste ideal são camufladas por uma falsa ideia de liberdade e autonomia dos indivíduos.

4.4 Projetos globais: liderança, autonomia e empreendedorismo

O CFNP conta com um Projeto Global de Atividades Extra Curriculares. O projeto disponibilizado à pesquisadora contempla as atividades desenvolvidas em 2013, destas, podem ser destacadas duas que continuam em 2014: o SIEM³⁵ e a miniempresa.

A Simulação de Organizações Internacionais para alunos de Ensino Médio (SIEM) tem como objetivo simular uma reunião do conselho de segurança geral da ONU em que cada escola participante

³⁴ Informações retiradas do plano de ensino da disciplina de IGPM disponibilizado à pesquisadora pelo colégio.

³⁵ Mais informações no site do projeto <http://ufscsiem.wordpress.com/>

represente dois ou três países. Os alunos que se responsabilizam por representar estes países no dia da simulação devem construir uma argumentação sobre temas atuais que estão em discussão na ONU para ser debatida com os outros países representados pelos alunos. O projeto de extensão coordenado pelo curso de Relações Internacionais da UFSC entrega para cada escola participante uma apostila com os principais posicionamentos de cada país. A partir disso os alunos, com auxílio de professores que se interessarem pelo projeto buscam mais elementos para levar ao debate.

O projeto é inserido anualmente na pauta do ano letivo, ele não é fixo, por isso no início deste ano um professor que já trabalhou com este projeto apresentou a proposta para o corpo docente do colégio. Como é uma atividade de extensão que se pretende interdisciplinar, é importante que tenha adesão de professores de várias áreas.

Na reunião de professores em que o SIEM foi apresentado a pesquisadora pode participar (apenas do momento da apresentação do projeto). Alguns professores apontaram seu posicionamento contrário a atuação da ONU em relação ao seu posicionamento e atuação bélica e política frente a conflitos nos países, contudo pensando mais na contribuição para a formação dos alunos o projeto foi aprovado.

As principais características formativas desta atividade que foram ressaltadas como justificativas são a retórica, habilidade de negociação e debate. Conhecimentos como estes, possibilitam uma formação mais ampla e completa, segundo os entrevistados.

A Miniempresa³⁶ é um projeto que conflui de forma muito contundente as bases do ensino sob estética militar do colégio com uma formação técnica e disciplinar para o mundo do trabalho. Este projeto é organizado por uma empresa do terceiro setor (Junior Achievement) que faz parcerias com os colégios para simular o funcionamento de uma empresa com os alunos e ensinar os jovens sobre o mundo corporativo e empreendedorismo. Os alunos que se interessam em participar devem ter disponibilidade de estar no colégio no horário dos encontros, que ocorrem semanalmente no início da noite. São quinze encontros em que os alunos criam uma empresa, e aprendem como sustentá-la financeiramente, como escolher um produto que de lucro e quais os cargos e funções que o empreendimento deve possuir. Para criar a “miniempresa” os alunos buscam acionistas que irão investir no negócio. Comprando ações de R\$ 5,00 ou R\$ 10,00, os acionistas

³⁶ Mais informações sobre o programa no site <http://www.jabrasil.org.br/ja/programas/miniempresa>.

contribuem para a criação da empresa que mesmo fictícia tem a criação de um produto para venda e muitas vezes obtém lucro.

Durante o período do projeto a empresa que organiza o projeto busca transmitir aos alunos valores do mercado como concorrência e individualismo. Utilizando de uma linguagem coloquial e descontraída a consultora (uma representante da Junior Achievement que trabalha diretamente na sala de aula com os alunos prestando consultoria para a criação e desenvolvimento da miniempresa) se aproxima dos alunos para explicar e apresentar o mundo dos negócios e o empreendedorismo.

Na reprodução da falta de sentido que se cria com a recriação do mundo corporativo de modo lúdico, ouviu-se a fala “o exercício aqui não é pra ser feliz, é pra aprender como funciona uma empresa”. Ou seja, tão importante quanto ensino dos cargos, funções e como funciona a parte financeira de uma empresa o ensino de que no empreendedorismo é necessário que se sofra, aceite as ordens e repreensões de um superior para fazer parte deste mundo também é relevante.

Neste sentido, Adorno e Horkheimer (1985) apontam para mais uma das mazelas da sociedade capitalista

A vida no capitalismo tardio é um contínuo rito de iniciação. Todos têm de mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas. [...] Todos podem ser como a sociedade todo-poderosa, todos podem se tornar felizes, desde que se entreguem de corpo e alma, desde que renunciem à pretensão de felicidade. Na fraqueza deles, a sociedade reconhece sua própria força e lhes confere uma parte dela. Seu desamparo qualifica-os como pessoas de confiança. É assim que se elimina o trágico. (p. 127)

Reitera-se a reificação e torna-se normal a exploração, a competição e a submissão em nome da ditadura de mercado. Por isso, nesta perspectiva, projetos como a Miniempresa são importantes, pois promovem uma formação qualificada e técnica para o mundo do trabalho.

Na empresa criada pelos alunos durante o programa, os encargos e impostas que iriam para o governo numa empresa verdadeira, são destinados a uma instituição de caridade escolhida pelos alunos. Como foi afirmado pela consultora “pra vocês verem que isso tudo é em

prol de algo maior”, a filantropia se ocupa com a “função social” da empresa, por mais que sua atuação seja a de perpetuar as relações de dominação e conseqüentemente de desigualdade. O incentivo a caridade deixa de problematizar a sociedade a partir de sua construção histórico e social para pensá-la de modo que a desigualdade seja intrínseca a seu modelo de vida e anterior a ditadura de mercado.

Essa insistência sobre a bondade é a maneira pela qual a sociedade confessa o sofrimento que ela causa: todos sabem que não podem mais, neste sistema, ajudar-se a si mesmos, e é isso que a ideologia deve levar em conta. Muito longe de simplesmente encobrir o sofrimento sob o véu de uma camaradagem improvisada, a indústria cultural põe toda a honra da firma em encará-lo virilmente nos olhos e admiti-lo com uma fleuma difícil de manter. O *pathos* da frieza de ânimo justifica o mundo que a torna necessária. Assim é a vida, tão dura, mas por isso mesmo tão maravilhosa, tão sadia. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 125, grifos do autor).

O sofrimento, segundo os autores, passa a ser planejado diante do trágico e utilizado de tal forma a ser aceito socialmente como ontológico. Torna-se parte integrante da vida a convivência com o sofrimento cultivado pela divisão de classes e hegemonia de mercado.

São seres autônomos, empreendedores e líderes neste contexto de educação disciplinar. Dominada pelo senso comum, a ideia de autonomia que os entrevistados fazem uso se aproxima de uma noção de liberdade de escolhas e pensamento atrelada ao que se espera de um indivíduo “consciente de seus direitos e deveres”. Afirmam que na escola “abre-se o leque de escolhas para o aluno decidir seus caminhos sem que haja um cerceamento desta liberdade de escolha”.

Coloca-se a formação de uma autonomia nos alunos como fundamental para a vida em sociedade, porém essa autonomia não é possibilitada num meio em que as próprias escolhas são limitadas. A liberdade de escolhas confronta-se com a coerção econômica que já está interligada com a ideia de sociedade da qual os interlocutores partilham. A dinâmica do mercado é marcada cada vez mais por uma ideia de inovação – daquilo que, segundo Adorno e Horkheimer (1985), é mimeticamente semelhante – por isso, o empreendimento torna-se um importante elemento de formação dos alunos. Para integrar-se a essa

sociedade, parece lógico que haja uma preparação e formação para o que o mercado exige.

A liderança contribui para outro aspecto da formação que comporta a replicação daquilo que aprendem dentro do colégio. Formar cidadão líderes significa formar “indivíduos que sejam vistos como um exemplo de comportamento ético e moral a ser seguidos”, que “transmitam seu conhecimento sobre direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa”. A formação disciplinar e com estética militar do colégio visa, então que os conhecimentos adquiridos por seus alunos possam ter uma consequência de “transformação” da sociedade a partir de seus princípios de disciplina, autoridade e democracia.

5 “DEMOCRACIA FUNCIONAL”³⁷: UMA ALTERNATIVA PARA ESPAÇOS MILITARES

Este capítulo perde um pouco do tom etnográfico que permeou o trabalho até aqui, as entrevistas como ilustrações sobre experiências vividas em campo, para as entrevistas se tornarem o corpo da discussão sobre democracia. Tendo em vista a proximidade das respostas não haverá até mesmo a necessidade de identificá-las segundo cada entrevistado.

A questão sobre a definição de democracia teve a intenção de sintetizar o pensamento dos entrevistados ao passo que ela pudesse clarear os fundamentos do ensino democrático dentro do CFNP, mesmo que estivesse presente, de certa forma, todos os questionamentos das entrevistas e mais ainda o formato das respostas defensivas ao colégio.

A democracia para os entrevistados se firma nas bases militares do ensino do colégio, nos seus valores de hierarquia, autoridade e disciplina. Esse ensino conflui para uma vida na sociedade administrada, ou seja, uma sociedade que controla “seus membros para propósitos de dominação” (PUCCI, 1995, p. 9) tendo todos seus espaços administrados para que repercutam a ordem vigente e incorporem, através da indústria cultural, nos próprios indivíduos o interesse em permanecer neste modelo de sociedade.

5.1 Autoridade e Democracia

Entre algumas definições de democracia, a mais popular entre os entrevistados teve como foco a participação a partir do conhecimento sobre direitos e deveres dos indivíduos. Afirmção própria ao senso comum de que existe uma democracia onde “eu sei até onde vai o meu direito sem interferir no direito do outro” é hegemônica entre os entrevistados. Elementos de um pensamento liberal já solidificado parecem justificar esta concepção de democracia.

As práticas educativas do colégio, tal qual a estética militar, também se justificam na consolidação de uma democracia que se funda na ordem, nas demandas do mercado e numa autoridade hierárquica dentro e fora do espaço escolar. Essa democracia é vista pela perspectiva

³⁷ O uso deste termo foi resultado de reflexões da própria pesquisadora, porém ele já foi utilizado por Boaventura de Sousa Santos e, mesmo sem ter feito uso do termo, Florestan Fernandes (1979) problematiza a democracia útil ao capital num sentido semelhante à ideia de “democracia funcional”.

também hierárquica e de sua autoridade, uma vez que à população e aos indivíduos – como na concepção dos interlocutores – cabe o direito de questionamento apenas pelo voto ou até onde o direito do outro seja garantido. O espaço do conflito existiria de forma muito prejudicada, pois a ele não se possibilita a liberdade do protagonismo e mesmo de embate contra a ordem. A democracia liberal possui como estratégia prever e controlar o espaço do conflito. Neste sentido, as ideias de unidade e coesão que se constituem por meio das práticas educativas militarizadas auxiliam na manutenção de uma democracia liberal.

O sentido militar da formação no CFNP comporta rotinas específicas ao colégio e também uma cobrança de comportamento disciplinar exemplar dos alunos. Segundo alguns entrevistados esta formação desenvolve o “espírito crítico” nos estudantes, pois ao serem cobrados a uma disciplina exemplar, também exigem que seus colegas o sejam sob as mesmas medidas. Esta ideia de “espírito crítico” se baseia numa relação de reificação dos indivíduos que, ao cobrarem que o seu colega tenha uma atuação correta, como cobram deles se tornam indiferentes ao processo educativo disciplinar.

Na posição de chefe de turma, os interlocutores afirmam que o aluno “aprende a controlar a turma e a apresentá-la”, características importantes para a sua formação, segundo os entrevistados, pois há um aprendizado sobre oratória e liderança, de estar a frente no comando de um grupo de pessoas. Nesta função existe a cobrança para que o aluno chefe de turma seja um exemplo para os seus colegas, os entrevistados afirmam que quando os alunos aprendem sobre estas funções do colégio se releva a questão de que a escolha pelo voto que os alunos fazem para chefe de turma repercute na escolha de um líder “não adianta votar em qualquer colega sem pensar e depois não gostar da sua liderança na turma, foram vocês que escolheram então terão que esperar para a próxima eleição para mudar”. Atrela-se a isto a responsabilidade dos estudantes nas eleições do país, pois, como afirmaram, “não adianta reclamar do político que você escolheu e votou”.

A forma de lidar com a hierarquia, que neste caso do voto se escolhe uma autoridade para nos governar, é de submissão e irresponsabilidade pelo que será feito a partir da escolha do líder. O processo de escolha enaltecido, pelos entrevistados, como libertário mostra um dos efeitos paralisantes da hierarquia, pois uma vez escolhido o líder o indivíduo nada mais tem – se é que teve em algum momento – de ingerência sobre quem governa ou sobre sua forma de governar, o poder está dado à autoridade e não pode ser revogado.

A liberdade de escolhas é trabalhada com os alunos em relação as suas consequências e numa perspectiva moral de certo e errado nas suas vidas. “Contribuímos para a democracia formando cidadãos. Apresentando seus direitos, seus deveres, seus compromissos e as consequências das suas escolhas sejam elas boas ou ruins”. Na concepção em que o indivíduo não é senhor de si mesmo e, sobretudo, tem sua liberdade restrita ao que lhe é ofertado não existe a possibilidade de uma educação emancipatória e contrária ao formato educacional que o reifica, são reiterados valores militares sob a ótica do mercado.

Muito se afirmou nas entrevistas que o colégio policial militar é um colégio comum de Ensino Básico, “nós somos um colégio normal, só nos diferenciamos pela nossa estética militar”, no entanto a negação da formação militar no colégio ecoa sem uma reflexão entre os interlocutores. Eles negam a sua prática educativa militar como formadora. Por meio de suas rotinas, no entanto, o que se faz é afirmar essa educação militar pelos próprios valores da instituição que fazem parte da filosofia do colégio: autoridade, hierarquia e disciplina. O ensino é militarizado, pois ele partilha dos mesmos valores vazios da instituição militar. A autoridade, a hierarquia e disciplina, segundo os entrevistados, têm um fim e si mesmo, elas independem do contexto do qual se inserem. Neste sentido, o patriotismo também surge como mais um valor absoluto para a formação dos alunos.

O colégio tem por princípio preservar esta ordem e bases transmitindo a seus alunos estes valores. A educação nesta ordem se constitui sob um caráter reprodutivo e tradicional atrelada a uma ideia de “patriotismo perdido”.

Segundo os entrevistados, o patriotismo surge como elemento importante de formação para a cidadania e democracia. O amor à pátria é incentivado com a justificativa de que foi um valor negligenciado ao longo da história e deve ser resgatado. As rotinas militares e seu cunho patriótico passam ensinamentos sobre o culto aos símbolos nacionais (bandeira, hinos) de forma que estes não sejam passíveis de questionamentos e carreguem uma verdade em si. Estes símbolos devem ser respeitados ao ponto de se tornarem místicos e irrefutáveis naquilo que supostamente afirmam como verdade (uma sociedade justa e igual). Recebendo essa formação o indivíduo se torna “um cidadão de verdade”, o que significa, segundo os entrevistados, “uma pessoa patriota que ama o país em que vive, conhece, respeita, valoriza e se inclui na história do país”; ou ainda, “um cidadão consciente, além de

seus direitos e deveres, do que é certo ou errado e das consequências de suas atitudes”.

Para esta formação tradicional, a apresentação e o asseio pessoal foram apontados como partes integrantes do currículo. Disseram, os entrevistados, que existem vestimentas e comportamentos específicos para cada local. “Assim como se alguém entrar no Senado vestindo chinelos e bermuda não será bem atendido, e as vezes impedido de entrar, aqui no colégio nós também temos uma vestimenta adequada ser utilizada”, ou “num ambiente acadêmico você não vai deixar o cara vir todo estranho, não combina com o ambiente”. Estas falas se repetiram sob exemplos diversos, mas com a mesma justificativa de que o padrão de comportamento e de vestimenta dos alunos é preservado da mesma forma que a própria sociedade (mercado de trabalho, por exemplo) exige dos indivíduos. Há neste pensamento uma concepção imposta de “corpo único”. Desse corpo – vestimentas e asseio pessoal – as diferenças não podem emergir, ele deve seguir e assumir o padrão que se apresenta como a forma correta de se apresentar. Acarreta também daí o ideal de comportamento que se espera dos alunos do colégio de acatamento de ordem, por exemplo não lhes é permitido nem que escolham qual dos dois uniformes (agasalho ou o de tergal) preferem usar no dia, existe uma vestimenta específica para cada dia da semana que deve ser cumprida.

O ensino moral acaba gerando contradições ou incoerências naquilo que os entrevistados afirmam. Nesta moral dada a priori, como se não fosse constituída por um viés ideológico específico de cunho militar e religioso, a vestimenta adequada para cada lugar simboliza, segundo os entrevistados, um respeito do indivíduo em relação ao local que está frequentando e uma maior seriedade. No seu inverso, aquele indivíduo que se difere das normas de vestimenta não apresentaria estas características de respeito e seriedade. O contraditório desta questão é que se agrega aos simbolismos construídos cultural, histórico e socialmente um determinismo valorativo de bom ou ruim e certo ou errado, sendo que o próprio julgamento também é feito a partir de um olhar construído.

Sob a ótica desse ensino tradicional de formação para o mercado de trabalho, o CFNP se reserva ao direito de um ensino moral e muitas vezes de cunho místico, religioso. A relação dual entre o certo e errado são refletidas no ensino de tal forma a descaracterizar a formação por uma técnica e rigidez disciplinar. O ensino militar atrela-se a justificativa moral religiosa de comportamento como “o correto” para uma sociedade democrática. Neste contexto, a formação crítica,

principal base das Orientações Curriculares Nacionais (OCN) não acontece, pois não se pode questionar o que já está posto como verdade, e tão pouco pensar na existência de uma proposta de ensino histórico crítica dentro desse colégio.

Espera-se, no entanto, que mesmo dentro do ensino tradicional as ciências humanas exerçam sua potencialidade crítica. E isto acontece, mas de forma muito tímida no CFNP, já que a cultura escolar específica do colégio domina a escola como um todo.

É necessário, então, destacar este único depoimento que apresentou uma visão mais holística da educação sem uma fala pautada pelo moralismo hegemônico no colégio.

[...] não lembro exatamente quem escreveu recentemente isso, sobre os 50 anos do golpe militar, que ‘a gente tem que cravar nos ossos das gerações mais novas o que foi a falta de liberdade de modo geral referente ao regime militar’. A gente pode botar o Estado Novo, a gente pode botar a República Velha e as próprias mazelas da nossa democracia ainda frágil e jovem [...] de colocar pra discutir esses valores de democracia, de cerceamento de direitos, até de direitos humanos que muitas vezes estão tão mal discutidos isso hoje em dia na sociedade (...) aquela história de que ‘direitos humanos é pra proteger bandido’, ‘que direitos humanos é pra humanos direitos’, não se discute isso enquanto um respeito a pessoa de modo geral que o Estado tem que ter, não é só a questão de você pensar se o preso deve ter direito a determinado benefício ou não, isso em termos de direitos humanos que vulgarmente se fala por aí, mas na construção de uma ideia de direito democrático. Então eu vejo que a educação, e no caso das ciências humanas é fundamental se criar essa cultura democrática por meio desse debate, dessa exposição, da conscientização do que foi o passado em termos de ditadura militar e regimes autoritários, que o país teve, e do que é o presente em termos de autoritarismo democrático, se é que isso existe, um autoritarismo que ocorre sobre um regime democrático. E eu acho que a educação é fundamental pra gente levar isso até os alunos, são coisas que não aparecem [...] não tá na grande

mídia, não tá na imprensa de modo geral, são temas que você tem que buscar pra conseguir criar uma conscientização, conseguir criar um debate e apresentar isso enquanto problema pros alunos refletirem sobre isso.

Importante ressaltar esta fala que destoa das concepções hegemônicas do colégio sobre democracia e que alerta para a responsabilidade política da educação. Foi um discurso que não se colocou prontamente preparado a posicionar o colégio como uma instituição democrática em si, tampouco trouxe respostas voltadas à preocupação acerca do que seria dito sobre o colégio por esta pesquisa. Foi uma entrevista em que, mesmo ocorrendo no lugar pré-disposto pelo CFNP³⁸, possibilitou uma conversa franca e despreocupada ainda que estando dentro da Polícia Militar.

Os termos sociológicos do esclarecimento a partir de uma conscientização humana por meio da história e propriamente do pensamento crítico sobre ela, aparecem nesta única entrevista demonstrando que é possível ainda um movimento de resistência e pensamento crítico num espaço em que a razão instrumental já está tão consolidada. Ainda que as rotinas militares estejam diariamente mais presente no cotidiano escolar do CFNP o espaço crítico tem singulares formas de consolidação, uma delas refere-se às disciplinas de ciências humanas, que sob o pouco tempo que lhes cabe com os alunos, resguardam uma potencialidade crítica e emancipatória. A dificuldade de se encontrar uma finalidade material para o mercado de trabalho que justifique o estudo das disciplinas das ciências humanas permite que elas sejam diferentes nas suas pretensões educativas, em relação às disciplinas já consolidadas no currículo. A possibilidade de conscientizar as experiências dos alunos através de uma visão mais ampla do todo qualifica as ciências humanas à potencialidade emancipatória, não descartando utopicamente, que o princípio emancipatório deveria estar presente em toda proposta educativa independente da disciplina em questão.

Contudo, a cultura escolar de um pensamento permeado pela lógica de mercado ainda é estruturalmente superior a consolidação de disciplinas que se permitam o papel crítico. Mesmo no espaço pedagógico convencional o currículo desprestigia as ciências humanas, a

³⁸ Grande parte das entrevistas foi feitas em uma sala localizada na parte administrativa do colégio, ao lado da sala da direção e supervisão escolar.

carga horária dessas disciplinas é numericamente menor, por exemplo, enquanto disciplinas como física e matemática possuem 3 horas/aula, sociologia conta com 1 hora/aula. Cabe então aos professores destas disciplinas o desafio de em um encontro semanal com a turma estabelecer um debate de forma crítica na contramão das disciplinas já consolidadas no currículo e que tem seus espaços muito claros tanto no mercado de trabalho quanto nos vestibulares, ainda que por um pensamento crítico todas as disciplinas deveriam se voltar a uma formação emancipatória e não somente as relacionadas com as ciências humanas. No CFNP esta questão ainda ganha aspectos mais específicos pela rotina militar estar muito mais presente no dia-dia dos alunos. Então, a consolidação da crítica precisa disputar espaços com a estética militar e com a moral religiosa dos agentes do colégio já muito solidificada.

A rotina dos alunos, muito disciplinarmente planejada, não contempla um espaço para o surgimento do embate e da crítica de modo geral. A contratação anual dos professores e esta organização da rotina escolar gerencia a crítica para que não se multiplique facilmente e não tenha potencialidade tanto entre os alunos quanto entre o corpo docente. Pois, os alunos estão profundamente inseridos numa cultura regrada e disciplinada de comportamento com estética militar, enquanto que os professores estão fragilizados por contratos temporários de trabalho (anual) e espaço “restrito” de interação com os alunos. A formação moral e disciplinar é transmitida por aqueles que estão diariamente com os alunos, os monitores, que partilham de seus valores já tomados pela cultura militar.

O modelo democrático do qual se referem se estabelece na submissão do poder e da ordem anteriores ao indivíduo não cabendo a este a sua própria agência. Perpetuada pela semiformação de seus indivíduos, este modelo de sociedade dissocia o protagonismo individual para uma constante semelhança de pensamentos de escolhas e de posicionamentos perante o mundo. A partir do momento que estes indivíduos se veem integrantes dessa sociedade, sobretudo pela promessa de uma autonomia que não se cumpre, os elementos antes coercitivos tais quais, a imposição de um saber tecnicista sobre o mundo ser mais válido do que o saber pela experiência protagônica; e o regime fundado na educação para a disciplina, por meio do qual a subjetivação das verdades e também da limitação da sua atuação sobre a realidade já o coloca numa posição confortável ou apática de não questionamento e enfrentamento da realidade imposta.

A democracia em sua concepção mais ampla, de sistema político, por exemplo, é vista dentro do colégio de forma restrita. Ela se caracteriza pela representatividade e pela prevalência de uma atitude moral. Porém, essa democracia não é pensada num plano dinâmico em que suas bases (instituições), suas leis e mesmo as relações de poder que a permeiam sejam passíveis de questionamentos, ainda que seja consequência da racionalização e tecnicidade da sociedade. O potencial esclarecedor de uma educação neste meio perde seu princípio

Pois um dos momentos do estado de consciência e de inconsciência daninhos está em que seu ser-assim – que se é de um determinado modo e não de outro – é apreendido equivocadamente como natureza, como um dado imutável e não como resultado de uma formação. [...] Esta [consciência coisificada] é sobretudo uma consciência que se defende em relação a qualquer vir-a-ser, frente a qualquer apreensão do próprio condicionamento, impondo como sendo absoluto o que existe de um determinado modo. (ADORNO, 1995, p. 132)

Neste sentido, a sociedade democrática é pensada pelos interlocutores como algo dado, a participação dos indivíduos é resguardada ao cumprimento da manutenção da ordem a partir de uma relação hierárquica com o poder.

A democracia funcional é uma democracia de participação limitada e restrita aos espaços previstos. O título de educação democrática dentro do colégio da Polícia Militar chega ao ponto de não se distanciar, mas se assemelhar e partilhar dos mesmos valores de uma democracia de mercado e se distanciar de uma proposta emancipatória.

Segundo Adorno (1995)

[...] o que é peculiar no problema da emancipação, na medida em que esteja efetivamente centrado no complexo pedagógico, é que mesmo na literatura pedagógica não se encontre esta tomada de posição decisiva pela educação para a emancipação, como seria de se pressupor – o que constitui algo verdadeiramente assustador e muito nítido. Com o auxílio de amigos acompanhei um pouco a literatura pedagógica acerca da temática da emancipação. Mas, no lugar de emancipação, encontramos um conceito guarnecido nos termos

de uma ontologia existencial de autoridade, de compromisso, ou outras abominações que sabotam o conceito de emancipação atuando assim não só de modo implícito, mas explicitamente contra os pressupostos de uma democracia. (p. 172)

O que se pode afirmar, então, é que essa educação tem uma perspectiva contrária à emancipação, ao esclarecimento, pois ela se propõe, sobretudo, a perpetuar o sistema vigente e suas formas de dominação e submissão. Algumas respostas dos interlocutores acabam sendo muito claras sobre esta questão, afirmam que estando dentro do sistema, o colégio da Polícia Militar o alimenta naquilo que ele exige e necessita, “é um ciclo. Se mudar lá, forçosamente nós temos que mudar aqui e fazer todas as adequações”.

O conceito democrático é sustentado principalmente pelas expressões de autoridade. Muitas falas recorreram à afirmação de que somente com a presença da autoridade e o respeito a ela (entendido como submissão e acatamento) é possível uma democracia, pois o “excesso de liberdade” sem a presença da autoridade que a limita seria sinônimo de caos e distanciamento da ordem. Neste sentido, afirmam que a presença da autoridade e o seu respeito dentro do colégio é uma relação que quanto melhor estabelecida neste espaço, melhor ocorrerá na sociedade. A democracia se estabelece, neste sentido, como

uma proposta que funciona, e que até agora possibilitou ou até mesmo promoveu a prosperidade. Mas a democracia não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas com sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia; ela não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação. Ela é avaliada conforme o sucesso ou o insucesso, de que participam também os interesses individuais, mas não como sendo a unidade entre os interesses individuais e o interesse geral; e, de fato, a delegação parlamentar da vontade popular torna esta muitas vezes uma

questão difícil nos modernos Estados de massa.
(ADORNO, 1995, p. 35)

A aproximação da autoridade com o conceito de democracia está presente muito mais nas respostas sobre a importância das rotinas militares para uma formação democrática do que na questão sobre qual seria a definição, para os entrevistados, de uma democracia. A autoridade dentro do espaço escolar é representada pelo professor e em todo o quadro pedagógico e gestor do colégio da Polícia Militar, não de forma latente, mas manifesta e inerente ao cargo ocupado. Os alunos, uma vez submetidos a esta hierarquia aprendem como devem se portar diante de um comando dentro e fora do espaço escolar. Segundo um entrevistado “a gente se preocupa aqui não só na formação do aluno, do estudante, mas da formação do cidadão, que amanhã ele conduza a sua vida com os preceitos de moral, de acatamento, de disciplina e de hierarquia”, acrescentou ainda que os indivíduos ali formados possam ser multiplicadores desse aprendizado uma vez que transmitam esses valores no ambiente familiar e em outros espaços da sociedade da qual frequentem. Os valores que deveriam ser trabalhados pedagogicamente dada a sua importância para a vida em sociedade são esvaziados de sentido e anunciados messianicamente como suficientes em si mesmos. Isto é, na ideia de uma democracia como um significante vazio, o elemento esvaziador se materializa na hierarquia e na disciplina deixando a estes valores uma justifica fragilmente moral de ser.

A autoridade passa a ser uma referência para os alunos. Ela serve como parâmetro para todas as relações das quais o aluno participa pelo princípio da disciplina e do acatamento da ordem. Mesmo assim, neste cenário hegemônico da semiformação aparece o discurso do respeito às diferenças. Ele se integra nas falas na medida em que as diferenças fazem parte de uma sociedade democrática e por isso devem ser respeitadas, no entanto se torna um discurso controverso quando questões sobre “bons modos” e vestimentas, por exemplo, são temáticas abordadas na disciplina de IGPM e mesmo na justificativa do uso padronizado do uniforme do colégio.

O ensino com a perspectiva militar contribui, portanto para a formação de indivíduos cidadãos para esta sociedade, no sentido de formar para o que seus gestores acreditam, na manutenção da ordem e de uma democracia funcional, ou assistida, que está a disposição do argumento hierárquico a ponto de poder defendê-lo como princípio para sua permanência. Nesta lógica aparece até mesmo o patriotismo como um princípio prévio à democracia

Há, segundo os interlocutores, uma ligação entre a formação democrática e as rotinas militares do colégio. Existe uma ligação, aparentemente muito lógica entre o que definem como democracia e as rotinas militares do colégio como grande contribuidora para tal formação. Neste sentido, há uma aprendizagem de cunho patriota em que os alunos aprendem não só a hastear a bandeira, respeitar aos símbolos e cantar hinos, mas a cultivar um afeto pelo país pelo fato de sua nacionalidade e não por uma identificação com ele. Aprende a respeitar de forma a honrar as datas comemorativas históricas do país, no seu sentido mais íntimo, não pelas coerências de lutas históricas como conquistas, ou seja se constitui num patriotismo forjado. Condiz com a semiformação de mais indivíduos para a manutenção da ordem hegemônica, também, a falta de um pensamento crítico sobre estas datas. A formação com vista a construção de valores relacionados aos grandes símbolos se estabelece em correspondência à negação das necessidades individuais, sendo portanto, bastante afeita aos preceitos fascistas, os quais ignoram o indivíduo a medida que privilegiam um todo idealizado e que, de fato, representa apenas uma elite.

Apesar de em uma única fala a democracia ter sido apresentada como “dialética e uma síntese de lutas, apesar de ter se firmado pelo estado liberal burguês”, em todas as outras falas o discurso hegemônico é o da democracia como a relação entre os direitos e deveres dos indivíduos, e estes como meros receptores, tendo sua capacidade de transformação crítica à ordem limitada ao voto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação disciplinar e as práticas educativas do CFNP já demonstraram até aqui as características específicas de formação do colégio. A visão de uma estética militar demonstra o campo como arraigado de sentido e valores militares explícitos em documentos e práticas, mas que nas entrevistas parecem ter a intenção de desconstruir a ideia de colégio da Polícia Militar para um colégio civil.

A presença da pesquisadora no campo, que no decorrer da pesquisa se tornou também um dado, foi uma situação singular para refletir sobre a democracia no espaço do CFNP. Ainda que este trabalho não traga uma verdade incontestável sobre o colégio, a possibilidade de crítica, e o dissenso que emerge entre a pesquisa e o campo demonstram a solidez inquestionável da autoridade e hierarquia no âmbito militar. Muitas vezes, o militar prevalece no discurso em relação ao civil; a parceria com a Secretaria da Educação que formaliza a condição do CFNP como escola pública não deu conta, na prática, de desconstruir a ideia do militarismo porque as rotinas e a própria estética militar contribuem para que o militarismo seja repaginado com vistas à adequação aos formalismos democráticos.

A concepção de democracia que percorreu as falas dos entrevistados tem como base tanto os valores partilhados da Polícia Militar, quanto a ideia de uma funcionalidade. A democracia é vista sim como essencial, contanto que guarde e garanta preceitos de respeito às autoridades e mesmo às hierarquias. Ela se torna possível e viável, para os entrevistados, a partir do patriotismo e da sua manutenção da ordem. Ou seja, os indivíduos que a constituem tem participação limitada ao que é previsto em lei, não há a possibilidade de manutenção do *status quo* quando eles discordam deste modelo de sociedade imposta.

Dentro do colégio, as práticas educativas e rotinas que pretendem garantir uma formação democrática, passam a administrar o conflito e as divergências como se não fossem frutíferas para democracia. A crítica não é vista como uma instância também criativa do pensamento humano. Os dissensos são geridos de tal forma que não representem um potencial inventivo e protagonístico dos indivíduos. Por isso se justifica a formação disciplinar para o mercado de trabalho. Defende-se que quanto mais preparados os alunos estiverem pelas práticas militares, mais fácil será sua adaptação ao mundo do trabalho, aqui incluindo também a Universidade onde poucos são os espaços para experiências autônomas e emancipatórias; afirma-se isso principalmente pelo pensamento compartilhado entre alguns entrevistados de que a

escola faz parte das engrenagens da sociedade e deve formar para aquilo que houver demanda; na ideia de que o ensino militar não se transformou nos 30 anos de história do colégio, sobretudo porque continua cumprindo sua função de formar bons trabalhadores e indivíduos “adequados” a ordem vigente.

A ideia de uma “democracia funcional” tentou abarcar, portanto, a possibilidade de uma democracia na qual a autoridade e a hierarquia são inquestionáveis. Ela possibilita uma visão menos dura do ensino com estética militar, uma vez que se configura como uma formação para cidadania. Ou seja, essa democracia não é vista como um vir a ser que se transforma e fortalece nos dissensos, mas como ontológica, como um fim em si mesma; acredita-se então que o ensino que prepara os indivíduos para a vivência plena nesta democracia, tal qual como obedientes à democracia e à ordem, garante a manutenção e recriação do *status quo*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Tradução de: Guido Antonio de Almeida.

ARENDT, Hannah. Crise na Educação. In: **Entre o Passado e o Futuro**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Unb, 1983. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini.

BRUNETTA, Antonio Alberto. **Reforma intelectual da Polícia Militar**. 2012. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012. a

_____. **Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo em Instituições Policiais Militares**. Sociologias Plurais UFPR, v. 1, p. 218-239, 2012. b

CASTRO, Celso. Entrevista com Celso Castro. História, Franca (SP), v.4, nº1, p.9-26, 1997.

COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES. **Projeto Político Pedagógico**. Diretoria de Instrução e Ensino. Florianópolis. 2013.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

GEERTZ, Clifort. A interpretação das culturas. Sem número de edição. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: Conceitos, métodos e práticas. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffee. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p.68-99, jul/dez. 1999.

PUCCI, Bruno et al (Org.). **Teoria Crítica e Educação**: A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. 2. ed. Petrópolis, São Carlos: Vozes, Editora da Ufscar, 1994.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. **Adorno**: O poder educativo do pensamento crítico. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ZUIN, Antonio Alvaro Soares . **O corpo como publicidade ambulante**. *Perspectiva* (Florianópolis), FLORIANÓPOLIS, v. 21, n.1, p. 39-55, 2003.

PETRY, Franciele Bete. **Além de uma crítica à razão instrumental**. 2011. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PRESTES, Nadja Hermann. A razão, a Teoria Crítica e a Educação. In: PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria Crítica e Educação**: A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. 2. ed. Petrópolis, São Carlos: Vozes, Editora da Ufscar, 1994. Cap. 3. p. 83-101.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais (UFSC) intitulada “Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP”.

A pesquisa pretende contribuir com o debate acerca da formação democrática no Ensino Básico. Desta forma, busca-se conhecer a maneira como este ensino promove esta formação responsável e comprometida com a realidade social partilhada pela Polícia Militar, bem como compreender as origens e os sentidos dessas práticas pedagógicas.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, os (as) professores (as) de Sociologia, História, Filosofia e IGPM e, os membros da direção pedagógica (direção, supervisão e coordenação) são sujeitos de extrema relevância para a investigação pela sua constante intervenção formativa e diretiva. Por constar em um destes cargos o(a) senhor(a) foi selecionado(a).

Reconhecemos o pertencimento dos sujeitos da pesquisa a uma instituição que estabelece condicionamentos específicos, e, portanto, assumimos o compromisso de manter a pesquisa nos limites definidos pelos(as) entrevistados(as).

É importante lembrar que sua participação é voluntária e consistirá na realização de uma entrevista semiestruturada sobre os seguintes temas: educação para democracia; livro didático e ensino no colégio policial militar.

É garantido ao(a) senhor(a) a recusa em participar da pesquisa e, a qualquer momento retirar seu consentimento sem prejuízo algum para a pesquisa em questão. Na eventualidade de retirar seu consentimento, recusando-se a participar da pesquisa, toda e qualquer informação dada pelo(a) senhor(a) não será utilizada e, caso gravadas, a mídia utilizada será devolvida com o compromisso de não serem preservadas cópias.

Explicita-se neste termo a garantia de que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais; os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois quando os depoimentos coletados na entrevista forem citados no texto do trabalho de conclusão da licenciatura ao qual esta pesquisa se refere, os nomes não aparecerão, em seus lugares serão apenas identificadas letras, por exemplo, Professor A, Professor B etc. E caso o texto seja publicado em outro formato (livro, por exemplo) ainda assim as identidades serão preservadas.

Destaca-se que não há qualquer forma de ressarcimento previsto para a realização desta pesquisa, reiteramos o caráter voluntário de sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal e do orientador da pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os riscos da pesquisa são o de possível constrangimento do entrevistado. Porém mediante qualquer desconforto, a pesquisadora poderá interromper ou oferecer apoio ao entrevistado no sentido de esclarecer e informar ao próprio e aos seus(suas) superiores na instituição os propósitos da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa referem-se à contribuição no aprimoramento das práticas educativas para formação democrática, por meio da compartilhamento de seus resultados sobre a forma de um seminário na instituição *locus* da pesquisa; o que também se fará mesmo que a pesquisa seja interrompida, mas nessa condição compartilhando resultados parciais.

Informamos que os resultados desta pesquisa serão tornados públicos por meio de publicação mediante Trabalho de Conclusão da Licenciatura, relatórios, artigos, apresentações em eventos científicos e/ou divulgação de outra natureza.

Declaração do pesquisador responsável

A justificativa deste projeto se baseia, principalmente, na necessidade de se estudar o sistema de ensino básico da Polícia Militar, tendo em vista o número reduzido de trabalhos sobre o ensino médio com bases militares.

O objetivo geral desta pesquisa visa conhecer o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires para entender de que forma as práticas pedagógicas operam uma formação democrática no contexto de um

colégio policial militar. Os objetivos específicos são: a) Identificar nos documentos de regulamentação, externos e próprios, ao colégio, as concepções relativas à formação democrática; b) Identificar as estratégias e recursos pedagógicos por meio dos quais as concepções democráticas são integradas à formação dos alunos; c) Problematicar a relação entre as concepções e estratégias e recursos pedagógicos de natureza militarizada e os objetivos de formação democrática; d) Investigar as concepções elaboradas pelos sujeitos da pesquisa (professores de História, Filosofia, Sociologia, IGPM e dirigentes) em relação à formação educacional da qual produzem, constroem ou são receptores;

O método de pesquisa contará com uma coleta de dados que abrangerá: pesquisa documental nos regulamentos do colégio; pesquisa com o material didático utilizado pelas disciplinas de Sociologia, Filosofia, Instrução Geral da Polícia Militar e História e entrevistas com suas/eus respectivas/os professoras/es; pesquisa documental com os planos de ensino destas disciplinas; entrevista com coordenação e supervisão pedagógica; entrevista com a direção do CFNP; e entrevista com a coordenação do Ensino Médio; participação de algumas aulas das três disciplinas mencionadas e de eventos com as turmas de Ensino Médio.

O áudio das entrevistas será de acesso exclusivo do pesquisador responsável assim como do referido entrevistado. Ao participante da pesquisa é garantida a plena liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma.

Treicy Giovanella da Silveira
Rua Elza Maria Ferreira, 38,
Trindade Florianópolis-SC,
88036-590, (48) 9991 9818

Antonio Alberto Brunetta
Serv. Corinthians, 97, ap 701,
Pantanal Florianópolis-SC,
88040-100, (48) 3304 1931-
(49) 9904 0009

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data	Nome Legível do(a) entrevistado(a)	Assinatura
---------------------	---	-------------------

APÊNDICE B – Autorização da pesquisa no CFNP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Termo de Autorização para a pesquisa: Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP

Solicitamos, por meio deste documento, a autorização por escrito para realização do Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da aluna Treicy Giovanella da Silveira, a ser realizado no Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires no primeiro semestre de 2014.

Informações inicialmente que o projeto de pesquisa, devidamente apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC (Cf. Anexo).

A pesquisa pretende contribuir com o debate acerca da formação democrática no Ensino Básico. Desta forma, busca-se conhecer a maneira como este ensino promove esta formação responsável e comprometida com a realidade social partilhada pela Polícia Militar, bem como compreender as origens e os sentidos dessas práticas pedagógicas.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, os (as) professores (as) de Sociologia, História, Filosofia e IGPM e, os membros da direção pedagógica (direção, supervisão e coordenação) são sujeitos de extrema relevância para a investigação pela sua constante intervenção formativa e diretiva.

Reconhecemos o pertencimento dos sujeitos da pesquisa a uma instituição que estabelece condicionamentos específicos, e, portanto, assumimos o compromisso de manter a pesquisa nos limites definidos pelos(as) entrevistados(as).

Destaca-se que não há qualquer forma de ressarcimento previsto para a realização desta pesquisa, reiteramos o caráter voluntário dos(as) participantes.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal e do orientador da pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os riscos da pesquisa são o de possível constrangimento do entrevistado. Porém mediante qualquer desconforto, a pesquisadora

poderá interromper ou oferecer apoio ao entrevistado no sentido de esclarecer e informar ao próprio e aos seus(suas) superiores na instituição os propósitos da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa referem-se à contribuição no aprimoramento das práticas educativas para formação democrática, por meio do compartilhamento de seus resultados sobre a forma de um seminário na instituição *lócus* da pesquisa; o que também se fará mesmo que a pesquisa seja interrompida, mas nessa condição compartilhando resultados parciais.

Informamos que os resultados desta pesquisa serão tornados públicos por meio de publicação mediante Trabalho de Conclusão da Licenciatura, relatórios, artigos, apresentações em eventos científicos e/ou divulgação de outra natureza.

Declaração do pesquisador responsável

A justificativa deste projeto se baseia, principalmente, na necessidade de se estudar o sistema de ensino básico da Polícia Militar, tendo em vista o número reduzido de trabalhos sobre o ensino médio com bases militares.

O objetivo geral desta pesquisa visa conhecer o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires para entender de que forma as práticas pedagógicas operam uma formação democrática no contexto de um colégio policial militar. Os objetivos específicos são: a) Identificar nos documentos de regulamentação, externos e próprios, ao colégio, as concepções relativas à formação democrática; b) Identificar as estratégias e recursos pedagógicos por meio dos quais as concepções democráticas são integradas à formação dos alunos; c) Problematicar a relação entre as concepções e estratégias e recursos pedagógicos de natureza militarizada e os objetivos de formação democrática; d) Investigar as concepções elaboradas pelos sujeitos da pesquisa (professores de História, Filosofia, Sociologia, IGPM e dirigentes) em relação à formação educacional da qual produzem, constroem ou são receptores;

O método de pesquisa contará com uma coleta de dados que abrangerá: pesquisa documental nos regulamentos do colégio; pesquisa com o material didático utilizado pelas disciplinas de Sociologia, Filosofia, Instrução Geral da Polícia Militar e História e entrevistas com suas/eus respectivas/os professoras/es; pesquisa documental com os planos de ensino destas disciplinas; entrevista com coordenação e supervisão pedagógica; entrevista com a direção do CFNP; e entrevista

com a coordenação do Ensino Médio; participação de algumas aulas das três disciplinas mencionadas e de eventos com as turmas de Ensino Médio.

O áudio das entrevistas será de acesso exclusivo do pesquisador responsável assim como do referido entrevistado. Ao participante da pesquisa é garantida a plena liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma.

Treicy Giovanella da Silveira
Rua Elza Maria Ferreira, 38,
Trindade
Florianópolis – SC, 88036-590,
(48) 9991 981

Antonio Alberto Brunetta,
Serv. Corinthians, 97, AP 701,
Pantanal
Florianópolis – SC, 88-40-100,
(48) 3304 1931 – (49) 9904
0009

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e autorizo seu campo no Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires.

Local e data

Nome

Assinatura

APÊNDICE C – Ofício 01/2014**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Florianópolis, 21 de março de 2014

OFÍCIO 01/2014

Assunto: Solicitação de esclarecimentos acerca de exigências quanto a realização da pesquisa “Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP”

À Diretoria do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP)

Prezado Ten. Cel. PM Dionísio Tonet

Considerando:

1. A aprovação do projeto de pesquisa “Um estudo sobre formação democrática e práticas educativas no CFNP” junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC);
2. A autorização da diretoria do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP) em dois momentos: a) atendendo às exigências protocolares do CEPSH-UFSC e b) posteriormente à aprovação do projeto de pesquisa pelo CEPSH-UFSC;

3. A realização de três reuniões prévias (09/12/2013; 12/12/2013; 13/03/2014) da pesquisadora Treicy Giovanella da Silveira com a equipe do CFNP como vistas a apresentar o projeto de pesquisa; sendo que em uma das reuniões a pesquisadora entregou à diretoria cópia impressa do projeto de pesquisa e nesta mesma reunião esteve acompanhada pelo pesquisador responsável e orientador Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta;
4. A realização de reunião com o Ten. Cel. PM Dionísio Tonet, posteriormente (13/03/2014) à aprovação do projeto de pesquisa pelo CEPESH-UFSC, na qual foram entregues os documentos comprobatórios da aprovação, entre eles: a) o parecer do CEPESH-UFSC, b) uma nova cópia do projeto de pesquisa, c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo então firmada a nova autorização para a realização da pesquisa, conforme supracitado no item 2, subitem b.;
5. A proposição, por parte da pesquisadora, da realização de um seminário com a finalidade de oportunizar um retorno dos resultados da pesquisa a toda comunidade do CFNP, destacando a participação da diretoria do CFNP na definição do formato e público-alvo do seminário;
6. Que o projeto de pesquisa é de conhecimento da Diretoria do CFNP, bem como é de também de conhecimento da Diretoria do Centro de Ensino da PMSC, desde dezembro de 2013;

Solicitamos, em resposta a este ofício:

1. Esclarecimentos acerca entendimento da diretoria do CFNP acerca da “prestação de contas” da pesquisadora ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tanto em relação às entrevistas previstas no projeto, quanto em relação à análise a ser realizada nos documentos do CFNP, objetos dessa pesquisa, ou ainda em relação à participação da pesquisadora nas atividades do CFNP;
2. Uma listagem de outras exigências que a diretoria do CFNP que considere indispensáveis para a realização da pesquisa.

Por fim, esclarecemos que a continuidade das atividades da pesquisa, com a regularidade necessária ao cumprimento de seu cronograma e das demais exigências regimentais da UFSC, será favorecida por vossa resposta.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta
Pesquisador responsável e Orientador
Departamento de Metodologia de Ensino

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche
Coordenador do Curso de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para os professores

Roteiro de entrevista para os professores de História, Filosofia, Sociologia

Perfil do Entrevistado

- Qual a sua idade?
- Qual a sua formação?
- Quanto tempo de docência?
- Em quais colégios já trabalhou? Algum outro colégio militar?
- Porque decidiu trabalhar no colégio policial militar?
- Como foi pra você, a entrada no colégio, a adaptação a rotina militar do colégio, da qual os alunos participam?
- Quais as principais diferenças que você observa entre o(s) colégio(s) militar(es) e outro colégios?

Livro didático

- Você utiliza o livro didático em sua disciplina?
- Qual livro didático é usado na disciplina que você ministra?

Práticas educativas

- Você construiu uma proposta pedagógica específica para trabalhar no colégio policial militar ou não se alterou em relação a outros colégios que você já ministrou e que não eram militares?
- Na sua disciplina há alguma proposta de saída de campo?
- Já existe um plano de ensino da sua disciplina ou você o elabora?
- Como funcionam as reuniões pedagógicas no CFNP?

Educação para a democracia

- Você considera que a educação pode e deva contribuir para o fortalecimento de uma cultura democrática em nosso país?
- Como a disciplina que você ministra contribui para isso?
- Como você avalia o reconhecimento de sua disciplina no conjunto das disciplinas do colégio?
- Há liberdade para que o professor trabalhe temas de conteúdo político no colégio?
- Quais são, na disciplina que você ministra, os temas/conteúdos mais decisivos para a formação democrática? Há autores específicos utilizados na sua disciplina para falar de democracia?

- Na disciplina que você ministra, quais outros conteúdos são trabalhados com vistas à formação democrática?
- Como você aborda, por exemplo, a temática do regime militar no Brasil?
- Como você percebe outros métodos de ensino, como a “escola de ponte” ou mesmo outra forma de avaliação que sejam não por notas, mas por conceitos?

O colégio militar

- Como é ser professor, da disciplina que você ministra, no contexto de um colégio militar?
- Como você avalia as rotinas específicas do colégio militar?
- Como você avalia a relação entre o militarismo (das práticas pedagógicas do colégio) e as condições para o oferecimento de uma formação democrática para os alunos?
- Como se realiza o controle do trabalho pedagógico dos professores? Os planos de ensino, planos de aula, materiais didáticos (leituras complementares, filmes, etc.) e as provas, são objeto de avaliação prévia por parte da coordenação?
- Qual a sua avaliação acerca dos eventos cívicos do colégio? Como a disciplina que você ministra se relaciona com esses eventos?
- Há uma demanda do colégio para que seja trabalhado algum tema específico na sua disciplina?
- O que representa a democracia pra você? Como definiria a democracia?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista para os monitores de IGPM

Perfil do Entrevistado

- Qual a sua idade?
- Qual a sua formação?
- Quanto tempo de docência?
- Em que área já trabalhou dentro da Polícia Militar?

Práticas educativas

- No que consiste a disciplina de IGPM? Qual a sua importância para a formação dos alunos?
- É utilizado algum material didático específico para a disciplina de IGPM?
- Como você avalia a participação dos alunos e mesmo o retorno deles em relação a esta disciplina específica do colégio policial militar?
- Como é feita a avaliação desta disciplina?

Educação para a democracia

- Você considera que a educação pode e deva contribuir para o fortalecimento de uma cultura democrática em nosso país?
- Como a disciplina de IGPM contribui para isso?
- Como você avalia o reconhecimento de sua disciplina no conjunto das disciplinas do colégio?
- A disciplina de IGPM se relaciona de alguma forma com outras disciplinas do colégio?
- É trabalhado algum conteúdo de cunho político nesta disciplina?
- Quais são, na disciplina que você ministra, os temas/conteúdos mais decisivos para a formação democrática?
- Na disciplina de IGPM, quais conteúdos são trabalhados com vistas à formação democrática?
- Como você percebe outros métodos de ensino, como a “escola de ponte” ou mesmo outra forma de avaliação que sejam não por notas, mas por conceitos?

O colégio militar

- Como você avalia as rotinas específicas do colégio militar?

- Como você avalia a relação entre o militarismo (das práticas pedagógicas do colégio) e as condições para o oferecimento de uma formação democrática para os alunos?
- Qual a sua avaliação acerca dos eventos cívicos do colégio?
- Como você avalia o trabalho de monitor?
- O que representa a democracia pra você? Como definiria a democracia?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com o diretor

Perfil do Entrevistado

- Qual sua formação?
- Quanto tempo trabalha na área pedagógica?
- Há quanto tempo trabalha no CFNP?
- Quais os critérios para escolha dos oficiais que dirigem o colégio e o perfil pretendido. Como ocorre a troca de direção do colégio?

Sobre o CFNP

- Quantos alunos o CFNP tem atualmente (457)? Quantos são do E. M.?
- Quais as principais diferenças, ou, o que caracteriza o CFNP como um colégio policial militar e não militar? Em relação aos valores das Forças Armadas seguidos pelos colégios militares, quais regem e são seguidos pelo CFNP?
- Como o senhor avalia, ou identifica, os valores vindos das Forças Armadas, que são praticados, por exemplo, nos ensinamentos sobre o civismo na disciplina de IGPM?
- Como você avalia o CFNP em relação a outros colégios estaduais?
- O colégio possui um grêmio estudantil?
- No site do colégio há um link chamado “miniempresa”, é um projeto do colégio? Como ele funciona?

Professores

- Como é feita a seleção dos professores?
- Quais os atributos, ou qualidades que o CFNP busca em seus professores? Qual o perfil do professor a ser contratado pelo colégio?

Alunos

- Como você avalia as rotinas específicas do CFNP (como a formação ao início da aula, o uso de diferentes uniformes) para a formação destes alunos?
- Há políticas de inclusão no colégio?
- Como funciona a dinâmica de financiamento e orçamento do colégio? A compra dos uniformes é de responsabilidade dos pais dos alunos ou a escola fornece?

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista com Supervisão Escolar

- Como é ser orientador educacional no contexto de um colégio militar?

Perfil do Entrevistado

- Qual a sua idade?
- Qual a sua formação?
- Quanto tempo trabalha na área pedagógica?
- Em quais colégios já trabalhou? Algum outro colégio militar?
- Por que decidiu trabalhar no CFNP?
- Quais as principais diferenças que você observa entre o(s) colégio(s) militar(es) e outro colégios?

Práticas educativas

- Você construiu uma proposta pedagógica específica para trabalhar no colégio policial militar ou não se alterou em relação a outros colégios que você já trabalhou e que não eram militares?
- Como são trabalhados/resolvidos os conflitos dos alunos entre si?
- Há uma demanda dos alunos em relação a temas específicos que tenham interesse em estudar?

Educação para a democracia

- Você considera que a educação pode e deva contribuir para o fortalecimento de uma cultura democrática em nosso país?
- Como o seu trabalho no colégio contribui para isso?
- Há liberdade para que o professor trabalhe temas de conteúdo político no colégio?
- Como você percebe outros métodos de ensino, como a “escola de ponte” ou mesmo outra forma de avaliação que sejam não por notas, mas por conceitos?

O colégio militar

- Como você avalia as rotinas específicas do colégio militar?
- Como se realiza o controle do trabalho pedagógico dos professores? Os planos de ensino, planos de aula, materiais didáticos (leituras complementares, filmes, etc.) e as provas, são objeto de avaliação prévia por parte da coordenação?
- Qual a sua avaliação acerca dos eventos cívicos do colégio?

- O que representa a democracia pra você? Como definiria a democracia?

APÊNDICE H – Roteiro de entrevista com Orientação Educacional

Perfil do Entrevistado

- Qual a sua idade?
- Qual a sua formação?
- Quanto tempo trabalha na área pedagógica?
- Há quanto tempo trabalha no CFNP?
- Como é a contratação para o seu cargo?
- Qual a função do cargo de supervisora educacional?
- Em quais colégios já trabalhou? Algum outro colégio militar?
- Por que decidiu trabalhar no colégio policial militar?
- Quais as principais diferenças que você observa entre o(s) colégio(s) militar(es) e outro colégios?

Corpo discente

- Há algum banco de dados que possua o perfil dos alunos do colégio?
- O colégio possui grêmios estudantis?
- Como você define o perfil do aluno do CFNP?
- Há um perfil desejado para o aluno egresso? Qual é esse perfil?

Corpo docente

- A mudança da forma de seleção dos professores acarretou no ingresso de um perfil diferente de professor da antiga forma de seleção? Qual era o perfil de docente que o colégio buscava?
- Neste ano houve a contratação de algum professor policial militar?
- Você acha que a forma atual de seleção dos professores melhorou?

Livro didático

- O livro didático é utilizado de forma ampla no colégio, ou há disciplinas em que o professor opta pela construção de um material didático próprio?
- Em alguma disciplina há o conteúdo de “História e cultura Afro-Brasileira”? (seguindo a lei 10.639/03)

Práticas educativas

- O colégio promove saídas de campo ou viagens de estudo?

- Quem propõe/decide sobre as saídas de campo?
- Existem atividades no colégio específicas para a formação para o mercado de trabalho?
- Existem atividades específicas no colégio que visem o vestibular, como cursos extras de reforço das disciplinas?
- Existe algum projeto ou atividade na escola voltada pra formação artística ou cultural dos alunos?
- Como é feita a avaliação do conteúdo? E a recuperação de nota para alunos que não atingiram a média?

Educação para a democracia

- Você acredita que haja uma relação entre educação e democracia?
- Como o ensino do CFNP contribui pra isto?
- Há liberdade para que o professor trabalhe temas de conteúdo político no colégio?
- Como você percebe outros métodos de ensino, como a “escola de ponte” ou mesmo outra forma de avaliação que sejam não por notas, mas por conceitos?

O colégio militar

- Como é ser supervisora pedagógica no contexto de um colégio militar?
- Como você avalia as rotinas específicas do colégio militar?
- Como você avalia a relação entre o militarismo (das práticas pedagógicas do colégio) e as condições para o oferecimento de uma formação democrática para os alunos?
- Como se realiza o controle do trabalho pedagógico dos professores? Os planos de ensino, planos de aula, materiais didáticos (leituras complementares, filmes, etc.) e as provas, são objeto de avaliação prévia por parte da coordenação?
- Qual a sua avaliação acerca dos eventos cívicos do colégio?
- Há uma demanda do colégio para que sejam trabalhados temas específicos pelos professores?
- O que representa a democracia pra você? Como definiria a democracia?
-